



FACRO

RIO DAS OSTRAS

 CNEC RIO DAS OSTRAS

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE BACHARELADO EM
DIREITO**

**Rio das Ostras
2018**

SUMÁRIO

I.CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA	4
II.CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA	6
III.CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	34
IV.PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO	35
1.. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	35
1.1... CONTEXTO EDUCACIONAL.....	35
1.1.1. .. JUSTIFICATIVA DO CURSO	40
1.2... POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	44
1.3... OBJETIVOS DO CURSO.....	73
1.3.1. .. COERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO CURSO COM A ESTRUTURA CURRICULAR.....	75
1.3.2. .. COERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO CURSO COM O CONTEXTO EDUCACIONAL.....	75
1.4... PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	76
1.5... ESTRUTURA CURRICULAR.....	77
1.5.1. .. EIXOS DE FORMAÇÃO.....	77
1.5.2. .. INTRA-INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE.....	79
1.5.3. .. ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA.....	80
1.6... CONTEÚDOS CURRICULARES.....	80
1.6.1. .. DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	82
1.6.2. .. COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM AS DCN's.....	82
1.6.3. .. ATUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES E ADEQUAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA	83
1.6.4. .. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	83
1.6.5. .. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO	86
1.7... METODOLOGIA	88
1.8... PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO	91
1.9... ATIVIDADES COMPLEMENTARES	95
1.10. . TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	97
1.11. . AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	98
1.12. . TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	98
1.13. . PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM	99
1.14. . NÚMERO DE VAGAS.....	99
1.15. . ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	99
1.16. . MONITORIA.....	99
1.17. . APOIO PSICOPEDAGÓGICO.....	102
2.. CORPO DOCENTE.....	108
2.1... ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	108
2.2... ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	110

2.3...EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR.....	112
2.4...REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....	113
2.5...TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	113
2.6...FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO.....	114
3.. INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	115
3.1...INSTALAÇÕES GERAIS.....	115
3.2... GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL.....	119
3.3...ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS.....	119
3.4...SALA DE PROFESSORES E REUNIÕES.....	119
3.5...SALAS DE AULA.....	120
3.6...ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	120
3.7...BIBLIOTECA.....	129
3.7.1.. BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	130
3.7.2.. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	130
3.8...LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE, QUALIDADE E SERVIÇOS.....	130
3.9...CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	137

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

Mantenedo	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC						
CNPJ:	33.621.384/0001-19						
End.:	Avenida Dom Pedro I				nº:	426	
Bairro:	Centro	Cidade:	João Pessoa	CEP:	58.013-021	UF:	PB
Fone:	(61) 3799-6777		Fax:	(61) 3799-4924			
e-mail:	cnecc@cnecc.br						

1.1. Dirigente Principal da Mantenedora

Nos termos do art. 41 de seu Estatuto, a CNEC é dirigida e administrada pela Diretoria Geral, que é composta por 7 (sete) membros com os seguintes cargos:

- I. Diretor Presidente;
- II. Diretor Vice-Presidente de Ações Comunitárias e Sociais;
- III. Diretor Vice-Presidente de Comunicação e Marketing;
- IV. Diretor Vice-Presidente de Educação e Novas Tecnologias;
- V. Diretor Vice-Presidente de Planejamento e Patrimônio;
- VI. Diretor Vice-Presidente de Administração e Finanças;
- VII. Diretor Vice-Presidente Jurídico.

A atual composição da Diretoria Geral tem, como seu Diretor Presidente e dirigente principal da mantenedora, o Sr. Alexandre José dos Santos, cujas informações estão descritas abaixo:

Nome:	Alexandre José dos Santos						
Cargo	Diretor Presidente						
CPF:	305.572.247-72						
End.:	Avenida L2 Norte / SGAN, Quadra 608				nº:	S/N	
	SQN 302, Bl. B, Apto 601						
Bairro:	Asa Norte	Cidade:	Brasília	EP:	70830-350	UF:	DF
Fone:	(61)3799-4910		Fax:	(61) 3799-4924			
e-mail:	diretorpresidente@cnecc.br						

1.2. Finalidades

São finalidades da CNEC, conforme artigo 2º de seu Estatuto:

Art. 2º. A CNEC, instituição de caráter educacional, beneficente, assistencial, cultural e de promoção humana, como instrumento de defesa da vida de pessoas, nos termos da legislação educacional e social vigente, tem como finalidades precípuas:

- I. Prestar serviços educacionais seriados e não seriados, formais e não formais, avulsos, em todos os níveis e modalidades de ensino, para crianças, jovens e adultos, enfatizando a geração e a difusão de valores comunitários e a formação de uma sociedade democrática não excludente;
- II. Promover, coordenar e executar ações, projetos e programas educacionais,

culturais e de assistência social, oferecendo oportunidades e meios para a melhoria das condições educacionais, culturais e a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e ou risco social;

- III. Promover, coordenar e executar ações, projetos e programas de preservação do meio ambiente, incentivo ao turismo e promoção da paz;
- IV. Promover a cultura em todas as suas formas de expressão;
- V. Prestar assistência técnica e administrativa para gerenciamento administrativo, financeiro e pedagógico;
- VI. Prestar serviços de informática e tecnologia educacional;
- VII. Criar e manter Centros de Educação Profissional nos níveis de Capacitação, Qualificação, Suprimento, Básico, Técnico e Tecnológico, oferecendo a jovens e adultos as habilitações necessárias para o exercício de sua cidadania e para seu desenvolvimento técnico, profissional e cultural;
- VIII. Difundir valores fundamentais ao exercício da cidadania, da ética e da moral e da justiça social;
- IX. Promover, coordenar e incentivar eventos desportivos, cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios, concertos, conferências e intercâmbios culturais;
- X. Promover ações beneficentes e filantrópicas no atendimento do público alvo, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social, com a concessão de gratuidades integrais e/ou parciais quando necessário, por meio de seus serviços e na utilização de seus bens móveis e imóveis;
- XI. Colaborar com instituições beneficentes de assistência social, por meio de parcerias, trabalhando em rede e mantendo intercâmbio cultural, educacional, assistencial, beneficente e informativo;
- XII. Criar, manter ou administrar unidades de produção literária, didática, pedagógica, científica, de pesquisa, comunicação, virtual e gráfica;
- XIII. Criar, manter ou administrar unidades de hotelaria, turismo e entretenimento; e
- XIV. Desenvolver atividades de natureza comercial, industrial e agrícola consoantes às suas finalidades estatutárias, sociais e educacionais.

§1º. A CNEC desenvolve suas atividades diretamente, por meio de Instituições Mantidas e mediante Programas e Projetos, nas áreas da Educação, da Assistência Social, da Cultura, da Produção Literária e Gráfica, do Turismo, da Hotelaria, do Entretenimento e da Comunicação.

§2º. Os critérios de atendimento às finalidades constantes neste artigo do Estatuto atenderão aos dispositivos legais e serão disciplinados em Regimento, se for o caso.

§3º. Para os fins de manutenção e ampliação dos serviços beneficentes e educacionais que presta, a CNEC poderá promover a formação e qualificação de seus empregados, custeando-lhes formação e qualificação cultural e técnica, em suas Instituições Mantidas ou fora delas, no país ou no exterior, conforme seu planejamento e orçamento.

Art. 3º. No atendimento de suas finalidades estatutárias a CNEC não faz qualquer discriminação de etnia, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, convicção política ou condição social, observadas as disposições legais.

Art. 4º. A CNEC poderá criar, congrega, orientar, assessorar, dirigir e manter

instituições e obras sociais, gerir programas e projetos, em qualquer parte do território nacional, que tenham por objetivo a educação, a assistência social, a cultura e a promoção humana.

Parágrafo único. As atividades das instituições criadas, mantidas, congregadas, orientadas ou assessoradas pela CNEC serão dirigidas ou supervisionadas por ela e acompanhadas por meio de sistemas de planejamento e controle.

Art. 5º. Observadas as determinações contidas no Código Civil Brasileiro, a CNEC poderá receber e assumir o patrimônio remanescente de outras associações análogas ou afins.

Art. 6º. A CNEC poderá firmar convênios ou contratos de prestação de serviços com outras instituições congêneres ou afins para o melhor atendimento de suas finalidades sociais, mesmo que pertençam a outras pessoas, físicas ou jurídicas privadas e públicas.

Art. 7º. A CNEC poderá igualmente gerenciar Programas de Bolsas de Estudo, seja em Instituições de Educação Básica, Profissional e/ou Superior, bem como Programas de Apoio ao Estudante, na forma dos programas estabelecidos pelo Governo Federal ou por outras instâncias.

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA

2.1. Perfil Institucional

Mantida:	Faculdade CNEC Rio das Ostras						
End.:	Rua Renascer da Terceira Idade					nº:	s/nº
Bairro:	Jardim Campomar	Cidade:	Rio das Ostras	CEP:	28890-386	UF:	RJ
Fone:	(22) 2764-7107						
E-mail:	0346.josefreitas@cneec.br						
Site:	http://faculdaderiodasostras.cneec.br/						

2.2. Dirigente Principal da Mantida

Nome:	José Carlos Alves de Freitas						
Cargo:	Diretor						
End.:	Rua Renascer da Terceira Idade					nº:	s/nº
Bairro:	Jardim Campomar	Cidade:	Rio das Ostras	EP:	28890-386	UF:	RS
Fone:	(22) 2764-7107						
e-mail:	0346.josefreitas@cneec.br						

2.3. Histórico

A Faculdade CNEC Rio das Ostras foi credenciada, junto ao Ministério da Educação (MEC), pela Portaria nº 2.302, de 26/08/2003, cuja publicação no Diário Oficial da União (DOU) aconteceu em 28/08/2003. Obteve o credenciamento institucional por meio da Portaria nº 636, de 18/05/2012, publicada no DOU de 21/05/2012.

A Faculdade CNEC Rio das Ostras está localizada à Rua Renascer da Terceira, s/nº, no bairro Jardim Campomar, pertencente ao município de Rio das Ostras, Estado Rio de Janeiro.

A Faculdade CNEC Rio das Ostras, que substituiu o Instituto Superior Mendes de Almeida, conforme Portaria Nº 55, de 31 de maio de 2012, única Instituição de Ensino

Superior no município de Rio das Ostras, vem ao longo da sua existência levando à Comunidade Riostrense cursos com excelência acadêmica e a tradição de uma Rede de Ensino com 70 anos de experiência e bons serviços prestados à educação de nosso País.

O quadro seguinte demonstra a situação legal dos cursos superiores oferecidos pela Instituição bem como o histórico de seus respectivos processos legais:

Cursos	Grau	Atos Legais	Vagas Anuais	Turno
Administração	Bacharelado	Renovado Reconhecimento Portaria nº 267, de 03/04/2017 - D.O.U 04/04/2017	200	Noturno
Biomedicina	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 338, de 29.05.2014 - D.O.U 30/05/2014	100	Noturno
Ciências Contábeis	Bacharelado	Portaria de Reconhecimento nº 520, de 26.07.2018 - D.O.U 31/07/2018	100	Noturno
Direito	Bacharelado	Renovado Reconhecimento Portaria nº 267, de 03/04/2017 - D.O.U 04/04/2017	120	Matutino/Noturno
Enfermagem	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 338, de 29.05.2014 - D.O.U 30/05/2014	100	Noturno
Engenharia Civil	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 669, de 11/11/2014 - D.O.U de 12/11/2014	100	Noturno

Cursos	Grau	Atos Legais	Vagas Anuais	Turno
Engenharia Mecânica	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 584, de 17/08/2015 - D.O.U de 18/08/2015	100	Noturno
Engenharia de Produção	Bacharelado	Portaria de reconhecimento nº 133, de 27/07/2012, publicada no D.O.U de 30/07/2012	100	Noturno

A partir de 2013 a Instituição, com o intuito de promover o Ensino a Distância passa a ser polo do Centro Universitário Cenecista de Osório ofertando os seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Sistema de Informação, Teologia, Pedagogia, Educação Física, Letras – Português, Matemática, CST em Análise e Desenvolvimento de sistema, CST em Gestão Ambiental, CST em Gestão Comercial, CST em Gestão de Recursos Humanos, CST em Gestão Financeira, CST em Gestão Pública, CST em Logística, CST em Marketing, CST em Processos Gerenciais.

2.3.1. Finalidades da Mantida

A Faculdade CNEC Rio das Ostras tem como finalidades, conforme Art.2º de seu Regimento:

- I. Estimular a criação e difusão cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, e o fortalecimento dos valores e das relações humanas, tendo como foco a constituição integral do homem;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção com qualidade nos setores profissionais e para participação ativa no desenvolvimento da sociedade, colaborando continuamente para o crescimento cultural e econômico dos municípios, estados e do Brasil;

- III. Incentivar a produção e a difusão científica e cultural, visando o desenvolvimento de tecnologias que possam atender às demandas do homem contemporâneo, potencializando sua capacidade de perceber e refletir sobre seus espaços e relações, permitindo a implementação de ações que possibilitem o bem coletivo de forma indiscriminada;
- IV. Promover a democratização do acesso a informação, possibilitando o livre acesso ao patrimônio cultural e científico da humanidade, seja por suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de suas publicações contidas em espaços físicos e virtuais, ou por meio de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar, dos sujeitos que compõem as comunidades internas ou externas, o desejo permanente de aperfeiçoamento profissional e humano, possibilitando a correspondente concretização por meio da integração dos conhecimentos teóricos e práticos, sendo esses adquiridos de forma sistematizada, respeitando os diferentes costumes e tempos de aprendizagem e em perfeita sintonia com as demandas sociais de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Prestar serviços especializados, estabelecendo parcerias que possibilitem o entendimento das demandas locais, gerando ações que atendam aos anseios e aos interesses dessa comunidade;
- VIII. Desenvolver atividades de extensão, estabelecendo uma relação, instituição-professor-estudante-sociedade, de intercâmbio, interação e complementaridade, no intuito de divulgar o saber socialmente referenciado e voltado para a solução dos problemas da sociedade;
- IX. Prestar assistência ou consultoria técnica, nas diversas áreas de atuação da IES, às entidades públicas ou privadas situadas em sua circunscrição, por meio de convênios, contratos ou outros instrumentos de natureza obrigacional;
- X. Manter intercâmbio de informações, de pessoas e de experiências, com instituições congêneres, nacionais ou estrangeiras, contribuindo para a difusão da cultura e da ciência, para a inovação de sistemas e processos e para o crescimento institucional e dos sujeitos componentes de sua comunidade acadêmica;
- XI. Disponibilizar estruturas técnicas e administrativas, para suporte das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com processos e sistemas bem definidos, emanados a partir de contínuos processos de avaliação interna ou externa;
- XII. Constituir-se como agente de transformação social, sendo referência para a promoção de ações que possibilitem a redução de desigualdades, o respeito às diferenças e a consolidação da cultura da paz e do desenvolvimento sustentável.

2.4. Estrutura Organizacional

A Administração da Faculdade CNEC Rio das Ostras, para a gestão dos cursos e programas que oferece e irá oferecer, é exercida pela Comissão Própria de Avaliação e pelos seguintes órgãos deliberativos:

- Conselho Superior;
- Colegiado de Curso;
- Órgãos Executivos, compostos pela:
 - Diretoria,
 - Coordenação de Curso,
 - Coordenação de Estágio,
 - Núcleo Docente Estruturante.

Com relação aos órgãos de apoio acadêmico-administrativo, responsáveis pelo auxílio às atividades didático- pedagógicas, estão estruturados em:

- Órgãos de Apoio Acadêmico:
 - Núcleo de Apoio ao Estudante,
 - Biblioteca,
 - Núcleo de Práticas,
 - Laboratórios de Informática,
 - Laboratórios Didáticos.
- Órgãos de Serviços ao Aluno:
 - Central de Atendimento ao Aluno.
 - Benefícios.
 - Repografia.
 - Cantina.
 - Diretório Acadêmico.
- Órgãos de Apoio Administrativo:
 - Pesquisador Institucional.
 - Secretaria de Registros.
 - Financeiro.
 - Comunicação e Eventos.
 - Processos Administrativos.
 - Manutenção e Serviços Gerais.

O Conselho Superior é o órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa da Faculdade CNEC Rio das Ostras e é constituído da seguinte forma:

- Pelo Diretor, que o preside;
- Por um Coordenador de Curso, eleito por seus pares;
- Pelo Coordenador de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, se houver;
- Por um docente, eleito por seus pares;
- Por três representantes da comunidade;

- Um representante do corpo discente, eleito por seus pares;
- Por dois representantes indicados pela Mantenedora.

A Diretoria, representada pelo Diretor, é o órgão executivo de gestão da instituição.

O Diretor é nomeado pela Diretoria Geral da CNEC, com mandato por tempo indeterminado.

São competências do Diretor:

- Cumprir e fazer cumprir o Regimento, o Estatuto da CNEC, a legislação em vigor, as decisões da Assembleia Geral, da Diretoria Geral e da Superintendência da CNEC;
- Cumprir e fazer cumprir o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico Institucional;
- Dirigir, administrar e zelar pelo bom funcionamento da instituição;
- Submeter à aprovação da Mantenedora o planejamento acadêmico, econômico, financeiro e administrativo anual e o plano de atividades da instituição;
- Apresentar à Mantenedora o relatório de atividades anual da instituição;
- Nomear os Coordenadores de Cursos, o Coordenador de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa, se for o caso, o Coordenador de Estágio, o Coordenador do Programa Universidade para Todos – Prouni, o Procurador Institucional, o Pesquisador Institucional, os Membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA, o Ouvidor e os demais responsáveis pelos processos pedagógicos e administrativos da instituição;
- Resolver assuntos extraordinários de interesse da instituição sob a orientação e aprovação da Mantenedora.

O Colegiado de Curso é órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar, com a seguinte constituição:

- Coordenador do Curso, que o preside;
- Três docentes representantes das disciplinas que constituem o curso, sendo um indicado pelo Coordenador do Curso e dois eleitos por seus pares;
- Um representante dos discentes, eleito por seus pares.

-
-

Compete ao Colegiado de Curso:

- Definir as atribuições e os critérios de constituição do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- Articular as relações entre o Núcleo Docente Estruturante - NDE, o corpo docente, o corpo discente e comunidade;
- Instituir ações para a melhoria da qualidade do curso;
- Propor o planejamento e a realização de cursos de pós-

graduação, aperfeiçoamento e extensão;

- Propor formas e instrumentos de avaliação do curso;
- Instituir ações que deem efetividade às políticas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico Institucional no âmbito do curso;
- Instituir ações para cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Planejar e propor atividades de formação contínua e integração dos docentes;
- Aprovar alterações na Matriz Curricular e nos Conteúdos Programáticos das Disciplinas para que estejam em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso - PPC;
- Promover atividades nas áreas de Ensino, Iniciação Científica e Extensão respeitadas as especialidades e interesses da comunidade acadêmica;
- Propor ao Conselho Superior o plano anual das atividades acadêmicas do Curso;
- Propor a publicação de estudos, produção acadêmica, científica, técnica e cultural realizados no curso;
- Aprovar as atividades complementares propostas para o curso.

A Coordenação de Curso, representada por docente indicado pelo Diretor, é órgão executivo responsável pela gestão do curso ofertado na instituição.

Será constituída uma Coordenação para cada curso ofertado pela instituição, podendo um mesmo docente cumular a coordenação de mais de um curso, observados os limites legais.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- Presidir a reunião do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- Propor alterações na Matriz Curricular e nos Conteúdos Programáticos das Disciplinas para que estejam em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso – PPC;
- Propor ao Conselho Superior alterações do Projeto Pedagógico do Curso, ouvido o Colegiado de Curso;
- Supervisionar os processos relativos à vida acadêmica dos alunos, bem como a assiduidade dos professores;
- Submeter à aprovação do Colegiado de Curso, ao final de cada semestre letivo, o Plano de Ensino das disciplinas do Curso a ser ofertado no período letivo seguinte;
- Fiscalizar o preenchimento dos diários de classe pelos docentes das disciplinas do curso;
- Incentivar a realização de estágios não obrigatórios e programas de monitoria;
- Propor e organizar atividades acadêmicas relativas ao curso;
- Executar as determinações da Diretoria;
- Definir, em conjunto com a Diretoria, o perfil acadêmico dos docentes do curso, bem como propor programas de avaliação e formação contínua dos mesmos;

- Acompanhar o desempenho dos docentes do curso nos processos de autoavaliação;
 - Apresentar à Diretoria, o Relatório das Atividades do curso, ao final de cada semestre letivo;
 - Apresentar à Diretoria, até o mês de outubro de cada ano, o Plano Anual de Atividades a serem desenvolvidas no próximo ano letivo;
 - Decidir sobre o aproveitamento de disciplinas já cursadas e realizar adaptações que se fizerem necessárias, ouvindo o docente da disciplina;
 - Atender docentes e discentes do curso;
 - Aprovar os Relatórios de Atividades de Monitorias, de Estágios e de Atividades Complementares emitidos pelos docentes das disciplinas do curso;
 - Encaminhar, à Diretoria, orçamento semestral para aquisição e manutenção de equipamentos e materiais de consumo de iniciação científica e extensão;
 - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos, na esfera de sua competência;
 - Propor ao Colegiado de Curso a extinção e a redistribuição de disciplinas de curso, de aperfeiçoamento, de extensão e outros;
 - Supervisionar a implementação das disciplinas da Matriz Curricular do curso;
 - Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
 - Exercer as demais competências que lhes forem reservadas na Lei, no Regimento e nas deliberações da Diretoria;
 - Propor, ao Colegiado de Cursos, as atividades complementares para o curso. Os Órgãos de Apoio são responsáveis pelo suporte acadêmico e administrativo aos órgãos deliberativos,
- aos órgãos executivos, aos docentes e discentes no implemento das atividades da instituição.

Os órgãos de apoio terão suas estruturas, competências e funcionamento normatizados em instrumentos específicos aprovados pelo Conselho Superior, com exceção da Secretaria Acadêmica com regulação definida abaixo.

A Secretaria Acadêmica, responsável pelos registros de todos os atos acadêmicos, é chefiada por um Secretário, designado pelo Diretor.

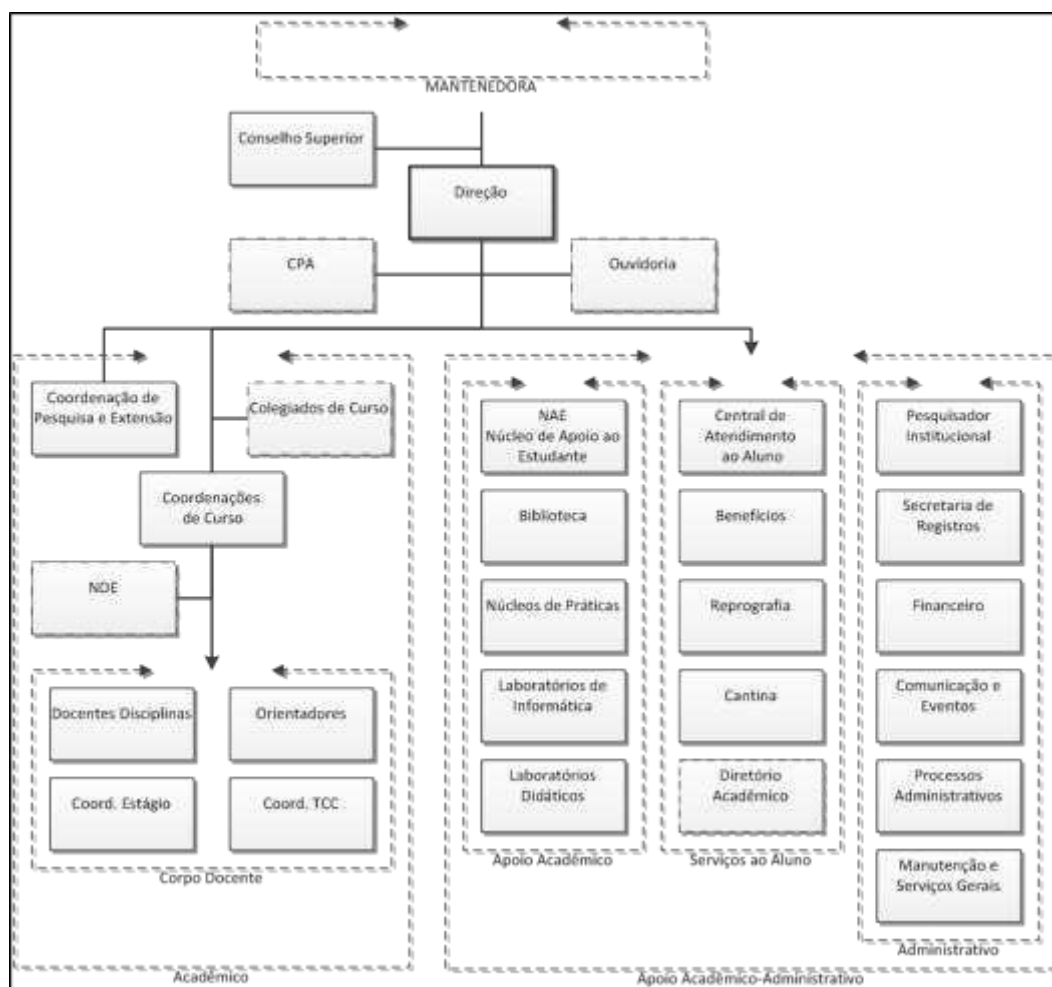
São atribuições da Secretaria Acadêmica:

- Redigir e subscrever os editais de processos seletivos e procedimentos deles decorrentes, os quais serão publicados por ordem do Diretor;
- Zelar para que o procedimento de ingresso dos discentes observe a legislação vigente;
- Dar publicidade a todos os atos que devam ser divulgados, especialmente atos autorizativos dos cursos, identificação dos dirigentes e dos Coordenadores de Curso em exercício, relação dos professores que integram o corpo docente dos cursos, matriz curricular dos cursos, resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC e valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos discentes;
- Organizar e manter os prontuários dos discentes atualizados;
- Providenciar e manter os diários-de-classe e listas de frequência atualizados;

- Apurar os resultados finais de aproveitamento dos discentes, à vista das notas lançadas no diário-de-classe, assim como os percentuais de frequências;
- Alimentar os bancos de dados e sistemas de gestão acadêmica da instituição com as informações atualizadas dos discentes e das práticas pedagógicas;
- Manter organizados os serviços pertinentes ao setor;
- Manter atualizado e conferido o expediente referente ao registro acadêmico;
- Cumprir e fazer cumprir, no que lhe couber, os despachos e determinações do Diretor;
- Redigir e expedir correspondência pertinente;
- Comunicar, mensalmente, ao Diretor, para fins de registro, as alterações porventura ocorridas no quadro geral de matrículas dos cursos, em decorrência de trancamentos, cancelamentos ou transferências.

Compete ao Secretário Acadêmico assinar diplomas e certificados, juntamente com o Diretor, e exercer outras atribuições inerentes ao cargo, que lhe foram atribuídas pelo Diretor.

O organograma seguinte demonstra graficamente a estrutura de gestão da Instituição bem como suas instâncias de decisão:



2.5. Contexto e Inserção Regional da IES

Historiadores estimam que Rio das Ostras tenha sido fundada no século XVI, uma vez que relatos de viajantes datados de 1575 já faziam menção ao lugar. Situado na Capitania de

São Vicente, era habitado pelos índios Tamoios e Goytacazes. Essas terras, entre Cabo Frio e Cabo de São Tomé, foram doadas em 1534, pelo Rei de Portugal, Dom João III, a Pero de Góes. Inicialmente, Rio das Ostras denominava-se Rio Leriipe (molusco ou pedra grande). Partes dessas terras da Sesmaria foram doadas pelo Capitão Mor Governador Martim Corrêa de Sá, em 1630, aos Jesuítas. A área foi delimitada por dois marcos de pedra, colocados em Itapebussus e na barreta do Rio Leriipe, com a insígnia do Colégio dos Jesuítas. Historicamente são relatadas situações de disputa entre os Goytacazes, ao norte, e os Tamoios, ao sul, com diferentes tipos de aliança feita entre povos no processo de ocupação do território. Também é do conhecimento histórico a indefinição quanto a sua inclusão, ora como Capitania de São Tomé, ora como Capitania de São Vicente. Os índios, jesuítas e escravos foram importantes personagens na construção do povoamento nesses séculos de colonização.

O crescimento da cidade se deu ao redor da Igreja. A região era rota de tropeiros e comerciantes que se dirigiam a Macaé e a Campos dos Goytacazes. Muitas vezes eles faziam as suas paradas para descanso e alimentação. Também começou a se desenvolver a atividade pesqueira, que se tornou a base econômica da região até meados do século XX.

Em termos de relevo e vegetação, situa-se entre faixa caracterizada como mata de tabuleiro no norte fluminense e a Mata Atlântica no sul do Estado. Apesar de servir às bacias do Rio São João e Macaé, possui, em sua maior parte territorial bacia hidrográfica própria, que se origina e termina dentro do próprio município. Atualmente, situa-se entre polos de desenvolvimento, ao sul turístico-comercial (Região dos Lagos) e ao norte petrolífero-canavieiro (Campos/Macaé). Portanto, verifica-se, ao longo da história e pelos seus aspectos físicos, ser área limítrofe de ambientes, recebendo diferentes formas de influência no seu processo de formação social e desenvolvimento econômico.

A construção da Rodovia Amaral Peixoto contribuiu para a expansão turística da região, o que proporcionou um maior incremento das atividades de serviços, comércio e turismo em geral. A instalação da Petrobrás, a partir de 1970, foi um marco na expansão e desenvolvimento econômico regional.

Rio das Ostras pertencia ao Município de Casimiro de Abreu, mas a partir do seu crescimento, principalmente após a década de 1970, o então Distrito, conquista a emancipação político-administrativa, em 10 de abril de 1992.

Neste contexto, atuando nas áreas do conhecimento de ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências exatas, engenharias e nos Eixos Tecnológicos de Gestão e Negócios e Infraestrutura (graduação e pós graduação presencial), a Faculdade CNEC Rio das Ostras, atenta às potencialidades institucionais e mediante estudos constantes dos

diferentes contextos regionais (econômicos, culturais, educacionais) organiza e implementa seus cursos e programas de forma a não apenas propiciar oportunidades de acesso ao ensino superior da população de seu entorno mas, principalmente, contribuir de maneira decisiva para a melhoria das condições de vida em sua área de abrangência como um todo.

2.5.1. Cenário Socioeconômico

O quadro demográfico de Rio das Ostras é de grande mobilidade resultante de várias transformações do Município, numa explosão populacional atraída pela possibilidade de emprego na indústria do petróleo, na prestação diversa de serviço e no ingresso do serviço público municipal. A recepção de milhares de pessoas da região do Norte Fluminense, a queda mortalidade infantil, o aumento nas matrículas escolares, o aumento da esperança de vida e o progressivo envelhecimento da população cria sérios impactos e novas demandas para o Município de Rio das Ostras.

Os dados e indicadores demográficos para a identificação das recentes tendências populacionais, utilizando como base o Censo Demográfico 2016 da Fundação IBGE. Essas informações são importantes para dimensionar a população-alvo das ações e serviços de saúde e orientar os processos de planejamento, gestão e avaliação de suas políticas para a população como um todo e para grupos específicos, como crianças, adolescentes, idosos e mulheres.

O resultado do Censo 2010, realizado pelo IBGE, indicava 105.676 pessoas em Rio das Ostras em 1º de agosto de 2010, data de referência. Em comparação com o Censo 2000, ocorreu um aumento de 69.257 pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população riostrense no período foi de 190,17%, ainda maior do que o observado na década anterior (100,16% entre 1991 e 2000). O Censo 2010 mostra também que a população urbana permanece com o mesmo percentual; tanto em 2000 quanto em 2010, 95% da população Riostrense vive na área urbana.

Conforme informações estatisticamente atualizadas pelo IPC-Maps (banco de dados secundário, elaborado com base em dados divulgados pelo próprio IBGE – PNAD's), em 2017, Rio das Ostras contava com uma população total da ordem de 141.403 habitantes dos quais 95,67% residentes em área urbana, com uma proporção de 50,14% de homens e 49,86% de mulheres. Com uma densidade demográfica de 613,1 habitantes por km² contra 276,09 habitantes por km² de sua região limítrofe.

A tabela seguinte ilustra os principais indicadores populacionais de Rio das Ostras e sua região limítrofe, estabelecendo-se também um comparativo com o estado do Rio de

Janeiro, Região Sudeste bem como os parâmetros nacionais.

População	TOTAL BRASIL		SUDESTE		RIO DE JANEIRO		Microregião de RIO DAS OSTRAS + LIMÍTROFE		RIO DAS OSTRAS	
	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)
Área	8.502.011,70	100,00%	924.511,00	10,87%	43.696,10	4,73%	4.514,90	10,33%	230,60	5,11%
População Total	207.693.568	100,00%	86.356.942	41,58%	16.718.955	19,36%	891.530	5,33%	141.403	15,86%
População Urbana	175.909.880	84,70%	80.444.475	93,15%	16.260.440	97,26%	816.675	91,60%	135.287	95,67%
População Rural	31.783.688	15,30%	5.912.467	6,85%	458.515	2,74%	74.855	8,40%	6.116	4,33%
Gênero										
Homens	102.487.825	49,35%	42.513.037	49,23%	8.096.563	48,43%	446.336	50,06%	70.902	50,14%
Mulheres	105.205.743	50,65%	43.843.905	50,77%	8.622.392	51,57%	445.194	49,94%	70.501	49,86%
Pop. Alfabetizada (hab)	175.625.729	84,56%	76.193.381	88,23%	15.039.035	89,95%	785.379	88,09%	125.963	89,08%
Cresc. Dem. (% ao ano)	0,78		0,74		0,51		1,58		3,51	
Densidade Demográfica	24,4		93,4		382,6		276,09		613,1	

Fonte: IPC Maps 2017/IBGE

Segundo o levantamento, o município possuía 53.778 domicílios, dos quais 20% eram de uso ocasional, demonstrando o forte perfil turístico local. Ainda conforme o censo, contava com 1.513 domicílios particulares ocupados em dois aglomerados subnormais, onde viviam 5.095 pessoas. A população de Rio das Ostras, em 2016, foi estimada em 136.626 pessoas. O município tinha um contingente de 84.767 eleitores, correspondente a 62% do total da população. Havia quatro agências de correios, 11 agências bancárias e 48 estabelecimentos hoteleiros.

Por sua vez, com uma população alfabetizada da ordem de 89,08% no município e de 88,09% em sua região limítrofe, Rio das Ostras oferece uma boa oportunidade para a Faculdade CNEC Rio das Ostras cumprir sua missão institucional, isto é, promover a formação integral do ser humano aliada a um forte compromisso social.

2.5.1.1. Domicílios e Distribuição de Classes Sociais

Os habitantes de Rio das Ostras são majoritariamente de classe média e baixa, conforme informações do IPC-Maps 2017, um banco de dados secundário, elaborado com base em dados divulgados por instituições oficiais, utilizado atualmente por mais de 700 empresas. Em Rio das Ostras, 66% da população pertencem às classes sociais 'C', 'D' e 'E', sendo a classe 'C' representada por 45,99% do total da população, situação inferior à média estadual (46,60%).

A tabela a seguir apresenta a distribuição da população do estado do Rio de Janeiro, microrregião de Rio das Ostras, por domicílios, demonstrando predominância das classes na região, o que pressupõe o potencial de desenvolvimento econômico em relação à classe (C), principal população que se volta atualmente para o Ensino Superior.

	Rio de Janeiro	Microregião de Rio das Ostras + Limítrofe	Rio das Ostras
--	----------------	---	----------------

Faixa de Renda	Num. Domic. Urb. -	(%)	Num. Domic. Urb. -	(%)	Num. Domic. Urb. -	(%)
A	163.051	2,79%	6.350	2,20%	1.319	2,70%
B1	300.776	5,15%	14.302	4,94%	3.259	6,68%
B2	1.049.943	17,97%	52.753	18,24%	10.062	20,63%
C1	1.273.276	21,80%	66.528	23,00%	11.010	22,57%
C2	1.448.435	24,80%	71.785	24,82%	11.423	23,42%
DE	1.605.903	27,49%	77.546	26,81%	11.711	24,01%
Total	5.841.384	100,00%	289.264	100,00%	48.784	100,00%

Fonte: IPC Maps 2017/IBGE

Esta classificação comprova o cenário de uma população predominantemente pertencente às classes sociais ‘C’, ‘D’ e ‘E’. Essas classes se caracterizam por abranger uma população essencialmente trabalhadora, assalariada, com um perfil de consumo, inicialmente voltado à compra de bens de consumo duráveis e, num segundo momento, voltado à educação como meio de ascensão social e aumento do próprio poder de consumo. Contudo, é sabido que grande parte desses estudantes, ao ingressarem no ensino superior, apresentam dificuldades para acompanhar os estudos devido à fragilidade de sua formação. Neste sentido, a Faculdade CNEC Rio das Ostras, alinhada à sua missão institucional, tem um importante papel em tal contexto ao propiciar a ampliação do acesso ao ensino superior atrelada aos programas de nivelamento e permanência institucionais, como forma de minimizar as lacunas do aprendizado deixadas pela educação básica via instituições públicas que, salvo raras exceções, não preparam adequadamente os estudantes.

Por outro lado, as classes sociais ‘A’ e ‘B’ investem em educação particular desde a pré-escola. A tabela a seguir demonstra a distribuição da movimentação financeira com matrículas e mensalidades no Brasil, por classes sociais, evidenciando que estudantes da Classe C2, D e E tem potencial para estudar. Basicamente, essa classe tenderá ao ensino superior privado, financiado pelo governo por meio de programas como o FIES e ProUni.

FAIXA DE RENDA	RIO DAS OSTRAS		RENDA MÉDIA BRUTA FAMILIAR (ABEP/IPC)	GASTOS EM EDUCAÇÃO 25% (MÉDIA)	MÉDIA DE ESTUDANTES CLASSE SOCIAL (POR DOMICÍLIO ESTIMATIVA)	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (Ano)	
	DOMICÍLIOS	% PART.				(R\$ MILHÕES)	% PART.
A	1.319	2,70%	R\$ 20.888,00	R\$ 5.222,00	440	2,30	16,81%
B1	3.259	6,68%	R\$ 9.254,00	R\$ 2.313,50	1.086	2,51	18,40%
B2	10.062	20,63%	R\$ 4.852,00	R\$ 1.213,00	3.354	4,07	29,79%
C1	11.010	22,57%	R\$ 2.705,00	R\$ 676,25	3.670	2,48	18,17%
C2	11.423	23,42%	R\$ 1.625,00	R\$ 406,25	3.808	1,55	11,33%
DE	11.711	24,01%	R\$ 768,00	R\$ 192,00	3.904	0,75	5,49%
Total	48.784	100,00%	--	--	16.261	13,66	100,00%

Fonte: IPC Maps 2017/IBGE

Rio das Ostras movimenta cerca de R\$ 13,66 milhões em educação por ano, sendo que as classes sociais ‘A’ e ‘B’ responsáveis por 65,00% desses gastos e a Classe ‘C’ 29,50%.

Os indicadores socioeconômicos e de crescimento populacional indicam que a Faculdade CNEC Rio das Ostras situa-se num polo de concentração econômica significativa em comparação com as demais regiões do país, o que implica em haver demanda para o ensino superior nas diferentes áreas do conhecimento.

O potencial de consumo traduz a participação percentual no potencial total de consumo da população de determinada região em relação ao potencial de consumo nacional (100%), segundo a definição do IPC-Maps 2017. O quadro seguinte destaca o Índice Potencial de Consumo (IPC) e o consumo per capita do Rio de Janeiro, Microrregião de Rio

das Ostras e zona limítrofe bem como as informações em âmbito nacional.

CONSUMO	CONSUMO	TOTAL BRASIL	SUDESTE	RIO DE JANEIRO	Microregião de RIO DAS OSTRAS + LIMÍTROFE	RIO DAS OSTRAS
IPC Maps	Índice Potencial de Consumo	100,0000	49,03814	9,18645	0,47567	0,0851
Cons/per cap/Urb (R\$/ano)	Consumo per capita urbano	R\$ 22.193,36	R\$ 22.830,52	R\$ 23.286,40	R\$ 21.574,40	R\$ 25.292,57
Cons/per cap/Rur (R\$/ano)	Consumo per capita rural	R\$ 9.437,37	R\$ 11.775,96	R\$ 16.465,55	R\$ 12.771,43	R\$ 25.463,84

Fonte: IPC Maps 2017/IBGE

Segundo dados da pesquisa, de cada R\$ 100,00 gastos na economia brasileira, cerca de R\$ 9,18 são gastos no Rio de Janeiro e R\$ 0,47 na Microrregião de Rio das Ostras. A Microrregião de Rio das Ostras possui um consumo per capita urbano de R\$ 21,574,40, pouco abaixo das médias estadual e da região sul, demonstrando o potencial de crescimento da região. Neste sentido, novos cursos superiores na região favorecerão diretamente seu desenvolvimento econômico e social e, neste caso, os cursos e programas já ofertados ou a ofertar pela Faculdade CNEC Rio das Ostras vêm totalmente ao encontro desta oportunidade local.

Conforme demonstrado na tabela a seguir, o quantitativo de setores existentes na microrregião de Rio das Ostras representa 5,95% do estado do Rio de Janeiro. Entre os diversos segmentos coletados destacam-se o comércio com 33,08%, indústria correspondente a 16,61%, serviços com o patamar de 50,22% e por fim o setor de agribusiness com 0,08%.

Portanto, os cursos atualmente ofertados pela Faculdade CNEC Rio das Ostras bem como os futuros cursos a serem disponibilizados ao mercado conforme seus planos de expansão estão adequados ao mercado de trabalho regional bem como ao perfil das organizações empregadoras.

Ainda de acordo com a tabela abaixo, a microrregião de Rio das Ostras e principalmente Rio das Ostras são detentores de forte atividade comercial, industrial e prestação de serviços. Sendo assim, carece de mão de obra qualificada para o desempenho de funções na respectiva área.

Setores	TOTAL BRASIL		SUDESTE		RIO DE JANEIRO		Microregião de RIO DAS OSTRAS + LIMÍTROFE		RIO DAS OSTRAS	
	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)
Comércio	6.817.755	32,8%	2.973.800	31,00%	533.403	29,37%	35.542	32,92%	5.939	33,08%
Indústria	3.142.919	15,1%	1.413.955	14,74%	280.927	15,47%	16.976	15,72%	2.983	16,61%
Serviços	10.173.466	49,0%	4.652.633	48,50%	998.624	54,99%	55.182	51,12%	9.017	50,22%
Agribusiness	620.811	3,0%	552.418	5,76%	2.941	0,16%	256	0,24%	15	0,08%
Total	20.754.951		9.592.806		1.815.895		107.956		17.954	

Fonte: IPC Maps 2017/IBGE

2.5.2. Cenário Socioambiental

O Município de Rio das Ostras, com a elaboração deste Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) passa a integrar o conjunto de municípios inseridos nesse Bioma que avançam na construção de estratégias e políticas capazes de ampliar as suas oportunidades e potencializar as ações de proteção da Mata Atlântica em seu território e na região do Estado onde se insere.

Dessa forma, o município avança no cumprimento da Lei Federal nº 11.428/2006 – Lei da Mata Atlântica

– e no seu Decreto regulador nº 6.660/2008. Ambos, conquistas sociais essenciais para proteção e gestão do Bioma Mata Atlântica.

O PMMA de Rio das Ostras é um instrumento de planejamento territorial municipal que sistematiza oportunidades e desafios para um ordenamento dos usos da Mata Atlântica local e suas interdependências regionais, contribuindo para a implantação de estratégias de proteção, sustentabilidade e conservação dos fragmentos da Mata Atlântica que ocorrem no território municipal. A abordagem metodológica considerada para a elaboração do PMMA de Rio das Ostras teve como referência central a participação dos diversos segmentos sociais com inserção no município e na sua região nas etapas de diagnóstico da Mata Atlântica local e planejamento das ações.

A participação ativa dos atores sociais locais teve como base a importância da elaboração de propostas de ação integradas à realidade local e com viabilidade para implementação por parte dos gestores municipais em curto e médio prazo. Nesse sentido, o Conselho Municipal de Meio Ambiente – que, como preconiza a Lei da Mata Atlântica, é a instância que aprova o PMMA e que certamente tem um papel relevante no acompanhamento de todo o processo de implementação do PMMA em Rio das Ostras – foi envolvido nas principais etapas metodológicas desenvolvidas para sua elaboração.

A presente publicação sistematiza atividades e informações produzidas ao longo das etapas de elaboração do PMMA de Rio das Ostras. Dessa forma, são descritos os processos metodológicos participativos e apresentados os seus resultados, que se expressam em grande parte por meio do Mapa Falado da Mata Atlântica de Rio das Ostras. Além disso, são disponibilizadas diversas informações cartográficas produzidas a partir de mapas temáticos, definição de áreas prioritárias para conservação e para recuperação da Mata Atlântica e projeção de corredores ecológicos.

Por fim, apresenta-se um Plano de Ação cujas propostas foram elaboradas com a ativa participação de todos os atores sociais envolvidos ao longo das oficinas participativas realizadas no município. Para a elaboração do Plano de Ação foi considerado como instrumento de referência o Mapa Falado da Mata Atlântica de Rio das Ostras, associando-se cada uma das ações a um local ou região identificada no Mapa Falado. É importante considerar que, para a implementação do Plano Municipal da Mata Atlântica de Rio das Ostras, tem-se como essencial a integração dos gestores municipais e a articulação entre as diferentes políticas, programas e projetos da administração local. Nesse sentido, este documento de planejamento carrega um enorme potencial e um enorme desafio, já que as estratégias de conservação e recuperação da Mata Atlântica necessitam para lograrem êxito da interface, da integração da articulação e do comprometimento dos diversos setores da sociedade.

Etapas de elaboração do PMMA Lagos São João e Rio das Ostras:

- Apresentação do projeto às prefeituras e secretarias
- Evento de lançamento do projeto
- Assinatura dos termos de compromisso da prefeitura com a realização do PMMA em Rio das Ostras
- Diálogos com os(as) prefeitos(as) e secretários(as) municipais de Meio Ambiente
- Elaboração da identidade visual do projeto
- Realização do Seminário de Nivelamento de Gestores e Conselheiros
- Elaboração dos mapas temáticos (APPs, uso do solo, vertente, declividade) de mapas de áreas prioritárias, projeções de corredores ecológicos
- Preparação do processo participativo (Oficinas Locais)
- Primeira Oficina local

- Segunda Oficina local
- Terceira Oficina local
- Sistematização dos dados colhidos no diagnóstico participativo e cruzamento com dados técnicos.
- Apresentação da sistematização de minutas do PMMA e envio aos municípios para discussão junto aos conselhos municipais e aprovação dos PMMAs.
- Revisão, edição, diagramação e publicação dos PMMAs Lagos São João e Rio das Ostras.

A Política Municipal de Meio Ambiente tem por objetivo a promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações.

A Política Municipal do Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado, realizar-se-á com a observância dos seguintes Princípios:

- Gestão e atuação do Município na promoção, manutenção e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, entendido como bem de uso comum da coletividade;
- Gerenciamento da utilização adequada dos recursos naturais, baseada na ação conjunta do Poder Público e da coletividade, visando proteger, conservar e recuperar a qualidade ambiental adequada à vida, garantindo o desenvolvimento sustentado;
- Prevenção dos danos e degradações ambientais, por meio da adoção de medidas preventivas que neutralizem ou minimizem para níveis tecnicamente seguros os efeitos indesejáveis;
- Organização e utilização adequada do solo urbano e rural, objetivando compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental;
- Proteção dos ecossistemas, das unidades de conservação, da fauna e da flora;
- Realização de planejamento e zoneamento ambientais, bem como o controle e fiscalização das atividades potenciais ou efetivamente degradadoras;
- Promoção de estímulos e incentivos às ações que visem à proteção, manutenção e recuperação do meio ambiente;
- Articulação, coordenação e integração da ação pública entre os órgãos e entidades do Município com os demais níveis de governo, bem como a realização de parcerias com o setor privado e organizações da sociedade civil, visando a recuperação, preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;
- Promoção da educação ambiental.
- Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- Ao condicionamento do uso da propriedade à sua função social e ambiental.

2.5.3. Cenário Cultural

Rio das Ostras é uma cidade cheia de histórias e encantos naturais. Sua memória está na essência da cultura dos antigos povos que habitavam a região há milhares de anos.

A expansão turística e a construção da Rodovia Amaral Peixoto na década de 50 definitivamente contribuíram para o desenvolvimento da cidade que se transformou no

valioso município de hoje. Sua emancipação político-administrativa ocorreu em 10 de abril de 1992. Desde então, seu crescimento é considerado o maior do interior do Estado, distribuído em uma área territorial de 232 Km² de extensão.

Dentre as principais atrações de Rio das Ostras, são destaques os seguintes pontos turísticos:

- Pier de Costa Azul.

O píer avança 200 metros para dentro da praia e além de permitir a observação de uma linda paisagem, é o novo ponto para pesca de caniço. Ideal para aproveitar o nascer do sol e admirar toda orla da praia de Costazul vista por um ângulo privilegiado.

- Orla do Centro.

A Orla do Centro oferece uma excelente infraestrutura, com bares, restaurantes e quiosques. É lá que está localizada a Concha Acústica, a Figueira Centenária e o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição.

- Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba.

Inaugurado em 1998, o museu é um dos únicos “in situ” do Brasil. Aberto à visitação pública com exposição permanente de peças catalogadas por época, origem e denominação pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), em reconstituição da pré-história da região.

Possui uma área escavada com restos de esqueletos e exposição de objetos de adorno, ostras gigantes, conchas, pedras (batedores e quebra-coquinhos), que caracterizam a ocupação de uma antiga civilização estimada entre 4 mil anos.

O Sítio Arqueológico foi registrado com o nome Tarioba pelo próprio IAB em 1967. O termo sambaqui é de origem tupi-guarani e significa acúmulo de conchas. Em 2003 sofreu importante revitalização com instalação de sistema interno de som, vitrines e projeto de iluminação novos para melhor visualização do material exposto.

- Lagoa De Iriry.

Unidade de conservação conhecida pela sua água escura originada pela vegetação existente, que oferece infraestrutura de quiosques, trilhas e um mirante com cerca de 20 metros de altura, que possibilita registrar lindas imagens da cidade.

- Praça do Trem.

A Praça do Trem possui uma área de 6.500 m², sendo 420 m² de área construída. A réplica de uma estação de trem, com direito a Maria-fumaça encanta os visitantes. A praça fica localizada na Rua Henrique Sarzedas, s/nº Rocha Leão.

- Monumento Natural dos Costões Rochosos.

O Monumento Natural dos Costões Rochosos, é uma extensa faixa de rochas compreendida entre a Praia da Joana e a Praça da Baleia. Foi transformada em reserva ecológica pela prefeitura e possui grande riqueza de fauna e flora, além de uma bela vista do nascer do sol.

- Casa da Cultura.

A Casa de Cultura, administrada pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, promove oficinas de arte e artesanato, abriga um centro de memória documental da cidade e realiza exposições de artes plásticas em seu salão principal. Reconhecido como patrimônio histórico e cultural da cidade pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), o imóvel é um dos mais antigos de Rio das Ostras. A Casa de Cultura fica localizada na Rua Dr. Bento Costa Júnior, 70, no Centro. (Fonte: Prefeitura de Rio das Ostras).

- Poço de Pedras do Lago de Nossa Senhora da Conceição.

Construído pelos escravos em meados do século XVIII, o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição serviu como marco para a construção da cidade de Rio das Ostras.

Registros históricos indicam que o poço era utilizado pelos antigos navegadores que cruzavam a Baía Formosa e aportavam no cais do morro do Limão (atual Iate Clube) para que a tripulação pudesse ter água potável.

Na década de 90, após as obras de calçamento da orla da Praia do Centro, o Poço de Pedras foi demolido. No ano de 2000, após o trabalho de busca de registro fotográfico antigo da cidade realizado pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, foi totalmente reconstruído pela Prefeitura e passou a ser ponto constante de visitação de turistas.

Além dos pontos turísticos, a cidade que dá show de natureza também cria, incentiva e aprimora eventos que estão no calendário nacional. A cada ano, o carnaval e o réveillon recebem mais visitantes. Dentre suas principais atrações, Rio das Ostras tem como destaques de seu circuito cultural os seguintes eventos:

- Rio das Ostras Jazz & Blues Festival: contando com a participação de milhares de pessoas, de todas as regiões do país o evento reúne uma seleção de intérpretes e instrumentistas que se apresentam nos palcos montados em Costa Azul, na praia da Tartaruga, na lagoa do Iriry e na Praça São Pedro. Os shows são gratuitos e ao ar livre. A iniciativa fez nascer também uma entidade própria: a Abrafest – Associação Brasileira dos Produtores de Festivais de Música Instrumental, Jazz e Blues, responsável por fazer circular pelo país diversos músicos consagrados.
- Clube do Vinil: reúne mensalmente, no Café Paradiso, interessados em compra, venda, troca e avaliação de LPs.
- Festival da Onda: reúne audições e encenações dos alunos do Centro de Formação Artística de Música, Dança e Teatro. As apresentações têm entrada franca e acontecem entre outubro e novembro, no Teatro Popular da Avenida Amazonas.
- Aniversário da Cidade: são alguns dias de festa, com desfile cívico pela Avenida Amazonas, shows gratuitos, competições esportivas, leilões, missa na paróquia Nossa Senhora da Conceição, entre vários eventos em diferentes pontos da cidade.
- A Música da Cidade – Show mensal que acontece desde 2012, com DJs e bandas musicais. De março a novembro, no último sábado do mês.

2.5.4. Cenário da Infraestrutura

A origem de Rio das Ostras data, entretanto, de cerca de 4 mil anos, quando era habitada por caçadores e coletores semi-nômades, cuja presença pode ser comprovada em seu solo repleto de sambaquis, com áreas de sítios arqueológicos demarcadas em 1967 por pesquisadores do IAB - Instituto de Arqueologia Brasileira, confirmando sua pré-história.

Situada na Capitania de São Vicente, tinha a denominação de Leriipe (que em tupi-guarani significa “Lugar de Ostra”) ou Seriipe, sendo parte das terras da Sesmaria doada aos jesuítas pelo Capitão-Mor Governador Martins Corrêa de Sá em 20 de novembro de 1630. Esta faixa foi delimitada por dois marcos de pedra - PITOMBAS

- colocados em Itapebussus e na barreta do Rio Leriipe com a insígnia da Companhia de Jesus. Os Jesuítas foram responsáveis pelas primeiras construções na região como o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição e a antiga Igreja.

A história de Rio das Ostras é comprovada por meio de relatos de antigos navegadores que por aqui passaram como o sapateiro da expedição de Villegagnon França-Antártica em 1510, Jean de Lery, o naturalista Augustin François César Prouvençal de Saint Hilaire, o Príncipe alemão Maximilian Alexander Philipp Zu Wied Neuwied e, em 1847, o Imperador D. Pedro II, que descansou a sombra da, hoje, centenária figueira a beira-mar, após ser recebido com bandas de música e folgedos, conforme noticiaram os jornais da época.

Conhecida então como Baía Formosa no século XIX, foi um próspero arraial e seu crescimento se deu ao redor da igreja e do Poço de Pedras. O Rio das Ostras era rota de tropeiros e comerciantes, mas no arraial já existiam internatos masculino e feminino, o Grande Hotel, o Posto de Polícia Provincial, a Igreja e o Poço do Largo, com água pura que jorrava a beira-mar.

A lei estadual nº 1984/92 criou o município de Rio das Ostras, com sede na atual Vila do mesmo nome, formado do território do distrito de Rio das Ostras, desmembrado do município de Casimiro de Abreu. No art. 2º, ao contrário do que muitos pensam, se extrai que o território de Rio das Ostras é constituído de um único distrito.

Rio das Ostras se destaca por seus investimentos em infraestrutura e saneamento básico, é considerado modelo em iniciativas permanentes de programas e projetos de geração de emprego e renda. Além de ser um dos mais visitados destinos turísticos da Região Costa do Sol.

Sua emancipação político-administrativa ocorreu em 10 de abril de 1992. Desde então, seu crescimento populacional é considerado o maior do Estado, cerca de 11% ao ano. A população está distribuída em uma área territorial de 229,044 Km² de extensão, com mais de 90% na zona urbana do município.

A Prefeitura de Rio das Ostras inaugurou em 2007, a infraestrutura da Zona Especial de Negócios (ZEN). A Zona Especial de Negócios (ZEN) possui uma área com um milhão de metros quadrados, com 29 empresas em atividade. A atual administração investiu mais de R\$ 15 milhões em obras de infraestrutura com pavimentação, redes de abastecimento de gás natural, água, sistema de esgotamento sanitário, energia elétrica, telefonia e drenagem de águas pluviais. Ao todo serão gerados quatro mil empregos diretos nos mais variados ramos de atividade, como petróleo, gás e indústria naval.

O objetivo da ZEN é ordenar as atividades empresariais, industriais de produção, bens e serviços para que as áreas residenciais e turísticas do município não sofressem o impacto da industrialização e crescimento local. Dessa forma, a população continua tendo qualidade de vida, o turista possui belas paisagens preservadas e o empresário uma área infraestruturada.

Dados de Estabelecimentos/Setores

Entre as principais atividades econômicas, destacam-se seu parque industrial, comércio varejista, e prestação de serviços em geral conforme detalhamento da distribuição e participação relativa dos diversos setores tanto em Rio das Ostras quanto no estado, conforme estimativas divulgadas pelo IPC/Maps-2017.

Detalhamento dos Setores	TOTAL BRASIL		SUDESTE		RIO DE JANEIRO		Microregião de RIO DAS OSTRAS + LIMÍTROFE		RIO DAS OSTRAS	
	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)	Dados	(%)
Bancos	27.865	0,0%	15.046	0,03%	2.424	0,03%	93	0,02%	10	0,01%
Frota	94.620.048	82,5%	43.759.977	82,88%	6.438.558	78,03%	372.833	77,59%	52.508	74,54%
Indústria Extrativa	32.127	0,0%	59.328	0,11%	2.614	0,03%	382	0,08%	17	0,02%
Indústria em Geral	1.773.781	1,5%	766.919	1,45%	152.803	1,85%	7.834	1,63%	1.335	1,90%
Reciclagem	35.762	0,0%	15.171	0,03%	2.756	0,03%	185	0,04%	23	0,03%
Prod.Distrib. Eletr/Gás/Água	21.811	0,0%	8.417	0,02%	1.916	0,02%	171	0,04%	24	0,03%
Construção	1.279.438	1,1%	564.120	1,07%	120.838	1,46%	8.404	1,75%	1.584	2,25%
Comércio Varejista	6.082.592	5,3%	2.635.994	4,99%	481.139	5,83%	33.479	6,97%	5.684	8,07%
Comércio Atacadista	735.163	0,6%	337.806	0,64%	52.264	0,63%	2.063	0,43%	255	0,36%
Serviços de Alojamento	79.107	0,1%	31.175	0,06%	8.483	0,10%	1578	0,33%	144	0,20%
Transportes	806.166	0,7%	386.902	0,73%	61.672	0,75%	3.260	0,68%	393	0,56%
Correios e Telecomunicações	87.003	0,1%	43.529	0,08%	8.218	0,10%	279	0,06%	47	0,07%
Atividades Financeiras	206.470	0,2%	124.799	0,24%	24.832	0,30%	349	0,07%	45	0,06%
Serviços em Geral	5.646.796	4,9%	2.509.067	4,75%	578.319	7,01%	28.852	6,00%	4.491	6,38%

Administração Pública	50.148	0,0%	15.581	0,03%	2.436	0,03%	164	0,03%	13	0,02%
Educação	462.616	0,4%	214.586	0,41%	50.792	0,62%	2.550	0,53%	479	0,68%
Saúde	347.096	0,3%	162.970	0,31%	36.596	0,44%	1.241	0,26%	186	0,26%
Serviços de Alimentação	1.537.969	1,3%	745.961	1,41%	162.494	1,97%	13.061	2,72%	2.560	3,63%
Com. E Repar. Veículos	922.230	0,8%	403.017	0,76%	62.358	0,76%	3.755	0,78%	649	0,92%
TOTAL	114.754.188	100%	52.800.365	100%	8.251.512	100%	480.533	100%	70.447	100%

Fonte: IPC Maps 2017/IBGE

2.5.5. Cenário da Saúde

Rio das Ostras possui uma das melhores redes públicas de Saúde do País, que oferece atendimento humanizado, remédios, exames e cirurgias de ponta, gratuitamente, a todos. São 10 postos de saúde, Pronto-Socorro, Unidade de Dor Torácica (UDT), Centro de Atenção Psicossocial (Caps), Farmácia e Hospital Municipal. Além de dois Centros de Saúde, com Centros de Reabilitação, o primeiro no Centro da cidade e outro no distrito de Rocha Leão, este, com estrutura urbana junto a pequenos montes, com clima relativamente frio, onde a principal atração turística é o ecoturismo.

O resultado do Censo 2018, realizado pelo IBGE, indica 145.989 pessoas em Rio das Ostras. Em comparação com o Censo 2010, ocorreu um aumento de 69.257 pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população riostrense no período foi de 190,17%, ainda maior do que o observado na década anterior (100,16% entre 1991 e 2000). O Censo 2010 mostra também que a população urbana permanece com o mesmo percentual; tanto em 2000 quanto em 2010, 95% da população riostrense vive na área urbana.

Os resultados do Censo 2010 mostram que existem 97,6 homens para cada 100 mulheres, ou seja, existem 1 277 mulheres a mais que homens em Rio das Ostras. Em 2000, para cada 100 mulheres havia 99,17 homens. A população de Rio das Ostras é composta por 53.517 mulheres e 52.240 homens.

A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde.

Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. Com vistas à operacionalização da atenção básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde.

A estratégia saúde da família, com a participação dos agentes comunitários de saúde – ACS e das equipes de saúde bucal – eSB, pretende superar o antigo modelo exclusivamente centrado na doença, passando a uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde. Conforme o Ministério da Saúde, a estratégia saúde da família favorece a reorientação do processo de trabalho, com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

Um ponto destacado é o estabelecimento de uma equipe multiprofissional (equipe de saúde da família – eSF) composta por, no mínimo: médico generalista, ou especialista em saúde da família, ou

médico de família e comunidade; enfermeiro generalista ou especialista em saúde da família; auxiliar ou técnico de enfermagem; e agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de saúde bucal.

Existem dois tipos de equipe de saúde bucal, quais sejam: a modalidade I, composta por cirurgião- dentista generalista ou especialista em saúde da família e auxiliar em saúde bucal; e a modalidade II, que inclui um técnico em saúde bucal.

Em dezembro de 2016, um município não tinha equipe de saúde da família e 14 não dispunham de equipe de saúde bucal. Atualmente, Rio das Ostras conta com 40 agentes Comunitários de Saúde, credenciados pelo Ministério da Saúde, 11 equipes de Saúde da Família credenciados pelo Ministério da Saúde, 4 equipes de Saúde Bucal, divididas em 2 modalidades, todos credenciados pelo Ministério da Saúde.

A qualidade de vida do município pode ser depreendida da análise de alguns indicadores disponibilizados pela Secretaria Municipal da Saúde de Rio das Ostras, conforme demonstrado pelos tópicos seguintes:

Taxa de Mortalidade Infantil (Crianças menores de 1 ano) Rio das Ostras	
O que é	Proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes.
Fórmula	$\text{N}^\circ \text{ total de óbitos de crianças com menos de um ano de idade} \div \text{N}^\circ \text{ total de nascidos vivos no município} \times 1000.$
Disponibilidade de dados	Cidade.
Meta ODS	Meta 3.2: até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.
Fontes do Indicador	Saúde e Bem-Estar (ODS 3) – Organização das Nações Unidas (ONU), Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura de Rio das Ostras, SINASC e SIM.
Observações	*Nascidos Vivos 2013 - Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Nota: Dados de 2012 a 2013 são preliminares, ocorridos até 30/11/2013 e registrados na base estadual até 28/02/2014, sujeitos a retificação e recebimento de novas informações de nascimentos, inclusive os ocorridos em outros estados, de mães residentes no Rio de Janeiro.
Mortalidade Materna – Rio das Ostras	
O que é	Proporção de óbitos femininos por causas maternas, em relação aos nascidos vivos de mães residentes no município, por dez mil nascidos vivos.
Fórmula	$\text{Número de óbitos por causas maternas} \div \text{Número total de nascidos vivos no município} \times 10000.$
Disponibilidade de dados	Cidade.
Meta ODS	Meta 3.1: até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

Fontes do Indicador	Saúde e Bem-Estar (ODS 3) – Organização das Nações Unidas (ONU), Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura de Rio das Ostras, SINASC e SIM.
Observações	*Nascidos Vivos 2013 - Fonte: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Nota: Dados de 2012 a 2013 são preliminares, ocorridos até 30/11/2013 e registrados na base estadual até 28/02/2014, sujeitos a retificação e recebimento de novas informações de nascimentos, inclusive os ocorridos em outros estados, de mães residentes no Rio de Janeiro.
Imunização da População – Rio das Ostras	
O que é	Percentual da população imunizada.
Fórmula	Percentual da população imunizada.

Disponibilidade de dados	Cidade.
Meta ODS	Meta 3.b: apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis que afetam principalmente os países em desenvolvimento. Proporcionar o acesso a medicamentos e a vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha. O documento declara o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.
Fontes do Indicador	Saúde e Bem-Estar (ODS 3) – Organização das Nações Unidas (ONU), Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura de Rio das Ostras, SINASC e SIM.
Estatísticas de Imunização	2015: 98,98% da população imunizada. 2016: 97,14% da população imunizada.

Relativamente à rede local e aos recursos materiais e humanos disponíveis em Rio das Ostras, conforme dados coletados no Sistema DataSus, em 2016 o município dispunha de 3 Hospitais Gerais, 10 Policlínicas, 12 Centros de Saúde/UBS e uma rede de 78 consultórios, conforme demonstrado pela tabela seguinte:

Estabelecimentos por tipo	Quantidade	% Participação
Consultório	78	61%
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	21	16%
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	12	9%
Poloclínica	10	8%
Hospital Geral	3	2%
Central de Regulação	1	1%
Centro de Atenção Psicossocial	1	1%
Farmácia	1	1%
Pronto Socorro Geral	1	1%
TOTAL	128	100%

Fonte: DataSus

Dado este contexto, os cursos da área da saúde da Faculdade CNEC Rio das Ostras (Biomedicina e Enfermagem) vêm não apenas ao encontro das carências observadas no município e região, mas principalmente, contribuir na capacitação de futuros profissionais capazes de agregar efetivamente maior qualidade de vida à comunidade como um todo. Dentre os projetos desenvolvidos pelos cursos da área da

saúde da instituição com impacto direto na vida da população, destacam-se as ações de assistência e inclusão social feitas nas comunidades com participação da Cruz Vermelha, com atendimento à comunidade que colaborem para seu desenvolvimento cultural, educacional, científico e de bem-estar através de alunos e professores da IES, com orientações de práticas de primeiros socorros, exames médicos, oficinas e outras atividades de ampliação do conhecimento e da qualidade de vida das pessoas.

2.5.6. Cenário Educacional

2.5.6.1. Educação Básica

O direito à educação é uma garantia constitucional. A Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta os fundamentos de sua organização e filosofia, estabelecendo no artigo 21 a composição dos níveis escolares em educação básica, (formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio) e educação superior.

A educação básica, em toda a sua extensão, obriga gratuidade por parte do Estado. A LDB também delega aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, a organização dos respectivos sistemas de ensino. A Lei 9.394/2006 ao mesmo tempo em que confirma que o Poder Público, em todas as esferas administrativas,

assegura em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, possibilita também à iniciativa privada o oferecimento do ensino, impondo para tanto as seguintes condições:

- Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;
- Autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;
- Capacidade de autofinanciamento.

Aos estados compreendem as instituições de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa pública e privada, além dos sistemas municipais de ensino de educação infantil, havendo também a participação da iniciativa privada. Os dados da educação básica estão consolidados no censo escolar, realizado pelo INEP anualmente desde 1991, reunindo informações sobre matrículas, estabelecimentos, rendimento escolar, funções docentes entre outras.

As metas estabelecidas para a educação básica no Plano Nacional de Educação em vigência estão voltadas para a melhoria do rendimento escolar. Medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a META 7 propõe as seguintes médias nacionais para o IDEB até 2021:

- 6,0 nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental.
- 5,2 no Ensino Médio.

Em 2017, 55,7% das disciplinas do ensino fundamental eram ministradas por professores com formação adequada, ou seja, que tinham licenciatura na mesma área da disciplina. No ensino médio esse percentual era de 61%. Os dados são do Indicador Educacional “Adequação da Formação Docente” e revelam uma melhoria.

Segundo dados do Censo da Educação Básica 2017, em Rio das Ostras foram registradas 34.944 matrículas na Educação Básica, sendo 5.872 na educação infantil (16,8% do total), 20.331 no ensino fundamental (58,2% do total de matrículas) e 4.591 no ensino médio (13,1%) conforme demonstrado pela tabela seguinte:

Modalidades de Educação Básica Rio das Ostras/RJ	Matrículas / Ano			
	2017 (A)	2016 (b)	2015	(a/b) %
Total Educação Básica	34.944	34.777	36.556	0,5%
Educação Infantil	5.872	5.897	5.549	-0,4%
<i>Creche</i>	1.882	1.984	1.741	-5,4%
<i>Pré-escola</i>	3.990	3.913	3.808	1,9%
Ensino Fundamental	20.331	20.616	21.002	-1,4%
Ensino Médio	4.591	4.410	4.477	3,9%
Educação Profissional	818	1.170	2.233	-43,0%
Educação Profissional Subsequente	1.068	687	509	35,7%
Educação de Jovens e Adultos	2.264	1.768	2.786	21,9%
<i>Ensino Fundamental (EJA)</i>	1.165	931	1.357	20,1%
<i>Ensino Médio (EJA)</i>	1.099	837	1.429	23,8%

Fonte: Censo Educação Básica – Inep/MEC | Estadual, Municipal, Rede Privada.

2.5.6.2. Educação Superior

Segundo dados do MEC/INEP através do Censo da Educação Superior de 2016, em toda a região limítrofe de Rio das Ostras (compreendendo os municípios Rio das Ostras, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Iguaba Grande, Macaé, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim), estão localizadas 21 Instituições de Ensino Superior (públicas e privadas, sendo: 13 Universidades, 1 Instituto e 7 Faculdades, responsáveis pela absorção de 30.954 alunos, sendo a Faculdade CNEC Rio das Ostras detentora de 3,6% do market share (1.110 matrículas em valores absolutos).

Em sua última edição disponível publicamente para consulta (2016) o Censo da Educação Superior realizado pelo Inep/MEC apontava na região do entorno de Rio das Ostras a existência de 109 cursos superiores, responsáveis pela oferta de 12,9 mil vagas (modalidades presencial e a distância), com uma demanda média de

praticamente 4,0 candidatos por vaga, demonstrando o potencial da região para o Ensino Superior, conforme demonstrado pela tabela seguinte.



Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI Faculdade CNEC Rio das Ostras

Instituições	Matrículas 2016	Qtde. Cursos	Inscritos	Vagas	Ingressos	Egressos	Vagas Ociosas	Evadidos
Universidade Federal De São Carlos	2	0	0	0	0	1	0	1
Faculdade Da Região Dos Lagos	405	9	495	705	282	45	423	81
Faculdade De Filosofia Ciências E Letras De Macaé	456	6	247	510	239	80	271	150
Universidade Estácio De Sá	10.646	29	11.319	4.105	3.787	1.165	318	10.320
Universidade Veiga De Almeida	5.328	17	1.223	3.984	1.159	500	2.825	2.274
Universidade Metodista De São Paulo	302	0	0	0	111	74	-111	436
Universidade Pitágoras Unopar	2.976	0	0	0	2.180	355	-2.180	1.510
Universidade Paulista	217	0	0	0	245	5	-245	274
Universidade Do Grande Rio Professor José De Souza Herdy	373	2	105	110	111	87	-1	225
Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	315	0	0	0	81	20	-81	129
Universidade Federal Fluminense	2.976	9	19.200	743	966	322	-223	1.290
Universidade Federal Do Rio De Janeiro	1.936	11	15.296	570	614	171	-44	684
Faculdade Cenecista De Osório	139	0	0	0	49	6	-49	83
Universidade Anhanguera - Uniderp	776	0	0	0	240	206	-240	554

Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro	253	0	0	0	85	6	-85	241
Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	175	0	0	0	0	5	0	209
Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Fluminense	429	5	2.542	155	175	15	-20	107
Faculdade Educacional Da Lapa	49	0	0	0	43	3	-43	52
Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora	1.108	9	444	700	162	129	538	551
Faculdade Cenequista De Rio Das Ostras	1.110	8	620	920	265	79	655	401
Faculdade Professor Miguel Ângelo Da Silva Santos	983	4	373	400	356	76	44	336
TOTAL	30.954	109	51.864	12.902	11.150	3.350	1.752	19.908

Fonte: Censo Educação Superior 2016 - Inep/MEC

2.6. Áreas de atuação acadêmica da IES

A Faculdade CNEC Rio das Ostras atua nas áreas do conhecimento de ciências humanas; ciências sociais aplicadas; ciências exatas; engenharias; e nos Eixos Tecnológicos de Gestão e Negócios e Infraestrutura, tanto em cursos de graduação presenciais quanto em cursos de pós-graduação presenciais. Pretende atuar, de forma integrada, nas demais áreas de conhecimento, tendo em vista a abrangência regional, as características macroeconômicas da região em que se insere e a demanda de profissionais em todos os campos do saber. Na vigência do quinquênio deste PDI, continuará atuando nas áreas do conhecimento e eixos tecnológicos que já pratica, aprimorando a oferta de novos cursos para atender a demanda regional e de mercado.

Além das atividades ligadas ao ensino, foco principal de sua atuação, a instituição organiza e implementa programas de extensão, compostos por cursos *in company*, na própria IES e serviços que revelem sua inserção na vida social, profissional e comunitária. Essa formação profissional em seus cursos busca assegurar ao egresso, competência que o credencie a responder aos desafios da modernidade, a constante evolução do conhecimento, com competência técnica, espírito investigativo e compromisso com a cidadania.

A oferta de novos cursos considera as potencialidades institucionais e o estudo constante do contexto socioeconômico regional aliado as pesquisas de opinião e demandas junto as escolas de nível médio e profissionalizantes, consideradas de extrema valia para dimensionar a prática pedagógica dos cursos superiores e a abertura de novos cursos.

A Faculdade CNEC Rio das Ostras, no momento da construção deste PDI, conta com os seguintes cursos de graduação em funcionamento:

Cursos	Grau	Atos Legais	Vagas Anuais	Turno
Administração	Bacharelado	Renovado Reconhecimento Portaria nº 267, de 03/04/2017 - D.O.U 04/04/2017	200	Noturno
Biomedicina	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 338, de 29.05.2014 - D.O.U 30/05/2014	100	Noturno
Ciências Contábeis	Bacharelado	Portaria de Reconhecimento nº 520, de 26.07.2018 - D.O.U 31/07/2018	100	Noturno
Direito	Bacharelado	Renovado Reconhecimento Portaria nº 267, de 03/04/2017 - D.O.U 04/04/2017	120	Matutino/Noturno
Enfermagem	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 338, de 29.05.2014 - D.O.U 30/05/2014	100	Noturno
Engenharia Civil	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 669, de 11/11/2014 - D.O.U de 12/11/2014	100	Noturno

Engenharia Mecânica	Bacharelado	Portaria de Autorização nº 584, de 17/08/2015 - D.O.U de 18/08/2015	100	Noturno
Engenharia de Produção	Bacharelado	Portaria nº 133, de 27/07/2012, publicada no D.O.U de 30/07/2012	100	Noturno

Em que pese esta disposição, a Faculdade CNEC Rio das Ostras, compromete-se a permanecer atenta às mudanças e inovações sociais e tecnológicas, mantendo uma margem de trabalho suficiente para adaptar seus planos à realidade do momento, mas sem perder de vista questões de longo prazo, como relevância socioeconômica e sustentabilidade de eventuais novas propostas de cursos.

Caso seja do interesse da Faculdade CNEC Rio das Ostras e da comunidade de seu entorno a implantação de outros cursos que não os apenas constantes neste PDI, sua gestão irá, tempestivamente, promover com seu respectivo ato de aditamento de forma que o mesmo passe a conter todos os passos do novo planejamento, conforme estabelece o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e demais dispositivos legais posteriores que venham ocorrer a alterá-lo.

2.7. Identidade Estratégica

Todos os projetos e ações planejados e implementados pela Faculdade CNEC Rio das Ostras estão alinhadas à Missão, à Visão e aos Princípios e Valores institucionais, que são os pilares de sua identidade estratégica.

Esses elementos estruturantes permeiam os objetivos institucionais e seus diferenciais competitivos, garantindo a permanência do DNA CNEC em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. É Missão da CNEC e da Faculdade CNEC Rio das Ostras promover a formação integral, com compromisso

2.7.1. Princípios e Valores Institucionais

Em todas as atividades acadêmicas que desenvolve e cursos que oferta, a Faculdade CNEC Rio das Ostras concebe o aluno como o principal agente da construção do conhecimento, participante ativo de um processo organizado e sistêmico que visa, por meio da dinâmica entre ação e reflexão, o desenvolvimento de autonomia cognitiva e de experiências que formarão uma inteligência emocional e social estruturante para a evolução de sua trajetória humana, profissional e cidadã.

Nesse sentido, a CNEC e a Faculdade CNEC Rio das Ostras comprometem-se no cumprimento do papel de mediadora desse processo evolutivo, promovendo o suporte acadêmico e viabilizando os recursos necessários para o desenvolvimento e a formação integral de seus alunos, a partir dos seguintes Princípios e Valores Institucionais:

- Ética;
- Excelência;
- Valorização do Ser Humano;
- Compromisso Social e Ambiental.

2.7.2. Visão de Futuro

Alinhada à sua Missão, Princípios, Valores e Diferenciais Competitivos, a Faculdade CNEC Rio das Ostras persegue trajetória para ser referência como instituição Educacional inovadora em soluções educacionais.

2.7.3. Objetivos

2.7.4.1. Geral

Intervir positivamente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da comunidade a qual a Faculdade CNEC Rio das Ostras está inserida, por meio da formação humana e profissional dos sujeitos que as constituem, estabelecida a partir dos princípios e valores institucionais

2.7.4.2. Específicos

São objetivos específicos da Faculdade CNEC Rio das Ostras:

- Consolidar sua identidade institucional por meio da excelência acadêmica e inserção social no ensino, na iniciação científica/pesquisa e na extensão;
- Estabelecer sólida relação de pertinência com a comunidade;
- Promover oportunidades de acesso ao ensino superior para estudantes em situação de risco e ou vulnerabilidade social;
- Promover a cultura da paz e do respeito às diferenças;
- Formar cidadãos e profissionais com as competências e habilidades humanas e técnicas exigidas pela sociedade contemporânea;
- Empreender programas de melhoria contínua que imprimam valor aos processos acadêmicos e aos cursos de graduação, pós-graduação e livres, nas modalidades presenciais ou EAD;
- Implementar políticas que reduzam os índices de evasão no ensino superior e que estimulem o contínuo aprimoramento acadêmico e profissional na comunidade e na região;
- Acompanhar o desenvolvimento profissional dos egressos, com vistas à oferta de formação continuada; o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos dos cursos; e o planejamento e a oferta de novos cursos de graduação, de pós-graduação e cursos livres, que atendam às potenciais demandas sociais e econômicas locais;
- Promover programa de qualificação profissional para docentes e técnico-administrativos;
- Promover programa de incentivo à produção acadêmica de docentes e discentes;
- Promover programas de extensão que permitam a inserção da comunidade acadêmica em seu meio social, possibilitando o desenvolvimento de uma percepção própria acerca de seus problemas, bem como a geração de soluções que tragam benefícios de forma indiscriminada;
- Consolidar a iniciação científica/pesquisa como atividade inerente ao ensino e a extensão;
- Utilizar a tecnologia como meio de qualificar os processos de ensino e de aprendizagem, possibilitando a implementação de diferentes estratégias e metodologias de ensino baseadas na participação ativa dos educandos no desenvolvimento de seus projetos de formação humana e profissional; e
- Ser referência local para a produção e disseminação da cultura;
- Promover o desenvolvimento sustentável da comunidade, atuando na formação de lideranças locais comprometidas com esse fim.

2.7.5. Diferenciais Competitivos

A Faculdade CNEC Rio das Ostras acredita e trabalha para que a oferta de seus serviços seja plasmada por 5 (cinco) Diferenciais Competitivos que importem valor às atividades acadêmicas e sociais resultem na construção de experiências significativas e relevantes para seus alunos e para a comunidade onde está inserida.

Assim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são planejadas e desenvolvidas sob orientação:

- Do Senso de Pertinência;
- Do Empreendedorismo;
- Da Tecnologia;
- Da Sustentabilidade e,
- Das Metodologias Ativas.

O senso de pertinência reflete a essência comunitária da Instituição e é materializado por meio da interlocução profunda com a sociedade e seus atores institucionais, no sentido de contribuir ativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da comunidade e da região onde está inserida.

A participação ativa da comunidade na definição do seu Plano Estratégico e a intervenção proativa da Instituição no enfrentamento dos desafios estratégicos da comunidade promove um ciclo virtuoso de reciprocidade, amadurecimento e sustentabilidade.

O empreendedorismo é linha mestra das políticas de ensino, pesquisa e extensão e visa garantir o alinhamento das atividades acadêmicas, sempre direcionadas ao aluno, para o desenvolvimento de um conjunto amplo de competências e habilidades que passam pelas capacidades de autorreflexão, análise, síntese, convivência, respeito às diferenças, de apropriar-se de direitos e de observar deveres, de respeitar e contribuir com meio ambiente, de comprometer-se com a redução de desigualdades, de dominar as ferramentas de informação e comunicação, de construir autonomia cognitiva e, especialmente, de exercer o direito de escolha e de construir seus próprios caminhos.

A tecnologia é meio e fim nas políticas de ensino, pesquisa e extensão: como meio a tecnologia está presente nas metodologias e no modelo de ensino e também nos ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas, laboratórios e equipamentos; como fim, a tecnologia é percebida à medida que os projetos e atividades acadêmicas resultam no desenvolvimento de produtos, processos, métodos ou técnicas que colaborem para a solução de problemas e ou na construção possibilidades para os alunos e para a comunidade.

A Faculdade CNEC Rio das Ostras se apropria do conceito de sustentabilidade definido pela Organização das nações Unidas em 1987, ao reafirmar que o “desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.”.

Com essa premissa, pauta seus processos, projetos e ações alinhados à visão de futuro, de forma a perenizar sua atuação e suas contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade e da região onde está inserida e, notadamente, para a formação integral de seus alunos promovendo a vivência de experiências significativas e favorecedoras do desenvolvimento do senso crítico, do exercício pleno da cidadania com o gozo de direitos e a observância de deveres, para o exercício do civismo, e para a assunção de compromissos de ordem individual e coletiva no presente, com a responsabilidade de contribuir para o bem comum das gerações presentes e futuras.

Assim como o Empreendedorismo, as Metodologias Ativas também são condutores do modelo educacional, resgatando no aluno o protagonismo. Nesse modelo, o aluno é o sujeito histórico e assume o principal papel na aprendizagem, importando seus saberes, opiniões e

experiências para linha de largada da construção do conhecimento.

A Faculdade CNEC Rio das Ostras defende a autoaprendizagem e estimula a reflexão, a pesquisa, a tomada de decisão no curso do processo formativo e defende também a ressignificação da prática docente, atribuindo ao professor o papel de facilitador desse processo.

Numa perspectiva mais ampliada acerca dos espaços, tempo e estilos de aprendizagem, a Faculdade CNEC Rio das Ostras pauta-se na perspectiva de que, no futuro próximo, o amadurecimento deste modelo garanta a criação de uma diversidade de trilhas de aprendizagem alinhadas aos interesses e necessidades de cada aluno.

III. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso

Curso Bacharelado em Direito

Código do Curso: 68442

Ato de Autorização do Curso: Portaria MEC de nº 4.029 de 23/12/2003, Publicação no DOU I, em 24/12/2003. Despacho de nº 309/2003 CES/CNE

Ato de **Reconhecimento do Curso**: Portaria MEC de nº 490 de 20/12/2011, Publicação no DOU I, em 23/12/2011.

b) Endereço de Funcionamento do Curso

Rua Renascer da Terceira Idade, s/n – Jardim Campomar

c) Número de vagas

120 autorizadas

d) Turnos de funcionamento do Curso

Noturno.

e) Carga Horária Total do Curso

3.860 horas.

f) Regime de Ingresso

Processo Seletivo

g) Regime de Matrícula:

O regime de matrícula é semestral e por disciplina/crédito (1 crédito teórico equivale a 20 horas-aula).

h) Tempos mínimo e máximo para integralização

10 semestres. A integralização do Curso de Direito é feita pelo regime de créditos

semestrais com matrícula por disciplina, atendidos os pré-requisitos; no mínimo em dez e, no máximo, dezesseis semestres letivos. Ao aluno que concluir a integralidade do Curso de Direito, com aproveitamento, em todas suas fases (aulas teóricas, prática de estágio, atividades complementares e Trabalho de Curso), será concedido o grau de Bacharel em Direito.

i) Perfil do Coordenador - Tempo de exercício na IES e na função de coordenador do curso

Atua no CNEC Rio das Ostras desde 2014. Afastou-se em 2011 e retornou em junho de 2014.

Tem experiência em coordenação de curso em três instituições.

1) Na UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio exerceu a Coordenação do Curso de Direito de 1997 a 2008;

2) Na Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva, atual IBMEC, em 2005;

3) Na UNIRIO foi o coordenador do Curso de Administração Pública (2009-2010).

Em todos os casos participando efetivamente da atualização do Projeto Pedagógico e da sua aplicação acadêmica.

Desta forma, o Coordenador já acumula uma experiência de quase 18 anos de ensino e gestão acadêmica e administrativa.

IV. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

A FACRO apresenta de forma detalhada os dados referentes as demandas de natureza econômica e social do município de Rio das Ostras e da região onde está inserida.

Historiadores estimam que Rio das Ostras tenha sido fundado no século XVI, uma vez que relatos de viajantes datados de 1575 já faziam menção ao lugar. Situado na Capitania de São Vicente, era habitado pelos índios Tamoios e Goytacazes. Essas terras, entre Cabo Frio e Cabo de São Tomé, foram doadas em 1534, pelo Rei de Portugal, Dom

João III, a Pero de Góes. Inicialmente, Rio das Ostras denominava-se Rio Leriipe (molusco ou pedra grande). Partes dessas terras da Sesmaria foram doadas pelo Capitão Mor Governador Martim Corrêa de Sá, em 1630, aos Jesuítas. A área foi delimitada por dois marcos de pedra, colocados em Itapebussus e na barreta do Rio Leriipe, com a insígnia do Colégio dos Jesuítas. Historicamente são relatadas situações de disputa entre os Goytacazes, ao norte, e os Tamoios, ao sul, com diferentes tipos de aliança feita entre povos no processo de ocupação do território. Também é do conhecimento histórico a indefinição quanto a sua inclusão, ora como Capitania de São Tomé, ora como Capitania de São Vicente. Os índios, jesuítas e escravos foram importantes personagens na construção do povoamento nesses séculos de colonização.

O crescimento da cidade se deu ao redor da Igreja. A região era rota de tropeiros e comerciantes que se dirigiam a Macaé e a Campos dos Goytacazes. Muitas vezes eles faziam as suas paradas para descanso e alimentação. Também começou a se desenvolver a atividade pesqueira, que se tornou a base econômica da região até meados do século XX.

Em termos de relevo e vegetação, situa-se entre faixa caracterizada como mata de tabuleiro no norte fluminense e a Mata Atlântica no sul do Estado. Apesar de servir às bacias do Rio São João e Macaé, possui, em sua maior parte territorial bacia hidrográfica própria, que se origina e termina dentro do próprio município. Atualmente, situa-se entre pólos de desenvolvimento, ao sul turístico-comercial (Região dos Lagos) e ao norte petrolífero-canavieiro (Campos/Macaé). Portanto, verifica-se, ao longo da história e pelos seus aspectos físicos, ser área limítrofe de ambientes, recebendo diferentes formas de influência no seu processo de formação social e desenvolvimento econômico.

A construção da Rodovia Amaral Peixoto contribuiu para a expansão turística da região, o que proporcionou um maior incremento das atividades de serviços, comércio e turismo em geral. A instalação da Petrobrás, a partir de 1970, foi um marco na expansão e desenvolvimento econômico regional.

Rio das Ostras pertencia ao Município de Casimiro de Abreu, mas a partir do seu crescimento, principalmente após a década de 1970, o então Distrito, conquista a emancipação político-administrativa, em 10 de abril de 1992.

DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS

O quadro demográfico de Rio das Ostras é de grande mobilidade resultante de várias transformações do Município, numa explosão populacional atraída pela possibilidade de emprego na indústria do petróleo, na prestação diversa de serviço e no ingresso do serviço público municipal. A recepção de milhares de pessoas da região do Norte Fluminense, a queda mortalidade infantil, o aumento nas matrículas escolares, o aumento da esperança de vida e o progressivo envelhecimento da população cria sérios impactos e novas demandas para o Município de Rio das Ostras.

Os dados e indicadores demográficos para a identificação das recentes tendências populacionais, utilizando como base o Censo Demográfico 2010 da Fundação IBGE. Essas informações são importantes para dimensionar a população-alvo das ações e serviços de saúde e orientar os processos de planejamento, gestão e avaliação de suas políticas para a população como um todo e para grupos específicos, como crianças, adolescentes, idosos e mulheres.

Em 2010, Rio das Ostras tinha mais de 105.000 habitantes, enquanto o Município de Casimiro de Abreu registrou 35.347 habitantes. Da emancipação do Município em 1992 até 2010 ocorreu um crescimento de 600% (seiscentos por cento). Em 1996 somava 27.842, em 2000 já era de 36.419 e em 2007 já somava 74.789. A população quase que triplicou em apenas dez anos. Por projeção de crescimento populacional estipula-se em 2017, um número próximo de **200.000 habitantes**.

As pirâmides etárias da população permitem acompanhar a evolução da população riostrense segundo sexo e grupos de idade para 1991, 2000 e 2007. Uma reflexão sobre a evolução dessas pirâmides permite destacar importantes alterações na dinâmica demográfica expressas por proporção menor de crianças ou mesmo redução no número absoluto, maior população em idade ativa e proporção crescente de idosos.

Os dados de razão de sexos mostram que, em Rio das Ostras, existiam aproximadamente 99,2 homens para 100 mulheres em 2000. Em 2007 este quadro não mudou, com 97,9 homens para 100 mulheres. A análise do grau de urbanização também evidencia que 94,9% da população se encontrava na área urbana no ano de 2000. Em 2007 este percentual aumentou para 97,9%. A taxa de crescimento populacional foi de 8,02% ao ano, entre 1991/2000. Para 2000/2007 a taxa de crescimento encontrada foi de 10,82%, sendo a maior do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2005, Rio das Ostras apresentava uma taxa de natalidade de 21,5 nascidos vivos por mil habitantes. Em 2006, esta taxa baixou para 18,7 por mil habitantes e em 2007, aumentou para 24,27 por mil habitantes. A taxa de fecundidade em 1991 atingiu a média de 3,5 filhos por mulher. Em 2000, esta taxa decresceu, chegando a média de 2,8 filhos por mulher. Outro indicador utilizado refere-se à proporção de crianças com menos de cinco anos de idade na população total. Em Rio das Ostras, no ano 2000, as crianças representam 9,6% do total populacional. Em 2007, elas passaram a representar 7,9% do total populacional.

A análise da proporção de idosos (60 anos e mais), no total populacional indica que eles respondem por 8,3%. Quanto ao sexo, observa-se um predomínio das mulheres idosas em relação aos homens desta faixa etária, no município. Em 2007, a proporção de idosos não mudou muito, com 8,1% do total populacional, ainda com o maior quantitativo de mulheres idosas em relação aos homens desta faixa etária. O índice de envelhecimento mostra que a proporção de pessoas de 65 anos ou mais em relação ao total de crianças e jovens com menos de 15 anos foi da ordem de 19,2% em 2000. Já em 2007 o índice de envelhecimento encontrado foi de 21,1%.

A expectativa ou esperança média de vida em Rio das Ostras em 2000 era de 67,9 anos. No ano de 1991, ela era de 67,1 anos. A razão de dependência de jovens (relação entre o número de pessoas consideradas dependentes – menos de 15 e 65 anos ou mais – e o restante da população, para Rio das Ostras em 2000, foi de 50,5%. Em 2007 encontramos 43,5%.

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

No Censo escolar de 2012 – Educacenso do MEC/INEP registra **3.017** alunos matriculados no ensino médio, sendo 2.531 matrículas na rede estadual, 111 na rede municipal e 375 na rede privada. Além desse quantitativo há mais 60 matrículas de Educação Profissional (Nível Técnico) e 327 matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA presencial) e 1772 de EJA (semi-presencial).

ENSINO MÉDIO

Estadual	2.531
Municipal	111
Privada	375

Total	3.017
-------	-------

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (NÍVEL TÉCNICO)

Privada	60
---------	----

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA PRESENCIAL)

Estadual	126
Municipal	95
Privada	106
Total	327

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA SEMI-PRESENCIAL)

Estadual	1.772
Municipal	0
Privada	0
Total	1.772

Desta forma, somando as diferentes categorias de formação temos o quantum de **5.176** matrículas no Ensino Médio no Município de Rio das Ostras. Ainda, há outra metade de aproximadamente de **4.550** pessoas em idade escolar de 16 a 24 anos que estão fora do ensino médio, conforme Tabela da Justiça Eleitoral. Em condições ideais, potencialmente, Rio das Ostras deveria ter mais de 10.000 estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio.

Veja os dados de eleitores de Rio das Ostras, conforme dados do TER - Justiça Eleitoral, referentes a Dezembro/2008:

ELEITORES INSCRITOS EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS, POR IDADE

Eleitores inscritos, por grupos de idade									
Total	16 anos	17 anos	18 a 20 anos	21 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 a 69 anos	Mais 70 anos
71.538	421	749	4.092	6.243	17.575	15.450	17.589	6.023	3.396

CENÁRIO PROFISSIONAL

O crescimento exponencial de Rio das Ostras ocorrido na esteira criada pela chegada da “indústria do petróleo” na região, que culminou com a criação da Zona Especial de Negócios - ZEN, uma feliz combinação de desenvolvimento e preservação ambiental, propiciou a vinda, inicialmente, de 80 empresas para o Município, o que gerou uma ampliação do mercado de trabalho e, conseqüentemente, estimulou a capacitação de mão de obra local.

Também, é importante sublinhar a necessidade de atendimento holístico ao ser humano atendendo suas especificidades culturais. O acesso é dificultado pela falta de profissionais e serviços de saúde especializados e de qualidade para a atenção básica, secundária e terciária.

Com o município de Rio das Ostras encontrando-se em processo de franca expansão, crescem na região oportunidades já saturadas em outros grandes centros, atraindo profissionais que favorecem a evolução da região em diversos aspectos. Porém, para atender a essas demandas, nos é apresentado o grande e crescente desafio na formação de profissionais qualificados na área de Direito.

Desta forma, a existência do curso de Direito na cidade atua efetivamente na formação de recursos humanos qualificados, contribuindo, sobremaneira, para o desenvolvimento social do município e da região, tanto do ponto de vista sócio/econômico quanto de melhoria da qualidade de vida da população.

Além da real necessidade do profissional de Direito no município, o projeto do curso está alinhado com as aspirações governamentais municipais que vem ampliando os serviços na área jurídica e é um grande parceiro na construção de um curso de qualidade acadêmica e estrutura adequada para a formação dos profissionais.

1.1.1 JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito concebido na Autorização (Portaria MEC 4.029, de 23 de dezembro de 2003), é permanentemente atualizado, encontrando-se em conformidade com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES 09, de 29 de setembro de 2004), sendo sua atualização realizada por um grupo de trabalho constituído basicamente pelo Núcleo Docente

Estruturante – NDE e colaboração dos demais docentes e estudantes, em novas bases pedagógicas e metodológicas de ensino, pesquisa e extensão, na sua estrutura curricular e equivalências de disciplinas e, principalmente, quanto aos conteúdos programáticos e bibliografias.

Desta forma, o Projeto Pedagógico do Curso atende tanto as diretrizes comuns, tais como o projeto pedagógico, organização curricular, estágios e prática jurídica, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, acompanhamento e avaliação, quanto às diretrizes específicas, que são compostas pela concepção e objetivos do curso, perfil desejado do egresso, competências e conteúdos curriculares, destacando a existência de um compromisso com a permanente adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas elaboradas pelos professores da área, submetidas à discussão e deliberação no Colegiado de Curso.

O Curso de Direito tem por objetivo, dentre outros, proporcionar o desenvolvimento de competências e habilidades ao graduando em sua formação teórico-prática, para a justaposição entre metodologia de ensino a concepção do curso, mediante:

- 1) leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- 2) interpretação e aplicação crítica do Direito, por meio da pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes;
- 3) adequada atuação em diferentes instâncias administrativas, judiciais ou extrajudiciais, com a devida utilização de processos, atos, procedimentos, negociações e mediações;
- 4) utilização de reflexão crítica, de raciocínio jurídico e de argumentação;
- 5) ampliação da visão do aluno para além dos meros limites formais do Direito, para a consciência de seu papel comunitário e social como agente multiplicador do conhecimento;
- 6) conhecimento transdisciplinar, buscando proporcionar a interlocução do Direito com os demais ramos das Ciências Sociais e Humanas.

A Faculdade Cenecista de Rio das Ostras – FACRO adota como premissas de atuação dois princípios basilares: a busca da qualidade acadêmica e o compromisso comunitário e regional, e o Projeto Pedagógico reflete tais compromissos. A qualidade acadêmica é verificada através da composição do seu corpo docente diferenciado, fazendo parte docentes doutores, mestres e especialistas, nas mais variadas áreas de conhecimento, aliado à estrutura oferecida pelas instalações da FACRO, tais como biblioteca com títulos atualizados, laboratório de informática e acesso a periódicos especializados.

Já o compromisso comunitário e regional reflete-se, em especial, na interiorização do acesso ao ensino superior de qualidade no Estado do Rio de Janeiro, atendendo aos municípios de Casimiro de Abreu, notadamente o distrito de Barra de São João e Macaé, Cabo Frio e São Pedro D'Aldeia. Por fim, o compromisso comunitário expressa-se nos projetos de extensão, notadamente a atividade de atendimento gratuito de orientação jurídica à comunidade, a disponibilização do espaço físico para a realização de eventos de interesse local que se coadunam com os princípios adotados pela Instituição, entre outros, pois mantém o comprometimento com a formação de recursos humanos e a ampliação dos espaços culturais da região de Rio das Ostras.

ÓRGÃOS JUDICIAIS E ENTIDADES PÚBLICAS

A instalação no novo Fórum na cidade e a criação de novas varas (civil e criminal) permitiu o acesso imediato da população a justiça. A estrutura do Judiciário no Município é constituída da seguinte forma:

Juízes	2 juízes
Numero de processos judiciais – 2008	9.026 em todas as áreas
Defensoria	2 Defensores
Ministério Público	2 Promotores
Delegacia de Polícia	1 Delegado
Serviços Notariais	1 Tabelião
OAB número de advogados	330 inscritos; 49 estagiários

PODER JUDICIÁRIO: Há duas Varas na Comarca de Rio das Ostras. A 1ª Vara trata dos feitos de civil, empresarial, órfãos e sucessões, enquanto que a 2ª Vara de crime e fazenda pública e a 3ª de família, infância e juventude e idoso e Tribunal do Júri. A 2ª Vara tem competência para julgar tudo acrescido do Juizado Especial Criminal e do Juizado Especial Cível. Ambas, portanto, tem competência múltipla. A escolha da distribuição é feita por computador. Além das boas instalações físicas e serventuários, a Comarca conta com o trabalho de uma psicóloga, uma assistente social que também atua nos Municípios de Macaé e Casimiro de Abreu, para emissão de pareceres em relação a jovens infratores, casos de adoção, separação etc. Em 2005, houve um desmembramento dos cartórios, criando-se assim, a 2ª Vara. Contudo, a

divisão não ficou equilibrada deixando-os assoberbados pelos juizados cíveis e criminais. A ideia era que fosse criada uma 3ª Vara, o que ainda não foi instalada.

ESTATÍSTICA DE PROCESSOS (dezembro de 2009): 9.026 processos distribuídos, em dezembro de 2009; Acervo físico: 8.198 principais e 125 secundários; Processo em fase de execução: 1.528; Tempo médio da distribuição à primeira sentença (dos processos julgados): 1.081; Das sentenças proferidas em 3 anos ou menos: 242; Processos arquivados provisoriamente: 1; Processos arquivados definitivamente: 19; Declínio de competência: 1. Autos devolvidos ao cartório pelo juiz: 442

SEGURANÇA PÚBLICA: Batalhão da 5ª Companhia da PM (aproximadamente 80 soldados). Delegacia de Polícia - Possui 2 terminais de atendimento e 1 para flagrante. Há um Conselho Comunitário de Segurança Pública, onde junto à comunidade se define políticas de segurança preventiva e cidadã. Os presos vão para Macaé (70 vagas, sendo mais de 200 presos), ou Araruama. Quanto aos criminosos feridos, como não há hospital penitenciário os presos são levados ao hospital comum, com escolta policial. O corpo de delito é feito somente no IML de Macaé, pois não há possibilidade de deslocamento de médicos. Somente de peritos. A perícia é feita de forma muito limitada, sem impressão digital ou qualquer colhimento de material. Somente fotografias são tiradas.

SUBSEÇÃO DA OAB DE RIO DAS OSTRAS E CASIMIRO DE ABREU - Número de Advogados inscritos: 330, sendo que 80% atuam em Rio das Ostras e 20% em Casimiro de Abreu. Número de estagiários inscritos: 49. Não presta atendimento ao público, apenas orienta, sem análise de mérito e também não faz indicação de profissionais. Há um projeto de parceria com entidades públicas ou não governamentais para atender o cidadão carente.

CONSELHO TUTELAR: O Conselho Tutelar atua na defesa da criança e do adolescente sempre que houver violação do direito da criança e do adolescente, adotando providências diretamente ou por intermédio do Poder Judiciário, com o auxílio do Ministério Público para a garantia dos direitos ou mesmo sua reparação. Atualmente o Município conta com um Conselho Tutelar, composto por cinco conselheiros e seus respectivos suplentes, eleitos dentre os membros da comunidade local.

ÓRGÃOS QUE ABSORVEM ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

Outro aspecto importante é o crescimento e enriquecimento qualitativo das instituições jurídicas locais em função da possibilidade de fornecimento de estagiários e acadêmicos de direito a escritórios de advocacia, procuradorias, empresas, organizações sociais e o Núcleo de Prática Jurídica desta Instituição de Ensino Superior.

A Prefeitura Municipal de Rio das Ostras e empresas privadas e públicas são as entidades que mais absorvem os estagiários de direito, tais como:

- Empresas Estatais (Petrobrás)
- Empresas Privadas (DBA Engenharia; O.M. Serviços de Informática e Financeira; General Eletric do Brasil; Tranship Transporte Marítimo; Varco Internacional do Brasil; Schlumberger Serviço de Petróleo; Sftpart Participações;
- Organizações Sociais e comunitárias (CIEE, OAB, Fundação Mudes; Instituto Capacitare; Central de Estágios); Associação Empresariais – ACIRO
- Escritórios de Advocacia

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Princípios Filosóficos e Técnico-Methodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição

Os princípios filosóficos e técnico-metodológicos estabelecidos pela Faculdade Cenecista Rio das Ostras buscam a humanização do ser humano e da sociedade, visando à construção da qualidade de vida. Com base nesta concepção e compromisso, a instituição projeta suas políticas e ações na direção da contextualidade, da função político-social e da contribuição que as ciências trarão às instituições, ao sistema produtivo e a própria sociedade. Tais pressupostos visam o aprimoramento, a transformação e o desenvolvimento da comunidade, tendo por referência os seguintes princípios:

➤ O Contexto Mundo - Vida e a Educação:

- os contextos são complexos, dinâmicos, sistêmicos, em constante transformação, proporcionando enigmas infinitos a serem explorados pelo ser humano.
- na contemporaneidade, vivemos em contextos em que as transformações mudaram significativamente o modo de vida das pessoas, fruto dos inúmeros avanços das investigações científicas sobre a vida e o próprio

homem, propiciando o conhecimento das infindáveis possibilidades e individualidades humanas.

- no contexto atual, o cenário que, no passado, possibilitava ao ser humano viver regionalmente e com referenciais duradouros, deu lugar a outro cenário, no qual se vive globalmente, onde a preservação das culturas regionais é desafiada, obrigando cada pessoa a viver em contextos voláteis, nos quais os referenciais mudam constantemente e as competências pessoais e profissionais precisam ser redimensionadas.
- os recursos tecnológicos tornaram-se, na contemporaneidade, estratégias de vida.
- as práticas pedagógicas em consonância com o contexto contemporâneo.

➤ **Concepção de Pessoa**

- a pessoa é compreendida como ser inteligente com características individuais, mas que não vive sem a dimensão social. É um ser multidimensional, dotado de características biológicas, de cultura, de linguagem, de sentimentos, de necessidades, de desejos, de emoções, de afetividade, de espiritualidade, de razão, de curiosidade e de historicidade. Herda e realinha sua cultura, desenvolvendo a vontade de querer saber por que as coisas são como são.
- não existem verdades acabadas sobre o mundo, a vida e a pessoa. O espírito investigativo busca e cria novas curiosidades, necessidades, compreensões e a vontade de exploração constante.
- o processo de aprendizagem do ser humano é ativo e, para ocorrer com intensidade, precisa envolver a pessoa em sua dimensão emocional, afetiva e cognitiva.
- a situação de aprendizagem precisa mostrar-se significativa, necessária e útil, provocando o desejo e a motivação da pessoa.
- os conhecimentos historicamente construídos, conhecidos como referenciais teóricos, precisam ser ressignificados no novo contexto e realidade onde vive o sujeito, pois esse aprende a partir das suas experiências, sendo os referenciais teóricos “luz” para compreender situações-problema e solucioná-las.

- as práticas pedagógicas precisam respeitar e contemplar as dimensões e potencialidades humanas. Todos terão igualdade de tratamento e oportunidade, independente de etnia, nacionalidade, identidade de gênero, religião, idioma, saúde, capacidade física, condições econômicas, culturais ou sociais.

➤ **Concepções Pedagógicas**

- a meta da ação pedagógica estará sempre pautada na aprendizagem e desenvolvimento do egresso da educação superior.
- a Educação objetiva o desenvolvimento do sujeito, visando à formação do espírito científico e busca, refletindo continuamente a relação entre o senso empírico e o teórico numa perspectiva dialética.
- a ressignificação dos conteúdos teóricos é fundamental para que haja sentido, desejo e motivação na aprendizagem, o que, no entanto, só ocorre se os docentes reconhecerem os fatos, as situações e os problemas que originaram esses conteúdos.
- os conteúdos ressignificados possibilitam a visualização de enigmas e problemas no contexto dos estudantes, sendo artifício significativo para provocar o desejo, a necessidade ou a curiosidade em aprender.
- a prática pedagógica está pautada na metodologia da problematização, identificada com a formação de mentes investigativas e criativas, de tal forma a capacitar o estudante a compreender e a solucionar problemas teoricamente fundamentados, a partir de leituras críticas textuais e subjetivas.
- a proposta pedagógica da CNEC consolida-se no aprender a aprender, quando os conhecimentos adquiridos tornam-se significativos e úteis na vida dos estudantes, ajudando-os a compreender os enigmas e a resolver os problemas do seu tempo, abrindo a mente para novas compreensões e descobertas, reforçando, assim, a formação investigativa.

Políticas de Graduação

A política da Faculdade Cenecista Rio das Ostras para o ensino de graduação fundamenta-se na integração do ensino com a iniciação científica e a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional. Cultivando e promovendo, uma prática calcada em princípios éticos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

Esta política tem como princípios básicos:

- formação de profissionais nas áreas de conhecimento em que atua e pretende atuar;
- formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;
- valorização dos princípios éticos e morais, contribuindo para o bem estar da sociedade;
- flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as diretrizes curriculares e as demandas sócio econômico culturais das diferentes regiões onde a instituição está inserida;
- incentivo à utilização de recursos de tecnologia e comunicação que visem a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- garantia de infraestrutura acadêmica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

É considerada, na definição dessas políticas as ações e metas estabelecidas neste PDI, além da busca pela qualidade na formação e aprimoramento educacional, pessoal e profissional, principalmente devido à inclusão dos avanços tecnológicos no ensino superior.

Organização Didático-Pedagógica

As instituições de ensino superior têm sido cobradas e interpeladas a se inserir nas contradições do sistema social, sem, contudo, conseguir o amadurecimento necessário para uma atuação mais eficaz. Estando inseridas numa sociedade de desenvolvimento desigual, carentes de recursos humanos qualificados e de lideranças capazes de atuarem como agentes de mudança, as IES necessitam de uma análise crítica que as conduza ao diagnóstico de suas necessidades e a um projeto que estabeleça as suas prioridades estratégicas de mudanças.

Consequentemente, uma instituição de ensino superior deve ter, ao lado de seu caráter acadêmico, de sua procura do saber, do desejo de promover a criatividade, uma função explícita de colaboradora do desenvolvimento e da solução dos problemas contidos em nosso habitat. Sua preocupação deve ser a de produzir modelos de desenvolvimento baseados em valores humanos novos, voltados para problemas da realidade.

Além disso, as IES precisam ter como função básica a posição de crítica, fazendo da sala de aula e dos laboratórios locais para o questionamento dos valores e pressupostos anteriormente adquiridos, concorrendo para a transformação dos alunos e professores em agentes de mudança. Como agente determinante, portanto, a Faculdade Cenecista Rio das Ostras está agindo sobre o espaço social em que está inserida, e via sua dinâmica operacional, agindo para ajudar a promover o desenvolvimento socioeducacional local, regional e nacional.

Implícitas nestas funções estão algumas ideias que caracterizam o processo didático-pedagógico na instituição, ou seja:

- os alunos são estimulados a usar o conhecimento existente para serem criativos, ressignificando-os e problematizando-os. São preparados para aceitar e promover mudanças. Voltam seu interesse para a consideração dos valores humanos, com capacidade tanto para criticar e questionar, como para responder e construir. As experiências organizadas e proporcionadas contemplam problemas que sejam significativos e relevantes para as suas vidas e para a formação profissional;
- aos acadêmicos são providas vivências conduzíveis à formação de uma consciência crítica e empreendedora, de conhecimento interdisciplinar, de trabalho em equipe envolvendo discentes e docentes, ratificando os compromissos da instituição em função dos problemas que o desenvolvimento sócio-político-econômico coloca.

No caso da Faculdade Cenecista Rio das Ostras, o desafio que se coloca para a sua consolidação local, regional e nacional é, principalmente, o da adequação da comunidade - e conseqüentemente, do cidadão brasileiro - para a criação, adaptação e absorção de mudanças importantes que já vêm ocorrendo nas sociedades mais desenvolvidas. Mudanças que, aparentemente, têm maior impacto nas relações econômicas, mas que, na realidade, se refletem no cotidiano das relações políticas entre as nações e das relações sociais entre os indivíduos.

Ante a isto a instituição deve planejar sua organização didático-pedagógica de maneira coerente com os objetivos que se propõe atingir, tomando por base um conjunto de princípios e ideias básicas que norteiam o comportamento do corpo docente, discente e técnico-administrativo.

A seguir são apresentados as principais ideias e princípios básicos que deverão ser objeto de frequentes reuniões para que sejam analisadas, discutidas e incorporadas por todos os pares e colocados em prática no dia-a-dia da instituição.

Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras define as seguintes diretrizes pedagógicas gerais, que devem conduzir à elaboração dos projetos dos cursos e programas que ofertar:

- metodologias de ensino criativas e inovadoras que busquem ressignificar e problematizar os conteúdos, promovendo o desenvolvimento do espírito empreendedor e de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;
- currículos de cursos atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais e planos de ensino propiciando a integração simultânea entre teoria e prática, privilegiando a iniciação científica e as ações comunitárias;
- avaliação formativa e continuada da aprendizagem, cabendo ao professor muito mais o papel de orientador, envidando esforços para despertar as potencialidades do educando, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário;

- espaço curricular para o desenvolvimento de Atividades Complementares, destinados a trabalharem aspectos interdisciplinares na formação do aluno e a oferecerem oportunidades de ampliação dessa formação, em áreas afins;
- teoria e prática caminhando juntas, onde a aplicação prática das teorias será promovida e incentivada, em todas as ações pedagógicas;
- o educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade;
- sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias;
- integração do educando à comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares.

Fundamento de Projeto Pedagógico de Curso

Os projetos pedagógicos dos cursos, no contexto mais amplo da prática social devem contemplar a concepção de homem, de mundo e de sociedade; o compromisso social, a valorização profissional e defesa das políticas de inclusão social. No contexto da prática pedagógica os projetos devem superar o pressuposto do autoritarismo; enfatizar o trabalho coletivo interdisciplinar; valorizar o currículo enquanto construção do conhecimento, e possibilitar a reflexão sobre a prática e vivência da avaliação qualitativa e processual.

Nesse sentido, além de contemplar no conjunto de suas ações, as inovações científicas e tecnológicas e as exigências do mundo do trabalho, os projetos pedagógicos dos cursos devem expressar uma política educacional a partir dos princípios filosóficos e políticos que possam contribuir para a consolidação da missão da instituição, seu papel social e científico, de forma a constituir-se em compromisso coletivo para a sociedade.

Organização Curricular

A organização curricular é contemplada pelo processo de revisão, flexibilização e integralização curricular, conforme detalhado abaixo.

✓ *Revisão Curricular*

O que se pretende com o processo de revisão curricular é desenvolver na Instituição um modelo de currículo personalizado, onde o comportamento – distinguido pela aprendizagem - seja caracterizado como uma associação determinada pelo tipo de aluno e pelo ambiente (maneiras de ensinar). Por meio de um currículo melhor contextualizado à realidade situacional local e regional, o aluno poderá ser envolvido na implementação das estratégias educacionais, a fim de torná-lo mais incentivador e facilitador do desenvolvimento das habilidades de solução de problemas e tomada de decisão.

É preciso renovar constantemente a instituição, com postura pedagógica (re)atualizadora, que tenha a crítica e o diagnóstico das necessidades da região como balizamento de um projeto institucional que estabeleça as prioridades estratégicas de mudanças e prepare os estudantes para serem empreendedores, líderes, portadores de valores éticos e políticos capazes de promover mudanças na sociedade em que vão atuar.

Nesta abordagem curricular, a matriz deve ser centrada em problemas que sejam significativos para os alunos e que satisfaçam as suas necessidades, desde o ingresso do aluno na Faculdade Cenecista Rio das Ostras.

A IES estrutura os currículos de seus cursos numa visão renovada pela epistemologia contemporânea e pela consciência crítica e histórica inerente à responsabilidade social, cidadã e inclusiva, orientando-se segundo a diretriz de sua visão e de sua missão. Porquanto, caracteriza seu compromisso de formação acadêmica profissional e cidadã, por meio da sólida intencionalidade em:

- promover uma formação profissional eficaz, otimizando uma graduação de qualidade, crítica e reflexiva, que articula as especificidades das competências técnicas, da formação profissional em equilíbrio com a formação geral, humanística e ética;
- possibilitar a capacitação e habilitação do egresso para acompanhar a evolução do conhecimento teórico-prático em sua área, necessárias à atuação profissional futura;
- agir em prol do desenvolvimento regional, interagindo nos vários níveis de atuação, demonstrando engajamento com as questões ligadas à sustentabilidade social e ambiental;

- promover programas de serviços que interajam com as demandas da comunidade, equacionando problemas e buscando soluções compatíveis com a realidade;
- prover a disponibilidade para o trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- desenvolver o processo de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos considerando-se as necessidades ambientais externas, internas e os resultados do processo de avaliação institucional com o intuito de manterem atualizadas e úteis às propostas dos cursos e programas oferecidos.

Os currículos dos cursos são, permanentemente, objetos de revisões, que devem ser monitorados pelos avanços do conhecimento em cada área e pelas demandas do mercado de trabalho. Encontros de revisão e de planejamento do currículo de cada curso devem ser conduzidos com a presença dos Colegiados dos cursos e membros do Núcleo Docente Estruturante.

✓ *Flexibilidade Curricular*

A flexibilização compreende modificações no currículo, em consonância com o projeto pedagógico do curso, de maneira que ressignifique a prática pedagógica do docente e proporcione ao discente condição de inserção no mercado de trabalho. Sob este ponto de vista, o processo de flexibilização não pode ser entendido como uma mera modificação ou acréscimo de atividades complementares na estrutura curricular. Ele exige que as mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica estejam em consonância com os princípios e com as diretrizes do projeto pedagógico do curso, na perspectiva de um ensino de graduação de qualidade.

Desta forma, a flexibilização do currículo se caracteriza tanto pela verticalidade, quanto pela horizontalidade. A primeira forma prevê a possibilidade da organização do saber ao longo dos semestres e anos e, a segunda, possibilita ao discente o aproveitamento de várias atividades acadêmicas para fins de integralização curricular.

Na matriz curricular a experiência e a política de flexibilização devem prever a seleção de conteúdos e de critérios que permeiam as áreas curriculares de conhecimento, estando organizadas em componentes curriculares que implicam saberes e aprendizagens necessárias para o alcance do perfil e da formação desejados.

Esta organização curricular, que busca maior liberdade e flexibilidade no projeto pedagógico dos cursos de graduação, volta-se para a permeabilidade dos processos, na perspectiva de uma formação em sintonia com a realidade social, ressignificando os saberes, problematizando-os e priorizando a indissociabilidade entre o processo de ensino, iniciação científica e extensão.

Assim, a flexibilização curricular se evidencia na construção de uma concepção e de uma estrutura curricular que exigem a incorporação de outros espaços e formas de aprendizagem e de formação, das quais devem fazer parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação.

✓ *Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular*

A integralização curricular deve atender, em primeiro lugar, às normas fixadas pelo Ministério da Educação.

As licenciaturas possuem o mínimo de integralização estabelecido pela Resolução CP/CNE nº 2/2002, que determina 2.800 horas em, pelo menos, 3 anos. A única exceção se dá ao curso de Pedagogia, que também é uma licenciatura, e que tem sua carga horária mínima fixada em 3.200 horas, conforme estabelece a Resolução nº 1/2006.

Em relação aos bacharelados, a Resolução CNE/CES nº 2/2007, homologada no dia 18/6/2007, estabelece em seu anexo, que a carga horária mínima dos cursos será entre 2.400 a 7.200 horas.

Os cursos superiores de tecnologia possuem seus prazos mínimos de integralização estabelecidos de acordo com a Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, onde as cargas horárias variam entre 1.600 e 2.400 horas, de acordo com cada eixo tecnológico.

Contudo, a Faculdade Cenecista Rio das Ostras sempre levará em consideração as legislações destacadas acima como prazo mínimo de integralização para os cursos de graduação existentes, bem como para os que pretende implantar. Ainda, em cada curso oferecido pela instituição estará definido no projeto pedagógico o tempo de integralização com o prazo mínimo e máximo de conclusão.

Além dos critérios de integrações desenhados acima, em conformidade com o artigo 55 do Regimento da Faculdade Cenecista Rio das Ostras, os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial,

poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

Perfil do Egresso

A Faculdade Cenequista de Rio das Ostras visa formar e qualificar profissionais, bem como estimular a iniciação científica e promover o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

O projeto pedagógico de cada curso abrange as aptidões, competências e habilidades necessárias ao futuro profissional. Elas devem estar coerentes com os objetivos dos cursos, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica e o trabalho de curso.

Desta forma, a base da formação para o egresso situa-se nos quatro pilares da educação, focados no:

- aprender a ser, formando, para os valores éticos, honestidade, coerência, pensamento autônomo e crítico, liberdade e responsabilidade;
- aprender a conviver, formando pessoas com espírito cooperativo e de equipe, respeito às diferenças e capacidade de dialogar;
- aprender a conhecer, formando o espírito de pesquisa e busca, a compreensão de fenômenos, a capacidade de argumentar, o conhecimento técnico-científico, a integração da teoria e da prática, a consciência de aprender a aprender e atualizar-se sempre, o conhecimento sensitivo, artístico e estético, a apropriação crítica das informações e dos recursos tecnológicos;
- aprender a fazer, em especial, na capacidade de solucionar problemas, apoiado em fundamentos teóricos, na capacidade empreendedora, na elaboração de conceitos autônomos e críticos, na elaboração de projetos e propostas, no espírito de iniciativa, invenção e imaginação e na capacidade de exercer a liderança.

Metodologia, Práticas Pedagógicas Inovadoras e Processo de Avaliação da Aprendizagem

A metodologia, as práticas pedagógicas inovadoras e o processo de avaliação da aprendizagem na Faculdade Cenecista Rio das Ostras são os elementos integradores da formação didáticos-pedagógica para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, pautadas na ressignificação, problematização e no espírito empreendedor, conforme detalhado abaixo.

✓ *Metodologia e Práticas Pedagógicas Inovadoras*

Para que o processo de ensino não se torne mera transmissão de conteúdos desvinculados da realidade e/ou descrição da mesma, o entendimento institucional sobre os conteúdos nas diferentes disciplinas dos cursos, pauta-se pelo trabalho interdisciplinar, investigativo da realidade e inovador, articulando aspectos teóricos e empíricos, de forma a não priorizar uma dimensão em detrimento da outra.

Decorre daí, a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos e o contato do aluno com situações de iniciação científica.

Assim sendo, o propósito metodológico assumido pela Faculdade Cenecista Rio das Ostras é o da ressignificação do conhecimento, aproximando ensino e iniciação científica, passado e presente, problemas da vida do aluno, de sua futura profissão e conhecimento socialmente construído. Dessa forma, o processo de teorização elaborado pelo professor tem como finalidade permanente a reinvenção e ressignificação da própria prática e aprofundamento teórico.

Para tanto, a formação acadêmica proposta na instituição, visa ao desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com os problemas locais e globais de modo a fazer frente às questões epistemológicas e sociais de nossa época. A partir disso, fundamenta sua metodologia na ressignificação e problematização de conteúdos, enfatizando que a construção de conhecimentos ocorre a partir da vivência de experiências significativas da realidade dos discentes e de situações do cotidiano dos mesmos, visando com esse processo que o acadêmico possa atribuir sentido aos conteúdos desenvolvidos. Para sua efetivação, os conteúdos previstos em cada disciplina,

tendo sido ressignificados e problematizados pelo professor, serão orientados metodologicamente a partir dos seguintes princípios:

- ***Momento motivacional, de provocação do desejo e situacional:*** abordagem de situações-problema e curiosidades da realidade, discussão de hipóteses de solução e contextualização das situações, problemas e curiosidades na história;
- ***Momento de fundamentação teórica:*** desenvolvimento de fundamentos teóricos que expliquem e/ou solucionem as situações-problema e curiosidades abordadas;
- ***Momento da produção teoricamente fundamentada:*** abordagem de novas situações-problema e curiosidades, desenvolvendo com os discentes exercícios de compreensão e/ou solução teoricamente fundamentadas.

Deste modo, as problematizações e curiosidades da realidade manifestam-se em todas as suas contradições e idiosincrasias, gerando o desassossego inicial e novos temas de estudo e iniciação científica para os professores, alunos e demais atores envolvidos. Criam-se, assim, desafios cognitivos permanentes para discentes e docentes.

É importante ressaltar que a metodologia pautada na ressignificação e problematização requer uma nova postura do docente no exercício de sua prática pedagógica que se faz por um permanente trabalho reflexivo com o discente, pela disponibilidade do professor para pesquisar, acompanhar e colaborar no aprendizado crítico do aluno, gerando tensão e desequilíbrio cognitivo, indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

A metodologia, aqui expressa, torna-se base para as propostas pedagógicas em cada projeto pedagógico de curso, desdobrados, nos planos de ensino das disciplinas, de forma que haja uma formação integral, evitando-se a fragmentação de estudos desvinculados da realidade e dos contextos profissionais.

Assim, a formação na instituição oferece oportunidade aos seus acadêmicos para serem profissionais competentes em suas áreas de conhecimento, sejam empreendedores com visão sistêmica do contexto e possam contribuir com compreensões e soluções às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, participando como protagonistas no processo sócio-histórico que estão inseridos. Desta forma, propicia a construção da autonomia, o convívio com as diferenças, a valorização da história de diferentes sujeitos e saberes, o exercício do trabalho interdisciplinar e o comprometimento ético-político com a defesa dos direitos humanos.

Ainda em relação às metodologias e práticas pedagógicas inovadoras a Faculdade Cenecista Rio das Ostras busca implementar a cultura empreendedora na vida acadêmica do discente tendo por finalidade o desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade. Ela é uma metodologia de ensino diretamente ligada com as tecnologias de desenvolvimento sustentável, por essa razão ela atinge não só o discente, mas a comunidade como um todo.

É por meio dessa metodologia de ensino, que os discentes terão contato com o estudo de oportunidades que visam ao desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo. Nesse entender, a cultura empreendedora apresenta uma acentuada abordagem humanista. Dessa forma, sua metodologia elege como tema a preparação do discente para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e à eliminação da exclusão social.

Esta metodologia cria um ambiente de aprendizagem no qual o discente, de forma autossuficiente, possa perceber os valores empreendedores e aprender sobre si e sobre a comunidade. Dessa maneira, aprender a utilizar ferramentas e instrumentos úteis para o desenvolvimento de suas atividades.

Portanto, o discente identifica as fontes do conhecimento com a ajuda do docente, sendo de sua responsabilidade o acesso e a mobilização do conteúdo. Assim, cabe à cultura empreendedora promover o estímulo da capacidade de escolha do aluno sem interferir com influências as suas decisões, para que tomando decisões por si só, esteja preparando-se para as suas próprias opções. Cabe também, desenvolver o potencial dos alunos para que eles sejam empreendedores em qualquer atividade que venham a atuar.

O compromisso desta metodologia oportuniza ao discente fazer sua opção profissional e apostar no tipo de empreendedor em que seu perfil se enquadra. Portanto, cabe ao empreendedorismo estabelecer ao aluno uma forma de ser e não somente de fazer.

Diante do exposto, à formação de uma cultura empreendedora nos cursos da Faculdade Cenecista Rio das Ostras buscam, por meio de suas metodologias e práticas pedagógicas, desenvolver um perfil de egresso que se constitua como empreendedor, sendo esse entendido como um modo de ser que tenha iniciativa, que crie e torne-se agente de transformação em situações que se apresentam como problemas nos diferentes aspectos da vida humana.

Nesse sentido, a proposta pedagógica da instituição prima pela formação de pessoas e profissionais com o ímpeto criador e inventivo que modificam qualquer área do

conhecimento humano, entendendo que o empreendedor é um grande administrador e organizador, principalmente no desenvolvimento de riquezas e na mudança do conhecimento, que estão sempre pensando no futuro, originando novos métodos para melhorar algo, apenas com seu conhecimento e experiências.

Desta forma, é importante ressaltar que, em conjunto com a formação proposta em suas metodologias e práticas pedagógicas que buscam a construção de um perfil de egresso inovador, os cursos da instituição promovem ações empreendedoras extensivas à comunidade.

✓ *Processo de Avaliação da Aprendizagem*

A avaliação, do ponto de vista pedagógico, só faz sentido quando se insere num projeto educativo e fornece informações que possibilitem orientar a ação dos atores envolvidos, promove a autoria no processo de construção do conhecimento, reconhece e ressignifica os processos, identifica avanços e indica novos rumos para a ação pedagógica.

Nesse sentido, a avaliação pedagógica proposta na Faculdade Cenecista Rio das Ostras institui a necessidade de se realizar práticas avaliativas condizentes com o perfil do egresso desejado, o que reflete a importância de enfrentar o desafio. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio está em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação desses com o perfil do egresso, que no caso desta instituição é definido nos projetos pedagógicos dos cursos. Portanto, a avaliação é também um processo que repensa as aproximações e os distanciamentos na concretização do perfil do egresso.

Outro desafio da instituição é ampliar a reflexão dos processos de avaliação, tendo como ponto fundamental a construção de processos participativos que permitam o desenvolvimento da autonomia, do clima de presença engajada e do envolvimento conjunto, dialogando com as identidades culturais do contexto do discente para a tecitura de um novo fazer pedagógico.

É importante ressaltar que as normas da avaliação do desempenho discente estão estabelecidas no regimento da instituição, as quais devem ser seguidas pelos cursos ofertados.

Atividades Práticas e Estágio

As práticas estão asseguradas em todos os cursos ministrados pela Faculdade Cenecista Rio das Ostras, seja por meio do oferecimento de atividades laboratoriais, visitas técnicas, ensino clínico, do Estágio Curricular Obrigatório, das Atividades Complementares, do Trabalho de Conclusão de Curso e/ou por convênios firmados como forma de assegurar a qualidade de seus cursos e da formação de seus futuros egressos.

A instituição designa professores do seu quadro docente para realizar o acompanhamento e orientação das atividades a serem desenvolvidas nas práticas, como também destina espaço físico próprio de acordo com a especificidade dos cursos ministrados.

Eis o detalhamento das práticas informadas acima:

✓ *Prática Laboratorial*

As práticas laboratoriais tratam de uma atividade que se constrói no âmbito do ensino e são atividades tão flexíveis quanto outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científica-profissional.

Essas atividades, articuladas ao ensino, estão ligadas ao conceito de “capacidade laborativa” na medida em que as competências geradas contribuem para a formação específica do estudante no que se refere à sua formação profissional, bem como ao conceito de “laborabilidade” (em lugar de empregabilidade) na medida em que essas competências constituem na verdade um trabalhador polivalente que pode, quando bem preparado, ser mais autônomo para decidir seu percurso no mercado de trabalho.

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras oportuniza situações concretas vinculadas à prática laboratorial aos discentes, visando o desempenho técnico, humano e político. Assim é que os laboratórios oferecem ambiente sustentável para a experiência na prática daquilo que os egressos irão se defrontar no mercado de trabalho, promovendo a coexistência do exercício da prática e a reflexão inerente, embasada nos fundamentos teóricos que lhe servirão como patamar para análise.

Eis as normas gerais que regem as atividades práticas laboratoriais:

- a carga horária prática das disciplinas deve oportunizar aos discentes um contato mais próximo e próprio com a temática em desenvolvimento;
- cada professor, a partir do programa e da ementa de sua disciplina, deve organizar um rol de atividades a serem cumpridas pelos alunos;

- compete ao discente fazer-se presente às aulas práticas em laboratório, receber suas orientações, proceder à realização das tarefas solicitadas, e entregá-la na data prevista;
- é direito do discente solicitar informações, orientação e acompanhamento adequado do professor da disciplina com carga horária prática na consecução de suas atividades;
- compete ao professor programar, acompanhar e avaliar as atividades práticas de sua disciplina;
- o professor, ao organizar as atividades, deve ter o cuidado de não solicitar uma tarefa que exija do aluno uma disponibilidade de tempo maior do que a carga horária prática que sua disciplina oferece;
- as disciplinas com carga horária prática devem ser avaliadas segundo os critérios estabelecidos pelo professor, respeitando o que está definido no Regimento Institucional.

✓ *Atividades Complementares*

As atividades complementares permeiam todo o currículo dos cursos, dando-lhe maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade. São caracterizados como atividades de ensino, iniciação científica e extensão, dentre muitas outras formas que colabore para o enriquecimento do currículo dos cursos e contemple o perfil traçado do profissional.

Favorece o discente numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementam seu conhecimento e o ajudam a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação da instituição.

Esse exercício de participação permite ao discente ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporciona maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos, formando um curso harmônico e coeso.

A formação do discente, nesse sentido, não fica restrita a sala de aula, com atividades estanques, mas pode interagir criativamente com outros contextos e ajuda a desenvolver habilidades que podem contribuir para a formação do seu perfil profissional.

É de competência do colegiado de curso normatizar as atividades complementares ao longo do curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela instituição e com as do MEC. Essas atividades são computadas no sistema de horas, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares estão regulamentadas nos projetos pedagógicos dos cursos, tendo por base as seguintes normas:

- as atividades complementares, cuja realização é indispensável à colação de grau, são planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação as realizem no decorrer dos cursos;
- os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem a carga horária mínima para o exercício das atividades complementares;
- as atividades complementares desdobram-se entre os níveis de ensino, iniciação científica e extensão e devem ser realizadas na própria instituição ou fora dela;
- na realização das atividades complementares, por parte dos discentes, devem ser garantida a diversidade de áreas e o cômputo das cargas horárias devem respeitar os limites estabelecidos nos projetos pedagógicos de cursos e seus respectivos regulamentos;
- cabe ao aluno, encaminhar a documentação comprobatória de sua participação em atividades complementares, entregando-a ao setor responsável, para posterior aproveitamento, lançamento e computação da respectiva carga horária;
- o setor responsável pode exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, a apresentação de comprovações que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar;
- antes de realizar qualquer atividade complementar que não tenha previsão ou pontuação horária na regulamentação constante nos projetos pedagógicos dos cursos, o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável, inclusive quanto à carga horária a ser aproveitada e registrada no histórico escolar;
- das decisões do setor responsável quanto às negatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos, formalmente protocolados.

✓ *Trabalho de Conclusão de Curso*

A atividade científica é parte integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando obrigatório, de acordo com a legislação vigente, na Faculdade Cenecista Rio das Ostras tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

O TCC tem sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

A regulamentação do TCC faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- os discentes de cada curso de graduação são submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho;
- o TCC deve tratar de questões e temas relacionados aos currículos dos cursos de graduação;
- o TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação;
- a estrutura formal do TCC deve seguir os critérios estabelecidos pela instituição;
- a mudança de tema do projeto de TCC somente pode ocorrer com a aprovação do Coordenador de TCC, a partir de proposta do discente ou do docente orientador, com parecer conclusivo deste;
- o aluno que não entregar o trabalho, sem motivo justificado, a critério da Coordenação do Curso, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo TCC somente no semestre letivo seguinte.

✓ *Estágio Supervisionado*

O Estágio consiste num conjunto de atividades profissionais desempenhadas pelos alunos, sendo um instrumento importante para o aprimoramento da sua formação, e de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-científico e de

aprimoramento das relações interpessoais.

O Estágio faz parte do currículo dos cursos de graduação da instituição em cumprimento à legislação vigente. A obrigatoriedade de sua realização e o cumprimento da carga horária mínima respeitam os critérios estabelecidos nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação.

O Estágio deve contemplar atividades nas áreas que envolvem os cursos de graduação, bem como o mercado de trabalho onde está inserido.

A regulamentação do Estágio faz parte do projeto pedagógico dos cursos de graduação, fundamentada nas seguintes normas gerais:

- os estágios devem ser realizados, preferencialmente, em empresas privadas e públicas, conveniadas com a instituição;
- caso houver dificuldades com o campo de estágio, o mesmo poderá ser desenvolvido nas dependências da instituição, desde que seja respeitada a legislação vigente;
- os estágios devem ser realizados sob a orientação de um professor da instituição, o qual acompanha as atividades do estagiário;
- as empresas parceiras devem designar um profissional para exercer a função de supervisor de estágio;
- os coordenadores de cada curso devem designar os professores para atuarem como orientadores de estágio;
- o Programa de Estágio deve contemplar o planejamento das atividades, bem como, a carga horária mínima a ser cumprida e as datas de reuniões periódicas e de entrega de relatórios;
- a avaliação do estagiário deve ser feita pelos orientadores e supervisores de estágio;
- a frequência mínima de aprovação do estágio é de 75% e nota deve alcançar o mínimo estabelecido no regulamento constante dos projetos pedagógicos dos cursos.

Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras incentiva e estimula seu corpo docente a produzir materiais pedagógicos próprios, tais como: apostilas, manuais para elaboração de trabalhos científicos, mídias didático-pedagógicas, cujo objetivo é o usufruto desta

produção nas aulas e atividades didáticas para os cursos que ministra.

Avanços Tecnológicos

O advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) trouxeram novas perspectivas de interação para a educação e pressupõem que se instituem novos saberes, pois a apropriação do conhecimento das TICs colocam em xeque os processos envolvidos nas relações de aprendizagem, considerando-se que as certezas tão arraigadas numa relação de ensino presencial ficam tensionadas quando se adentra num universo virtual que, por possuir outros regimes de sentido, potencializa questões e, fundamentalmente, problematiza práticas (e seus pressupostos) que fazem parte do dia-a-dia da profissão docente.

Nesse contexto, o incremento das TICs demanda o aprendizado de novos modos de produção de conhecimento e a habilidade de lidar com as ferramentas tecnológicas. Em vez de ser apenas usuário, torna-se necessário, tanto para o docente quanto para o discente, desenvolver a habilidade de aprender e recriar permanentemente, retomando o sentido de uma educação continuada, ou seja, é fundamental que o futuro profissional, apropriado do conteúdo teórico, tenha capacidade de resolver problemas do contexto pessoal e profissional, apontando inovações.

Considerando a relevância do desenvolvimento das TICs na sociedade atual, é preocupação da Faculdade Cenecista Rio das Ostras adequar-se à utilização dessas no processo pedagógico.

Políticas de Pós-Graduação

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras reconhecendo o importante papel social que a educação continuada realiza na promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade e sendo este um componente importante na formação profissional, propõe uma política de pós-graduação que resulte em um ensino adequado e de acordo com as normas estipuladas pela legislação vigente e órgãos federais responsáveis.

Esta política de pós-graduação é consubstanciada em ações que possibilitem alcançar metas de qualidade na iniciação científica, na capacitação de corpo docente e na qualificação dos cursos, em áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, prioritários para a própria instituição, na área dos cursos que oferece.

O estabelecimento da política de pós-graduação partiu de pressupostos básicos que norteiam suas ações e do diagnóstico da situação da pós-graduação na importância da formação profissional dos sujeitos, indo além da formação para o mercado de trabalho. A partir desta análise, definem-se metas e ações em conformidade com este PDI, onde a avaliação permanente oferece as condições para implantação dos programas de pós-graduação.

Os princípios básicos desta política são:

- contribuir e participar do desenvolvimento regional e nacional na formação de recursos humanos qualificados;
- definir áreas prioritárias e desenvolver a iniciação científica, inclusive com os parceiros;
- consolidar a concepção de programa de pós-graduação integrado aos cursos de graduação oferecidos pela instituição e áreas afins;
- formar grupos em iniciação científica.

Coerente com os princípios e propostas que caracterizam a presente política, a pós-graduação adota mecanismos de avaliação institucional, incluindo a participação de especialistas internos ou externos, conduzindo processos de acompanhamento dos mesmos e revertendo seus resultados para a continuada melhoria de sua qualidade.

Políticas de Iniciação Científica

A iniciação científica é um processo educativo fundamental para a criação e a cultura de investigação na Faculdade Cenecista Rio das Ostras, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão. É imprescindível que ela ocorra no contexto de projetos desenvolvidos por docentes, ligados às linhas de ação definidas pela instituição, ou, pelo menos, por meio da monitoria, que assume uma relação fundamental com a iniciação científica.

Com base no exposto, a iniciação científica busca promover ações para o envolvimento e articulação entre docentes e discentes, onde é importante enfatizar, nas

atividades a serem desenvolvidas, a problematização da realidade, levantando temáticas de interesse e dialogando com atores que possibilitem responder e levantar novos questionamentos dos temas em estudo.

Visando implementar uma política de iniciação científica a instituição define como princípios básicos:

- liberdade na escolha do objeto de estudo, prevendo-se mecanismos de incentivo aos interesses que contribuam para o fortalecimento de áreas temáticas que a IES decida privilegiar em virtude de afinidade com o desenvolvimento da iniciação científica;
- liberdade na escolha de metodologias que sejam capazes de ordenar e propiciar o desenvolvimento da iniciação científica como decorrência da multidiversidade de abordagens epistemológicas, condição para um ambiente acadêmico produtivo e criativo;
- utilização de conhecimentos vindos de diferentes áreas do saber, em abordagem multidisciplinar;
- integração das atividades de iniciação científica com as atividades de ensino e extensão.

Desta forma, os objetivos das atividades de iniciação científica são:

- criar a cultura e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico;
- propiciar condições institucionais para o atendimento aos projetos científicos;
- despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, para sua participação efetiva em projetos científicos;
- estudar os problemas relacionados com o desenvolvimento da região de atuação da IES, do Estado e do País;
- divulgar os resultados de estudos produzidos pelos docentes e discentes em mídias digitais ou impressas.
- integrar a comunidade acadêmica, por meio de projetos e parcerias com outras instituições de ensino e com a comunidade profissional, nesta última via programas de estágios, convênios e projetos de assessoria e consultoria;
- aplicar o conhecimento existente e desenvolvido na instituição pelo corpo docente e discente em práticas de consultoria e assessoria a empresas.

Por fim, a iniciação científica é realizada a partir dos períodos iniciais dos cursos e incentivada até a conclusão dos mesmos, principalmente por meio de trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelas disciplinas dos cursos que ministra.

Políticas de Extensão

A Extensão é uma interação que envolve conhecimentos produzidos na academia e na comunidade. Tem por objetivo o desenvolvimento de atividades que contribuam para a qualificação do trabalho acadêmico realizado no processo de formação profissional, bem como para o aprimoramento da vida em sociedade.

A prestação de serviços à comunidade, por meio das atividades de extensão, tem como objetivo democratizar a ciência, a cultura e os conhecimentos produzidos ou veiculados na vida acadêmica, melhorando, assim, a qualidade de vida e de atuação da comunidade.

O Programa de Extensão da instituição articula-se com a perspectiva de melhoria e aperfeiçoamento do ensino, oportunizando espaços de formação continuada a seus egressos, demais professores e profissionais que atuam na esfera pedagógica.

Assim, a Faculdade Cenecista Rio das Ostras, como instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento da região, a partir de ações educativas, tem como princípios desenvolver a extensão comunitária; acadêmica; ambiental, artística e cultural da seguinte forma:

- *Extensão Comunitária:* organizada por meio de projetos de atuação comunitária, visando compreender e se aproximar da realidade em que está inserida para melhor desempenhar seu papel educativo.
- *Extensão Acadêmica:* organizada por projetos de estudos e disseminação de conhecimento, vinculado aos cursos que ministra, visando o estímulo à produção acadêmica.
- *Extensão Ambiental, Artística e Cultural:* promoção de atividades com vistas à defesa do meio ambiente, produção artística, culturais e de projetos que visam à preservação e exploração de acervos e do patrimônio cultural material e imaterial.

Na organização de programas e projetos de extensão a instituição busca:

- atenção aos empreendimentos empresariais atraídos para a região, preparando profissionais para atuar e desenvolver projetos voltados para tais empreendimentos;
- permanente sintonia com as demandas e necessidades locais e regionais, oportunizando as comunidades eventos diversos que proporcionem o enriquecimento intelectual e o desenvolvimento profissional, gerando uma transformação na qualidade de vida da população;
- aproximação entre os currículos de formação profissional e a realidade social;
- estímulo à problematização como atitude de interação com a realidade;
- estímulo à experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário ou de ação social, envolvendo o aluno com diferentes possibilidades de atuação no sentido de reduzir o ócio social e promover a disseminação do conhecimento;
- desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora quanto pró-ativa diante dos desafios impostos pela realidade social.

Políticas de Gestão

O planejamento e a gestão dentro de uma instituição educacional representam o eixo norteador para que se consiga alcançar os resultados desejados e o reconhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade onde está inserida.

Na Faculdade Cenecista Rio das Ostras, a política de gestão buscada é a de transparência e corporativismo, onde todos os setores da instituição, por meio de seus representantes, participam das tomadas de decisões dentro de suas áreas de atuação e do processo como um todo.

Desta forma, a política de gestão da instituição é pautada nas diretrizes de gestão pedagógico-administrativa da mantenedora, traduzidos nos seguintes princípios:

- ações estruturadas a partir dos projetos institucionais e movidas pela cultura do planejamento e da gestão compartilhada;
- modelo de gestão baseada na governança corporativa, no planejamento estratégico institucional e nas próprias diretrizes de gestão pedagógico-administrativa;
- nesse modelo de gestão, privilegia-se a formação da liderança como capacidade de mobilizar, coordenar e influenciar esforços coletivos e recursos,

para garantir que as metas constituídas sejam alcançadas, mensuradas e replanejadas;

- fundamentadas nas diretrizes de gestão pedagógico-administrativa e no planejamento estratégico institucional, a Faculdade Cenecista Rio das Ostras elabora: o Planejamento Estratégico, este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), e os Planos de Estudo e de Trabalho;
- a equipe diretiva da instituição tem entre suas principais funções, cumprida a legislação e as normatizações internas, garantir que o perfil do egresso seja alcançado, desenvolvendo, para tanto, instrumentos de acompanhamento e avaliação do processo;
- para garantir a qualidade dos serviços prestados, os colaboradores da Faculdade Cenecista Rio das Ostras deverão estar conscientizados de que pertencem à instituição, tendo como propósito o desenvolvimento de competências técnicas de trabalho em equipe com visão e responsabilidade sistêmica;
- o clima institucional deve incentivar seus colaboradores e estudantes à participação, ao diálogo construtivo que respeita o contraditório, preservando a ética, o respeito e as boas relações de convivência;
- a avaliação do processo será realizada, no mínimo, uma vez ao ano, identificando as aproximações e distanciamentos entre o planejado e o desenvolvido, estabelecendo diretrizes para a tomada de decisão;
- os gestores da instituição devem possuir como competências individuais:
 - ✓ *Avaliação de Riscos*: Capacidade de considerar limites, impactos e riscos da tomada de decisão, buscando e selecionando alternativas que garantam os melhores resultados para a instituição;
 - ✓ *Comunicação Eficaz*: Capacidade de interagir com as pessoas, apresentando facilidade em transmitir e receber informações, utilizando linguagem e meios de comunicação adequados, argumentando com coerência e clareza e demonstrando atitudes assertivas de forma a contribuir para o alcance do objetivo comum;
 - ✓ *Qualidade em Processos*: Capacidade de aprofundar o conhecimento sobre os processos de sua área de atuação, fazendo pesquisas, acompanhando

tendências, codificando e apreendendo o que pode representar oportunidades para a instituição;

- ✓ *Foco em Resultados*: Capacidade de visualizar as metas e objetivos a serem atingidos, buscando sempre agregar valor ao negócio, por meio do cumprimento adequado dos prazos e expectativas de resultado;
- ✓ *Foco no Público Alvo*: Capacidade para atender às demandas e aspirações do público alvo (internos e externos), entendendo suas necessidades, respeitando prazos e buscando superar as expectativas quanto aos resultados esperados;
- ✓ *Gestão de Projetos*: Capacidade de monitorar continuamente os indicadores dos projetos de sua área de atuação e agir de forma efetiva frente a indicadores desfavoráveis, garantindo a satisfação do público alvo e a rentabilidade do projeto;
- ✓ *Gestão de Talentos*: Capacidade de identificar talentos na equipe, estimular a formação e o desenvolvimento de sucessores;
- ✓ *Inovação e Criatividade*: Capacidade de conceber soluções inovadoras, viáveis e adequadas para as situações apresentadas, considerando impactos e riscos envolvidos. Capacidade de sugerir ideias criativas para lidar com a falta de recursos e com situações imprevistas;
- ✓ *Liderança Participativa*: Capacidade de catalisar os esforços grupais, de forma a atingir ou superar os objetivos organizacionais, estabelecendo um clima motivador, formando parcerias e estimulando o desenvolvimento da equipe;
- ✓ *Negociação*: Capacidade de se expressar e ouvir o outro, buscando o equilíbrio de soluções satisfatórias nas propostas apresentadas pelas partes e a melhor relação custo-benefício para a instituição;
- ✓ *Orientação para o Mercado*: Capacidade de identificar oportunidades, propor e implementar soluções inovadoras, viáveis e adequadas de forma alinhada ao contexto;
- ✓ *Sustentabilidade*: Capacidade de focar as ações na visão de futuro da instituição, buscando atingir os resultados de maneira sustentável;
- ✓ *Trabalho em Equipe*: Capacidade de desenvolver ações compartilhadas, interagindo com as pessoas de forma empática, inclusive diante de situações

conflitantes, a fim de catalisar esforços em busca dos objetivos organizacionais;

- ✓ *Visão Sistêmica*: Capacidade de perceber a interação e interdependência das partes que compõem o negócio, de visualizar tendências e possíveis ações capazes de influenciar o futuro da organização.

Contudo, o planejamento e a gestão da Faculdade Cenecista Rio das Ostras representam o caminho que a instituição escolheu para evoluir desde a situação presente até a situação desejada no futuro, tendo como política principal a valorização do ser humano, em todas as suas dimensões, independente de sua posição hierárquica na comunidade acadêmica.

Aos estudantes estarão destinadas ações e metas de valorização do educando como centro do processo ensino-aprendizagem, com programas de apoio à iniciação científica, às atividades de extensão e de suporte às carências identificadas ao longo do processo de aprendizagem.

Os professores e técnico-administrativos terão ambiente de trabalho adequado às suas responsabilidades no desenvolvimento do processo de aprendizagem, principalmente com a criação/reestruturação de planos de capacitação, de carreira docente e de cargos e salários.

Responsabilidade Social da Instituição

A responsabilidade social tem sido tema recorrente em todos os setores da economia e também da educação. Há preocupação cada vez maior das instituições de ensino em compreender este conceito e incorporá-lo à sua gestão. Este compromisso torna os cursos corresponsáveis pelo desenvolvimento da sociedade. Desta maneira, busca-se aplicar constantemente em todas as atividades, sejam na iniciação científica ou na extensão, projetos que resgatam a dignidade das pessoas menos favorecidas, encontradas a margem da sociedade e que não detêm meios para participar do universo acadêmico.

Portanto, as Instituições de Ensino Superior tem o papel de desenvolver funções sociais significativas que estão voltadas à formação de pessoas capazes de influenciar o processo de crescimento da sociedade em direção à melhoria da vida humana no âmbito político-social. Sob essa ótica, além de preparar o indivíduo para atuar no mundo do

trabalho, tem a missão de prepará-lo em sua totalidade, promovendo sua cidadania e estimulando seus valores éticos.

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras concebe sua responsabilidade social como amplitude de sua ação formadora e educadora, tendo conhecimento de ser agente de transformação e desenvolvimento social. Concebe suas ações a partir de um conjunto de valores baseados em princípios éticos, mensurado a eficácia de seus propósitos, além das funções institucionais – ensino, iniciação científica e extensão -, pois a abrangência e legitimidade de sua responsabilidade social estão em consonância com a sociedade que ela serve.

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras, em suas relações com o seu funcionário e professor, com o seu aluno, e com a população local, regional e nacional, concretiza seu fazer fundamentado no postulado humanista. Como Instituição de ensino, sente-se responsável pelo bem-estar da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, preservando o respeito ao ser humano, as suas necessidades e desejos pessoais de crescimento e de contribuição com a escola e com a sociedade. Igualmente, sente-se responsável pelo desenvolvimento econômico e social da região, propugnando a preservação do meio ambiente, ao resgate cultural e artístico e a inclusão social.

A Faculdade Cenecista Rio das Ostras, responsável por desempenhar papel relevante para a redução das desigualdades sociais e regionais, pratica as seguintes ações afirmativas na promoção da igualdade de condições com vistas à inclusão social:

- bolsas de estudos, parciais ou integrais, concedidas pela mantenedora, que tem por objetivo contribuir para a inclusão social de camadas marginalizadas da sociedade, com baixa renda e sem condições de realizar estudos regulares em instituições particulares sem as características de responsabilidade social presentes na instituição;
- Projetos de Assistência Social (PAS) desenvolvidos pela mantenedora visando contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, juntamente com os projetos de extensão realizados pela instituição;
- oportunidade de acesso ao ensino superior por meio da participação nos programas de concessão de bolsas do governo federal;
- desenvolvimento de projetos de iniciação científica voltados para a solução dos problemas regionais;

A responsabilidade social na Faculdade Cenecista Rio das Ostras consta, também, no desenvolvimento de ações no ensino, por meio de componentes curriculares permanentemente atualizados, levando-se em conta as diretrizes curriculares nacionais, os avanços da ciência e da tecnologia e as condições regionais.

Além disso, esta responsabilidade será desenvolvida na implementação de planos e programas de incentivos e benefícios voltados à comunidade acadêmica, destacando-se os seguintes: planos de carreira docente e de cargos e salários para o pessoal técnico-administrativo; plano de capacitação dos corpos docente e técnico-administrativo; incentivo à participação de docentes e discentes em eventos, ligados à sua área de trabalho/estudo; condições adequadas de segurança; e clima organizacional que valorize o capital humano.

1.3 OBJETIVOS DO CURSO

✓ *Objetivo Geral*

Dentre os objetivos gerais, pretende-se formar Bacharéis em Direito que não apenas tenha condições de se integrar às carreiras jurídicas clássicas, mas que ao mesmo tempo tenha condições de contribuir através do exercício profissional, no processo de garantia e proteção dos direitos e exercício de uma cidadania ativa. Aliado a isso o Curso objetiva o êxito profissional do seu egresso, pois a FACRO objetiva formar um Bacharel que responda às demandas da sociedade e do Estado, com vista a formação de Advogados, Juízes, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Delegados de Polícia e outras atividades similares de Militantes Jurídicos das organizações sociais comprometidas com as novas demandas da sociedade contemporânea.

Para garantir que os objetivos do Curso de Direito sejam alcançados em conformidade com as Diretrizes Curriculares (Resolução CNE/CES 09/2004), conta o Projeto Pedagógico com os seguintes componentes, a saber: 1) uma matriz curricular que contempla conteúdos e procedimentos didático-pedagógicos relacionados às habilidades e competências; 2) estágio curricular supervisionado e outras formas de integração teoria/prática; 3) atividades complementares, que contribuem para o enriquecimento curricular do perfil do aluno; 4) incentivo à iniciação científica para que possa resultar no Trabalho de Conclusão de Curso; 5) estrutura de acompanhamento e apoio ao aluno; 6) convênios com empresas, órgãos governamentais e entidades sociais; 7) estrutura de

avaliação; 8) infraestrutura de apoio à aprendizagem (biblioteca e recursos de tecnologia da informação e multimídia). Esses conjuntos de componentes curriculares estão em conformidades com as habilidades e competências estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O Projeto Pedagógico do Curso pretende que o aluno atenda ao perfil profissionalizante próprio das carreiras jurídicas, por meio de uma sólida formação geral e humanística, com domínio da terminologia jurídica e adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais para a boa realização dos ideais de Justiça.

As relações sociais geram fatos e inovações no processo de produção da vida coletiva que propicia uma nova dinâmica ao direito, impondo a necessidade de adoção de metodologias adequadas à realidade complexa da sociedade contemporânea, notadamente a autocomposição dos mesmos, via instrumentos de mediação, conciliação e arbitragem. Para tanto, desenvolve-se competências específicas ao aluno para empreender as novas conformações de argumentação e mediação de conflitos.

Para alcançar os objetivos e o perfil profissionalizante do Curso, a organização curricular contempla os três eixos de formação: Formação Fundamental, que abrange o conjunto disciplinar de fundamentação teórica, integrando de forma multidisciplinar aos demais componentes curriculares; 2) Formação Profissional que abrange, além do enfoque dogmático, a evolução e as respectivas aplicações dos diferentes ramos do direito, voltado para a formação técnica, dentro da formatação pedagógica do ciclo profissionalizante. 3) Formação Prática é o eixo de experimentação do aluno com aplicações da teoria no caso concreto, dando ensejo a integração entre a prática jurídica e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais componentes curriculares.

✓ *Objetivos Específicos*

- Permitir ao discente desenvolver o senso crítico e a criatividade, no âmbito acadêmico-científico;
- Permitir o desenvolvimento do senso de ética, com relação a atuação do profissional do bacharel em direito;
- Formar um profissional consciente das responsabilidades com a população e o meio ambiente;

- Desenvolver a consciência da necessidade da formação continuada, fazendo com que o profissional possa se formar, com a consciência da necessidade do aperfeiçoamento (através da pesquisa e da extensão) constante e ininterrupto;
- Desenvolver no profissional o senso de trabalho em equipe e multidisciplinar.

1.3.1 COERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO CURSO COM A ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo do curso de Direito está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das atividades inerentes ao profissional enfermeiro.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso, está fortemente subsidiado por atividades complementares que corresponde a 100 horas, estágio supervisionado com 300 horas e trabalho de conclusão de curso com 40 horas. Aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

Importante que se busque estabelecer uma relação entre os objetivos do curso com as disciplinas aplicadas. Nesse sentido, a tabela abaixo traz em seu conteúdo não apenas a descrição dos objetivos do curso, estes já elencados anteriormente, mas principalmente a sua relação com as disciplinas do curso.

1.3.2 COERÊNCIA DOS OBJETIVOS DO CURSO COM O CONTEXTO EDUCACIONAL

No processo de definição dos objetivos do curso, além do perfil profissional do egresso, consideram-se também as demandas de natureza econômica e social no contexto onde o curso de Direito está inserido.

1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil adotado pelo Curso de Direito é profissionalizante com vistas à formação e qualificação de operadores do direito, conforme demandas locais do mercado de trabalho e das vocações de onde se insere. Este perfil a que se pretende na formação de recursos humanos para operar as profissões jurídicas, requer a presença de profissionais qualificados, que é a expectativa e missão da Instituição, formando especialistas comprometidos com a solução das demandas jurídicas locais e regionais. Consta-se na região em virtude das demandas fomentadas pela indústria do petróleo e gás, a grande ocorrência de novas empresas, tanto ligadas diretamente à exploração de petróleo quanto à atividades periféricas e subsidiárias da atividade principal de exploração de petróleo. Acrescente-se, ainda, que o adensamento populacional gerado pela constante ampliação da rede de serviços cria novas demandas a exigir profissionais com perfis adequados a tais necessidades.

Tendo como parâmetro inafastável as orientações dos dispositivos constantes da Resolução CNE/CES n. 9/2004, notadamente em seus artigos 3º e 4º, o perfil que se deseja do formando como resultado da apreensão de conhecimentos durante o Curso é uma sólida formação humanística e técnico-jurídica, necessária à compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais, pautando-se sempre por princípios éticos. Desenvolvendo habilidades específicas o aluno deverá analisar situações contextuais com vista ao desenvolvimento de teses jurídicas, com base no domínio de conceitos e da terminologia jurídica, aliada à capacidade de argumentação e mediação de conflitos. Nessa linha, procura fornecer ao estudante condições de exercer as carreiras jurídicas, notadamente nas áreas de Advocacia pública e privada, Magistratura, Ministério Público, junto aos movimentos e entidades sociais, tais como sindicatos, cooperativas, organizações não-governamentais, dentre outras. Deve-se atentar, também, para as tendências de auto-composição não adversarial nas áreas da mediação e arbitragem, tão em uso no cenário internacional, agora se difundindo também no País, bem como o exercício de uma cidadania ativa, por meio de ações insertas no ativismo judicial.

Ainda nessa concepção de abordagem e direcionamento para as diversas possibilidades proporcionadas pela carreira jurídica, destaca-se a necessidade de profissionais qualificados para o magistério superior em direito (doutores e mestres), habilitados ao ensino e à pesquisa jurídica. Ciente disso, o Curso incentiva os futuros

Bacharéis em Direito a prosseguir seus estudos jurídicos mais detidos e específicos em programas de pós-graduação, objetivando o aprimoramento do conhecimento adquirido na graduação, ampliando suas capacidades e funcionalidades para o mercado de trabalho cada vez mais exigente e dinâmico.

Consciente da contemporaneidade dos problemas enfrentados pelos operadores do Direito e de sua relação “ambiente-tempo”, espera-se que o aluno desenvolva a capacidade de criar soluções para os conflitos de interesses, pois desenvolver a capacidade de continuar o aprendizado, de forma autônoma ou dirigida, se faz necessária para uma eficaz atuação ética, profissional e cidadã, vez que o bacharel em direito se apresenta como potencial formador de opinião e elaborador de novos direitos. O profissional a ser formado pela FACRO deve estar conectado com a diversidade, extraíndo daí as potencialidades da região, tornando-o apto a contribuir no estudo e na busca de soluções para seus problemas, não se distanciando das questões de abrangência globais.

1.5 ESTRUTURA CURRICULAR

Os componentes curriculares foram estruturados para considerar os eixos formativos de disciplinas e atividades acadêmicas, em cumprimento as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, a Lei de Diretrizes e Bases, assim como, à proposta formativa profissionalizante desse Curso.

Os componentes curriculares foram concebidos, como já indicados, em sistema de créditos por disciplinas, com adoção de pré-requisitos, integralizados, no mínimo, em 10 semestres letivos, assim, distribuídas:

Componentes Curriculares	Total de Horas
Disciplinas Obrigatórias	3.280 horas
Disciplinas Eletivas/optativas	80 horas
Atividades Complementares	100 horas
Estágio Curricular Supervisionado	320 horas
TOTAL	3.780 horas

Os conteúdos curriculares estão em conformidade com as diretrizes nacionais dos cursos jurídicos, flexionados para atender os compromissos da cidadania, e as

peculiaridades regionais como a questão ambiental, da indústria do petróleo e do gás, e da municipalidade. Com o objetivo de aperfeiçoar as atividades de ensino, bem como de contemplar os variados temas específicos que se destacam no conhecimento jurídico, a Matriz Curricular do Curso concebe disciplinas obrigatórias e eletivas/optativas, sendo que das eletivas o aluno deverá cursar, no mínimo, duas. As primeiras estão voltadas para o cumprimento dos conteúdos estabelecidos na Resolução CNE/CES Nº 9/04, enquanto que as segundas deverão cumprir dois papéis básicos: a disponibilização ao discente de dirigir o seu conhecimento aos ramos do direito com que mais se identifica ou se interessa, utilizando seus próprios critérios e/ou com a orientação do corpo docente; e atender a demanda da diversidade regional e/ou emergência de um novo debate no campo do Direito.

Para alcançar os objetivos e o perfil profissionalizante do Curso, a organização curricular contempla em eixos de formação, quais sejam o fundamental, o profissional; e o prático.

1.5.1. EIXOS DE FORMAÇÃO

Os eixos de formação se organização em blocos de estruturas disciplinares, para que se tenha uma compreensão conjunta do projeto, da sua flexibilidade e convivência interdisciplinar.

A organização curricular contempla três eixos de formação:

1) Formação Fundamental, que abrange o conjunto disciplinar de fundamentação teórica, integrando de forma multidisciplinar aos demais componentes curriculares.

2) Formação Profissional que abrange, além do enfoque dogmático, a evolução e as respectivas aplicações dos diferentes ramos do direito, voltado para a formação técnica, dentro da formatação pedagógica do ciclo profissionalizante. O curso também oferece disciplinas Eletivas/optativas com o propósito de aprofundamento temático em determinada área de interesse do aluno.

3) Formação Prática é o eixo de experimentação do aluno com aplicações da teoria no caso concreto, dando ensejo a integração entre a prática jurídica e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais componentes curriculares.

O Estágio Supervisionado, por meio de atividades simuladas e reais, consolida a prática dos desempenhos profissionais desejados pelo Projeto Pedagógico. As Atividades Complementares são desenvolvidas de forma a estimular o enriquecimento complementar

do perfil do aluno. Por fim, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o desfecho natural do processo de ensino-aprendizagem que o aluno demonstra publicamente em trabalho escrito e oral seu amadurecimento técnico-cultural.

Estes três eixos se organizam em: **Disciplinas Básicas** que estarão voltadas para a formação propedêutica do alunado, na formatação de um ciclo fundamental integrado no quadro de componentes curriculares. Disciplinas Profissionalizantes, que estarão voltadas para a formação técnica nos diferentes campos das disciplinas oferecidas pelo, como ciclo profissionalizante. No que se refere a essas disciplinas, por um lado, preocupa-se também em viabilizar as condições necessárias para que o ensino jurídico absorva e implemente aplicações sobre a proteção legal de fatos sociais de relevância jurídica, assegurando, inclusive o necessário diálogo com as demais áreas do conhecimento. Já as Disciplinas Eletivas e Optativas, Atividades Complementares e Trabalhos de Conclusão de Curso, que visam, preliminarmente, fortalecer a proposta de flexibilização das diretrizes curriculares indicadas na Legislação vigente e incentivar a formação teórica, hermenêutica e crítica, com o oferecimento de disciplinas eletivas/optativas, interligadas às Linhas de Pesquisa relacionadas ao Projeto.

As disciplinas de eixo de Formação Fundamental devem abranger estudos sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Aquelas tidas como disciplinas de eixo de formação profissional devem abranger, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação. O curso de direito deve ofertar disciplinas obrigatórias com conteúdo essencial sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual. Já no eixo de Formação Prática devem ser ofertadas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

O conteúdo de Antropologia encontra-se distribuído nas disciplinas: História do Direito, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Filosofia Geral e do Direito e Sociologia jurídica. Os conteúdos curriculares implementados a partir da nova matriz curricular estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito, com todo o conteúdo obrigatório previsto, além da adequação às necessidades e às peculiaridades da região de abrangência ter sido implementada. A disciplina de LIBRAS está prevista na matriz curricular como disciplina optativa.

As disciplinas Optativas são disponibilizadas pelo próprio curso conforme aprovação do Colegiado, a serem escolhidas pelos estudantes de acordo com o oferecimento semestral. Com isto não só é possível o aprofundamento de temas conforme o interesse do acadêmico, como também a constante renovação de conteúdos nos termos das necessidades profissionais e sociais. Por outro lado, as Disciplinas Eletivas ou Optativas visam também a viabilizar a aproximação do estudante de direito com as novas disciplinas que têm sido fortalecidas pela dinâmica da vida social, como os Direitos Humanos, Previdenciário, Econômico, Arbitragem, dentre outras, que se fidelizam ao ciclo de aprofundamento temático.

As atividades complementares estão sendo desenvolvidas e orientadas, segundo disposição do MEC, a estimular a prática de estudos independentes e interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, para que o alunado fique habilitado a compreender e relacionar os seus conhecimentos nas relações com o mundo do trabalho e com as diferentes correntes do pensamento jurídico; o desenvolvimento de uma formação ética e participativa; o poder de articulação e decisão diante dos diversos conflitos aparentes na realidade social, dentre outros.

Estas atividades são já estabelecidas e realizadas ao longo do curso, sob as mais diversas modalidades enriquecedoras da prática pedagógica curricular, sob a preocupação constante de integrá-las às diversas peculiaridades regionais e culturais; aproveitando-se, inclusive, atividades pertinentes o Projeto Pedagógico desenvolvidas até mesmo fora do ambiente escolar. Ao final do Curso o estudante deverá ter integralizado esse quantum de horas, conforme as espécies de atividades e a respectiva carga horária. As diferentes espécies de Atividades Complementares, como eventos (internos/externos), monitoria, pesquisa, extensão, iniciação científica, seminários e cursos de pequena duração estão previstos com os respectivos créditos de atividades-hora.

Essas atividades extracurriculares envolvem todos os eixos de formação numa perspectiva multidisciplinar e a ênfase na dimensão humana e social. Dentre essas dimensões incluem-se: 1) elaboração de um repertório cultural, ações de impacto social na comunidade; 2) participação em associações (ONGs, sindicatos, partidos) e entidades públicas; 3) participação em projetos de pesquisas docente e discente; 4) atividades de extensão de caráter socioambiental; 5) atividades em entidades estudantis. Visa reforçar a formação ampla dos alunos como profissionais e como cidadãos.

São consideradas atividades complementares ao curso: a) Monitoria, atividades de iniciação científica, atividades que integrem programas ou projetos de extensão; b)

Organização e/ou participação em eventos científicos, com ou sem apresentação de trabalhos, desde que comprovados; c) Organização e/ou participação em congressos, seminários, simpósios, encontros, jornadas, palestras; exposições.

Finalmente, o desenvolvimento de Atividades Complementares e Trabalhos de Conclusão de Curso, conforme o regulamento de cada área, assim como promoverão também o Ensino Prático, dando ensejo à caracterização do Eixo de Formação Prática, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos.

1.5.2 INTRA-INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSVERSALIDADE

A FACRO entende ser de fundamental importância à aplicação do conceito da interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem, já que o termo significa uma relação de reciprocidade, de maturidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento, ou seja, corresponde à substituição de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do ser humano.

Além disso, é importante que os estudantes percebam como os conteúdos escolhidos para o curso se combinam e se relacionam, caracterizando uma aprendizagem que prevê o desenvolvimento de múltiplos raciocínios e interpretações sobre um mesmo objeto de estudo.

Neste sentido, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas do curso, no interior do projeto pedagógico da instituição de ensino superior.

Assim, este projeto pedagógico de curso propõe as seguintes ações para efetivação da interdisciplinaridade:

- ✓ Construção, em equipe interdisciplinar, de conteúdo para atividades integradoras e de autoestudo;
- ✓ Organização de espaços de discussão docente para estabelecer o inter-relacionamento entre as diversas disciplinas que compõem o currículo deste curso e discutir a elaboração dos seus planos de ensino e aprendizagem;
- ✓ Implantação do programa de Eixos de Integração Temática para fixação de conteúdos e atividades integradoras e de autoestudo;
- ✓ Integração teoria e prática por meio de programas como: iniciação científica, monitoria, estágio supervisionado e atividades complementares. Destas

atividades, apenas o estágio supervisionado deve ser presencial e sob supervisão dos tutores/orientadores presenciais do curso.

Também, destacamos a intradisciplinaridade como o processo de desdobramento do conhecimento a ser adquirido, dando ênfase aos campos de saber necessários à formação do indivíduo. Contudo é fundamental que tanto a intradisciplinaridade, como a interdisciplinaridade sejam integradas, para não haver um excessivo perigo de compartimentalizarmos e distanciarmos os saberes.

E dentro deste contexto, a transversalidade apresenta-se como um caminho possível de integração e interação do conhecimento, sendo um modo de reflexão-ação, capaz de desconstruir e reconstruir a relação entre os diversos saberes, ressignificando-os. Portanto, a intradisciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade estão presentes nas ações didático-pedagógicas da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras integrando-as de maneira harmônica em todo o processo de ensino-aprendizagem.

1.5.3 ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA

No curso de Direito a articulação teoria-prática baseia-se na tese, segundo a qual, o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

Para isto, as metodologias sociointerativas contribuirão com esta articulação, estimulando a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem, como instrumentos de desenvolvimento do discente. Além disso, o estímulo a iniciação científica, ao debate, e ao levantamento de situações-problema para análise crítica, fazem parte dessa metodologia.

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

A definição dos conteúdos desenvolvidos no curso de Direito da FACRO partiu de premissas teóricas, onde a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade, operada com referenciais específicos, tais como:

- ✓ socioantropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;

- ✓ psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
- ✓ epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
- ✓ pedagógico, que se apropria do conhecimento gerado na sala de aula em experiências prévias, bem como, por meio da ressignificação dos conteúdos.

O desenvolvimento metodológico dos conteúdos pautados na problematização requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização entre outras.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, ideias, práticas e representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo. A questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e como está o seu ensino. Para tanto os docentes do curso de Direito da FACRO:

- ✓ adotaram como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
- ✓ discutiram a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
- ✓ consideraram que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Além do exposto acima, os conteúdos curriculares são contemplados pelo dimensionamento da carga horária das disciplinas, coerência dos conteúdos curriculares com o perfil do egresso, coerência das disciplinas do curso com as DCNs, atualização dos conteúdos curriculares e adequação da bibliografia.

1.6.1. DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS.

O currículo do Curso de Direito da FACRO possui carga horária total de 3.860 horas-relógio, desenvolvido em sistema seriado, durante e, no mínimo, em 10 semestres.

Na estrutura curricular, pode ser observada que existem disciplinas específicas com cargas horárias diferenciadas, algumas de 40 horas, que necessitam de conhecimentos mais genéricos, e outras com 80 horas, perfazendo uma carga horária ideal para o desenvolvimento aprofundado de seus conteúdos. Além disso, a estrutura curricular do curso também contempla estágio supervisionado com 320 horas, trabalho de conclusão de curso com 80 horas e atividades complementares com 100 horas, demonstrando pleno dimensionamento das horas e a contemplação de atividades extraclasse.

A estrutura curricular prevê disciplinas de conhecimentos básicos indispensáveis ao entendimento das disciplinas específicas, onde se inicia mais densamente os conteúdos profissionalizantes.

1.6.2. COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM AS DCN's

O currículo do Curso de Bacharelado em Direito, da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras foi estruturado para atender a Resolução CNE/CES 04, de 06 de abril de 2009, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação, tomando por base o Parecer CES/CNE nº 104/2002. Também, levou-se em consideração na estruturação do currículo à educação intra e interdisciplinar, transversal, empreendedora e humanista, qualificando o aluno para o exercício da atividade jurídica, e capacitando-o para planejar, organizar, liderar e dirigir as atividades de gestão, não deixando de se preocupar com as outras atividades do ramo.

O currículo do curso abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas em uma seriação adequada aos componentes do plano do curso (formação básica, específica e teórico-prática), que constituem um ciclo comum e outro específico, formado por conteúdos que favorecem os conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais que caracterizam a profissão.

As disciplinas são hierarquizadas em períodos, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do profissional em Direito.

Contudo, para um melhor entendimento do cumprimento das diretrizes curriculares, o quadro abaixo relaciona as disciplinas da matriz curricular do curso com os conteúdos exigidos pelas DCN's fixadas para área.

1.6.3. ATUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES E ADEQUAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

A adequação e atualização dos planos de ensino levarão em consideração os objetivos do curso, o perfil do egresso e o mercado de trabalho em harmonia com a matriz curricular. Nesse sentido, a elaboração dos planos de ensino das disciplinas do currículo do Curso de Direito é feita com base nas ementas do projeto pedagógico do curso, de modo que os conteúdos programáticos das disciplinas venham a abranger completamente os temas constantes nas suas respectivas ementas.

Quanto à atualização dos planos de ensino das disciplinas, a Coordenação do Curso de Direito e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a cada período, solicitam e recebem propostas dos professores de alterações, justificativa para as mesmas. Uma vez analisadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso passam para homologação do Conselho Superior e a assim passam a vigorar no período letivo seguinte.

Para aprovação das propostas de alterações no plano de ensino, o Colegiado do Curso leva em consideração a sua fundamentação e a sua adequação às diretrizes constantes do projeto pedagógico do curso.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas serão renovadas durante o processo periódico de atualização dos planos de ensino, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

1.6.4. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

Antes de apresentar o currículo do curso de Direito, destacamos a seguir alguns pontos relevantes que tem influência direta no currículo.

✓ Libras

No curso de Direito da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras a disciplina de LIBRAS será disponibilizada na estrutura curricular, em caráter optativo, com carga horária de 80 horas.

✓ **Estudo das Relações Étnico-Raciais**

No curso de Direito da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras os conteúdos de Relações Étnico-Raciais serão disponibilizados nas disciplinas de Comunicação e Expressão; Filosofia e Sociologia.

Além disso, a CNEC disponibiliza na forma optativa os conteúdos da educação das relações étnico-raciais, na disciplina Estudos Etnoculturais, além de propor um trabalho de forma transversal às questões que envolvem essa temática, em atividades de Extensão.

✓ **Educação Ambiental**

A educação ambiental será uma atividade de cunho institucional e transversal, ou seja, anualmente serão desenvolvidos eventos que envolverão todos os cursos da instituição. Tais eventos serão direcionados para palestras que abordem temas sobre o meio ambiente, educação ambiental e o papel do curso neste processo.

✓ **Educação em Direitos Humanos**

A educação em direitos humanos será trabalhada no curso por meio de conteúdos dispostos nas disciplinas de Sociologia e Filosofia. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e iniciação científica, além de percorrer de forma transversal nas atividades complementares onde essa temática esteja envolvida.

✓ **Disciplinas Optativas**

Para que os alunos do curso possam ter um curso moderno, adequado às suas aspirações e necessidades de conhecimentos diferenciados, organizou-se uma matriz curricular que contempla a oferta de disciplinas optativas.

Pretende-se dar aos alunos a flexibilidade necessária para complementar os conhecimentos à sua formação. Assim, além de disciplinas optativas que tratam de assuntos específicos da área, o projeto prevê que os alunos poderão escolher, entre aquelas integrantes do rol de optativas, disciplinas de áreas de conhecimento complementares, de domínio conexo.

Para os casos em que não haja número suficiente de alunos interessados em uma das optativas propostas, deverão optar por aquelas com maior procura. O número mínimo de alunos para abertura de uma disciplina optativa será estabelecido pelo Colegiado de Curso.

Para garantir ganho efetivo no aprendizado e na formação do aluno, o rol de disciplinas optativas deverá ser submetido à aprovação do coordenador do curso, que atuará como orientador do processo de seleção.

As disciplinas optativas serão oferecidas no último semestre do curso para permitir que cada aluno acomode de forma mais adequada suas necessidades de aprendizado e formação.

A oferta de disciplinas optativas, em parte é flexível, exceção se faz aquelas exigidas pela legislação, ou seja, definida sempre no semestre anterior à sua efetivação, pelo Coordenador do Curso, em conjunto com os professores do Curso, de forma colegiada. Uma vez definido o conjunto de optativas a serem ofertadas, bem como suas ementas, as disciplinas serão oferecidas aos alunos para a matrícula no semestre subsequente.

As disciplinas optativas são de matrícula obrigatória, conforme a matriz curricular do Curso.

✓ **Carga Horária Mínima e Tempo Mínimo de Integralização Curricular**

O curso de Direito proposto pela Faculdade Cenecista de Rio das Ostras conta com 3860 horas, obedecendo e ultrapassando o mínimo estabelecido na Resolução CNE/CES nº 04/2009. Será integralizado em, no mínimo, 10 semestres letivos e, no máximo, 19 semestres letivos, tendo como turno de funcionamento os períodos Diurno e Noturno.

A FACRO em atendimento à resolução nº 3/2007 apresenta o dimensionamento da carga horária do curso de Direito, demonstrando o atendimento em horas.

Para isso, elaborou a estrutura curricular em horas-aulas de 45 minutos, sendo necessária a utilização do Trabalho Acadêmico Efetivo – TAE para a composição da hora relógio e integralização do currículo, conforme exigido pela legislação vigente.

Assim a estrutura está pautada sob 20 semanas, com cargas horárias de 40 e 80 horas-aulas, totalizando 3.440 h/a, convertidas para hora-relógio dão 2.895 h/r; faltando ainda 845 h/r para alcançar as 3.440 h/r, acrescentando 100h em atividades complementares e 320 h em Estágio Supervisionado, exigidas pela Resolução nº 2/2007, que definiu a carga horária dos cursos de bacharelados. Então essas 545 h/r serão aplicadas no TAE, no desenvolvimento da estrutura curricular.

✓ Currículo do Curso

O currículo do curso abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas semestralmente em uma seriação considerada adequada para o encadeamento lógico de conteúdos e atividades. Inclui as disciplinas que representam o desdobramento dos conteúdos inseridos nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Direito.

1.6.5. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO

Período	Disciplina	T	P	Total	CH
1	Introdução as Ciências Sociais	2	0	2	40
1	Introdução ao Estudo do Direito	4	0	4	80
1	Ciência Política e Teoria do Estado	4	0	4	80
1	História do Direito	4	0	4	80
1	Metodologia e Pesquisa Científica	2	0	2	40
1	Fundamentos de Economia	2	0	2	40
1	Psicologia	2	0	2	40
		20	0	20	400
2	Comunicação e Expressão	4	0	4	80
2	Filosofia Geral e do Direito	4	0	4	80
2	Sociologia Jurídica	2	0	2	40
2	Direito Constitucional I	4	0	4	80
2	Teoria Geral do Direito Civil	4	0	4	80
		18	0	18	360
3	Direito Constitucional II	4	0	4	80
3	Direito das Obrigações	4	0	4	80
3	Teoria Geral do Processo	4	0	4	80
3	Teoria do Delito	4	0	4	80
3	Direito Internacional	4	0	4	80
		20	0	20	400
4	Direito dos Contratos	4	0	4	80
4	Direito Processual Civil I	4	0	4	80
4	Direito Administrativo I	4	0	4	80
4	Teoria da Pena	4	0	4	80
4	Direito do Trabalho Individual	4	0	4	80
		20	0	20	400
5	Direito Administrativo II	4	0	4	80
5	Direito Processual Civil II	4	0	4	80

5	Direitos dos Contratos II	4	0	4	80
5	Direito do Trabalho Coletivo	4	0	4	80
5	Crimes em Espécie	4	0	4	80
		20	0	20	400
6	Leis Penais e Especiais	4	0	4	80
6	Direitos Reais	4	0	4	80
6	Direito Processual Civil III	4	0	4	80
6	Direito Processual Penal I	4	0	4	80
6	Direito Processual do Trabalho	4	0	4	80
		20	0	20	400
7	Direito Processual Civil IV	4	0	4	80
7	Direito Processual Penal II	4	0	4	80
7	Direito Tributário	4	0	4	80
7	Direito de Família	4	0	4	80
7	Direito do Consumidor	2	0	2	40
7	Prática Jurídica Simulada Cível	0	2	2	40
7	Estágio Supervisionado I	0	2	2	40
		18	4	22	440
8	Responsabilidade Civil	2	0	2	40
8	Direito Societário	4	0	4	80
8	Direito Sucessões	4	0	4	80
8	Tributos em Espécie	4	0	4	80
8	Prática Jurídica Simulada Penal	0	2	2	40
8	Estágio Supervisionado II	0	2	2	40
		14	4	18	360
9	Ética Geral e Profissional	2	0	2	40
9	Direito Cambiário	4	0	4	80
9	Trabalho de Curso I	0	2	2	40
9	Disciplina Optativa	2	0	2	40
9	Prática Jurídica Simulada Trabalhista	0	2	2	40
9	Estágio Supervisionado III	0	2	2	40
		8	6	14	280
10	Processo Constitucional	4	0	4	80
10	Direito Ambiental	4	0	4	80
10	Disciplina Optativa	2	0	2	40
10	Trabalho de Curso II	0	2	2	40
10	Prática Jurídica Simulada em Med. e Arbitragem	0	2	2	40

10	Estágio Supervisionado IV	0	2	2	40
		10	6	16	320
TOTAL PARCIAL		168	20	188	3760
Atividades Complementares					100
TOTAL					3860

Componentes Curriculares Eletivos e optativos

ELETIVAS	CRÉDITOS
ESTUDOS ETNOCULTURAIS	2
DIREITO IMOBILIÁRIO	2
DIREITO MUNICIPAL	2
DIREITO ELEITORAL	2
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	2

ELETIVAS II	CRÉDITOS
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE CONFLITOS	2
DIREITOS HUMANOS	2
DIREITO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2
CRIMINOLOGIA	2
EMPREENDEDORISMO	2
ECONOMIA DO PETRÓLEO E GÁS	4

OPTATIVAS	CRÉDITOS
ELEBORAÇÃO, AVALIAÇÃO E GERENCIA DE PROJETOS	2
GESTÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS	2
GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E GÁS	4
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais	4
GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	2

1.7 METODOLOGIA

O aluno como centro do processo de aprendizagem deve ser estimulado a desenvolver todas as ações e metodologias de ensino da Faculdade.

A teoria e a prática juntas são compromissos da Faculdade Cenequista de Rio das Ostras, privilegiando metodologias de ensino que acolham as ações de iniciação científica, atividades de extensão e monitoria.

As aulas expositivas, relevantes para os cursos, estarão apoiadas em tecnologias

da informação e da comunicação, a fim de facilitar o processo de aprendizagem. Paralelamente, serão ofertadas práticas em sala de aula, estudos de casos, seminários, painéis, estudos em grupo, entre outras modalidades.

As atividades práticas ocorrerão ao longo de todas as disciplinas, de forma a assegurar a aprendizagem significativa de seus conteúdos, possibilitando aos discentes, além da aquisição de conteúdo, o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o exercício profissional de qualidade.

O professor será, sempre, um facilitador do processo de aprendizagem, colocando à disposição dos estudantes sua expertise, bem como promovendo a constante interação entre os conteúdos teóricos e as atividades práticas pertinentes.

Contudo, a Faculdade entende que, ao se escolher uma técnica pedagógica, deve-se antes de tudo, refletir se a mesma corresponderá aos objetivos de ensino-aprendizagem e aos conteúdos que se pretende desenvolver junto aos alunos, devendo tal processo ser avaliado contínua e dinamicamente.

É preciso examinar os pré-requisitos acumulados para a aprendizagem desses conteúdos e o perfil da classe, pois uma técnica pode trazer resultados satisfatórios para determinado grupo, mas para outro se mostrar inadequada.

É importante também definir os recursos didáticos, o espaço e tempo disponível, considerando que o imprevisto pode ocorrer, desequilibrando o planejamento.

No caso da aprendizagem a Faculdade elegeu quatro objetivos importantes de serem absorvidos pelos alunos, de forma gradual:

- Assimilar conhecimentos;
- Apropriar-se desses conhecimentos através da prática de exercícios;
- Transferir conhecimentos para situações-problema;
- Criar novas visões e interpretações para problemas reais;
- Desenvolver habilidades e competências articulando

conhecimentos teóricos com atividades eminentemente práticas.

Para alcançar o primeiro objetivo, o método expositivo mostra-se bastante apropriado, podendo ser aplicado através de técnicas de exposição oral, demonstração, apresentação de filmes, conferências, etc.

Para atingir o segundo objetivo, o aluno deverá reproduzir os conteúdos e metodologias aprendidas, através das atividades práticas. Este expediente faz com que se desenvolvam habilidades, integrando conhecimentos à personalidade e tornando o aluno

o elemento central do processo, independente do professor.

Com relação ao terceiro objetivo, o educador deve utilizar métodos de solução de problemas determinados, criando situações-problema a serem equacionadas através da experiência adquirida nas duas primeiras etapas do processo. É o exercício prático, o laboratório, a experimentação, que exige cada vez mais equipamentos sofisticados e versáteis para reprodução das tecnologias em constante desenvolvimento.

Para atingir o quarto objetivo, devem ser colocadas para os alunos, situações-problema cuja solução exija um nível de conhecimento pouco acima do que lhe foi passado, forçando-o a criar e correlacionar conhecimentos que associados aos já adquiridos permitirão criar soluções novas para problemas novos.

Finalmente, o atingimento do quinto objetivo será decorrência da conjugação permanente entre teoria e prática, elemento norteador da condução das atividades pedagógicas ao longo de todo o curso ora proposto.

Os métodos para alcançar e aferir os objetivos acima descritos serão aplicados através de diversas técnicas, tais como exposição individual, grupal, simpósios, conferências, dinâmicas de Brainstorming (para produção de novas idéias), demonstrações, estudos de casos, jogos e simulações laboratoriais (homem-máquina / homem-computador / homem-modelo), desde que, dentro de uma prática docente crítica, onde os conteúdos são contextualizados e demonstram o comprometimento do processo ensino-aprendizagem com a competência científica/tecnológica, com o exercício profissional e com objetivos éticos-políticos.

Além disso, as metodologias propostas pela Faculdade Cenecista de Rio das Ostras trabalharão constantemente a flexibilidade e o processo de interdisciplinaridade, que propiciará a superação da linearidade, da fragmentação e da artificialidade que impregna o ensino baseado em paradigmas estritamente positivistas.

A flexibilidade e a interdisciplinaridade é vista pela IES como um eixo articulador entre os conteúdos oferecidos na matriz curricular e as demais atividades acadêmicas oferecidas pela instituição.

Neste curso a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares, no estágio supervisionado, no trabalho de conclusão de curso e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica/pesquisa e a extensão. Já a interdisciplinaridade esta presente na inter-relação entre as disciplinas, quanto das atividades complementares, e principalmente por meio de projetos integrados que possam

vir a ser implementados pelo Colegiado competente da Faculdade, projetos estes que se construirá em trabalhos em comum acordo a cada semestre do curso ou específico de cada disciplina, envolvendo grupos de disciplinas e também, a empresa júnior. Porém, os conteúdos devem se interagir harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando.

Assim, a interdisciplinaridade será elaborada e operacionalizada a partir das reuniões com os professores responsáveis pelas disciplinas e reuniões dos Colegiados competentes e Coordenadores de Curso com os professores, implicando na concepção de trabalhos conjuntos entre as disciplinas, grupos de disciplinas ou semestre.

A FACRO prezaré em todos os seus cursos pela flexibilidade e interdisciplinaridade, zelando pelo respeito entre as profissões, e favorecendo a ampliação do saber. Trata-se de uma prática que se constrói no âmbito do ensino e é uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científica e tecnológica.

Enfim, a metodologia proposta pela Faculdade pretende fortalecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, além de propiciar aos mesmos um espírito empreendedor que busque o desenvolvimento científico e profissional, contribuindo para uma formação de sujeitos autônomos, éticos e cidadãos com visão crítica da sociedade.

1.8 PRÁTICA JURÍDICA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Prática Jurídica é desenvolvida nos cinco últimos períodos de Curso, no total de 300 horas, conforme regulamento em ANEXO, sendo ato escolar supervisionado, desenvolvido no âmbito do Curso de Direito com a finalidade de promover ao discente o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular.

No Curso de Direito o discente, devidamente matriculado em uma das disciplinas de Prática Jurídica, terá que desempenhar as atividades constantes das normas pertinentes, notadamente ao Regimento da Instituição, podendo ser exercido internamente (NPJ) ou em outras instituições que venham a fornecer as condições necessárias ao desempenho das atividades solicitadas. Assim, a atividade de Prática Jurídica do Curso de Direito pauta-se numa metodologia criativa, estimulando os discentes, tanto nas atividades simuladas quanto nas reais, transformando-o de mero expectador dos

acontecimentos em verdadeiro protagonista.

Para tanto, o Curso vem aperfeiçoando os modelos postos integrando desde o trabalho desempenhado em sala de aula até o contato efetivo com o meio social externo, viabilizando o treinamento como função essencial e, desenvolvendo trabalho relevante à comunidade local.

As áreas de atuação do Núcleo designadas nas normas acima são as de Prática Jurídica; Prática Jurídica I – Área Cível e Consumidor; Prática Jurídica II – Área Penal e de Interesse Público; Prática Jurídica III – Área Trabalhista e de Interesse Coletivo; Prática Jurídica IV – Área Familiar e Mediação.

Tais áreas foram sensivelmente ampliadas dentro de cada uma das exigidas nas normas acima referidas, abrangendo as atividades voltadas para a defesa de interesses coletivos, além do estímulo ao desenvolvimento de métodos alternativos ao processo judicial de solução de conflitos, os quais, em parte, se prestam também a solução e extinção dos mesmos.

Atividades de Arbitragem, mediação e negociação

O Núcleo de Prática Jurídica desenvolve, além das atividades básicas acima referidas, desenvolve atividades de arbitragem, mediação e negociação, consistindo em simulações e experimentações teóricas, além da promoção de palestras e seminários nessas importantes vertentes da solução de conflitos. Esse esforço de solução dos conflitos jurídicos de auto composição tem o objetivo de criamos mecanismos de solução não adversarial fora do Poder Judiciário. Torna-se a solução mais rápida e mais barata, como menos traumas psicológicos. Preocupados com isso, o Núcleo de Prática Jurídica simula entre seus alunos, estagiários e professores situações da vida prática em que se possa aplicar tais instrumentos, mesmo porque, deve-se ter em vista as reformas do Código de Processo Civil que dá ênfase a possibilidade de solução de conflitos por essas vias. Assim, em termos de estímulo ao exercício de tais métodos, há uma vasta área ainda a ser explorada, e o Núcleo de Prática Jurídica deve cumprir essa missão de forma a permitir o acesso ao conhecimento pragmático das técnicas de solução de conflitos sociais com as ações acima já articuladas e implementadas, além de provocar uma nova forma de pensar o convívio em sociedade com formas mais ágeis e eficazes de obtenção de soluções.

Para tanto, o Curso vem aperfeiçoando os modelos postos integrando desde o

trabalho desempenhado em sala de aula até o contato efetivo com o meio social externo, viabilizando o treinamento como função essencial e, desenvolvendo trabalho relevante à comunidade local.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Diretor Geral da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras – FACRO em conjunto com o Coordenador do Curso de Direito, no uso de suas atribuições acadêmicas, faz saber que o Colegiado do Curso de Direito aprovou as normas de caráter interno sobre as atividades obrigatórias de estágio profissional e estágio curricular, a primeira prevista na **Lei 8.906/94** (Estatuto da OAB), e a segunda prevista na Resolução **no. 138/99**, da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, e **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004**, a serem cumpridas pelos advogados, docentes e discentes que lhe façam parte:

Art.1º - O Núcleo de Prática Jurídica é o órgão encarregado de atribuir, controlar, aferir, supervisionar e avaliar as atividades de prática jurídica dos alunos do Curso de Direito.

Art. 2º Compete ao Núcleo de Prática Jurídica:

- I. Deliberar acerca dos assuntos pertinentes às diversas atividades que estiverem sob sua supervisão;
- II. Tomar todas as medidas necessárias ao bom funcionamento das suas tarefas;
- III. Orientar e avaliar o desempenho dos estagiários em suas tarefas;
- IV. . Planejar as atividades reais e/ou simuladas que serão desenvolvidas;
- V. Providenciar, junto com a direção da Faculdade, as medidas necessárias para a melhoria dos trabalhos desenvolvidos.

Art. 3º - O exercício da prática jurídica pode ser organizado em áreas temáticas correspondentes às disciplinas semestrais obrigatórias da grade curricular, consoante estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso e na Grade Curricular da Faculdade, nas diretrizes curriculares do curso de direito e nos regulamentos da OAB aplicáveis ao estágio e é obrigatório para os alunos matriculados no curso de direito a partir do 7º período.

Art. 4º - As atividades de Prática Jurídica, sem prejuízo de outras aprovadas no colegiado do curso, serão nas seguintes modalidades:

- I - Disciplina em sala de aula;
- II - Participação em atividades jurídicas reais do curso;
- III - Participação em atividades jurídicas reais em Instituições conveniadas;
- IV - Prática de atividade jurídica simulada;
- V - Prática de atividade de arbitragem;
- VI - Prática de atividade de negociação, conciliação e mediação;
- VII - Visita orientada;
- VIII - Análise de Autos findos; e
- IX - Elaboração de textos e peças jurídico-legais.

Parágrafo único – Outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica, a exemplo de palestras, debates, seminários, oficinas.

Art.5º - São considerados alunos-estagiários, para fins do Estágio de Prática Jurídica supervisionado pela Faculdade Cenecista de Rio das Ostras, todos os alunos matriculados na Faculdade nas disciplinas componentes do eixo de Prática Jurídica, competindo-lhes, principalmente:

- I. Realizar as visitas, trabalhos e todas as demais atividades reais ou simuladas, desenvolvidas pelo Núcleo de Prática Jurídica;
- II. Agir de acordo com a ética profissional e zelar pelo bom nome do Núcleo de Prática Jurídica;
- III. Executar as atividades e tarefas segundo a supervisão dos professores orientadores;
- IV. . Manter a pasta dos processos em que atuam, atualizada e com cópias das peças produzidas;
- V. Cumprir os horários de plantões no Núcleo de Prática Jurídica;
- VI. . Preencher Formulários de Atendimento a Clientes e promover o arquivamento nas respectivas pastas;
- VII. esentar periodicamente ao professor orientador responsável um relatório de atividades;
- VIII. agir petições a serem avaliadas pelo professor orientador antes de serem incorporadas aos processos;
- IX. . Comparecer aos atos processuais, em especial nas audiências, dos processos que estejam sob sua responsabilidade;
- X. Acompanhar as publicações oficiais, notificando as datas de audiências e demais prazos do processo ao professor orientador, bem como à parte assistida pelo NPJ;
- XI. . Fazer o acompanhamento do processo junto à Justiça, frequentando os respectivos juízos;
- XII. Informar ao professor orientador com a antecedência mínima de 03 (três) dias das datas de audiências;
- XIII. ir as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade;
- XIV. . Comparecer às audiências e aos plantões devidamente trajados, condizentes com a dignidade da profissão;
- XV. . Restaurar os processos sob sua responsabilidade, na eventualidade de perda ou extravio; manter arquivo com cópia de todos os documentos que possam comprovar o desempenho das atividades, para se verificar a assiduidade e eficiência;
- XVI. apresentar relatório escrito, firmado por advogado ou representante legal de órgão ou instituição, que sejam credenciados pelo Núcleo de Prática Jurídica e pela Ordem dos Advogados do Brasil, visando a complementação da carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado e profissional;
- XVII. O aluno deverá montar sua Pasta da Prática Jurídica com observância da ordem e requisitos padronizados pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (formulários à disposição no NPJ).

§1º No exercício das atividades vinculadas direta ou indiretamente ao NPJ, aplicam-se aos alunos-estagiários as normas do Código de Ética e disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

§2º Quando da infração de qualquer norma do Código e/ou dos regulamentos próprios do Núcleo de Prática Jurídica, aplicam-se os procedimentos e sanções previstos nos regulamentos específicos, garantindo-se o direito de defesa, sem prejuízo da dupla esfera de incidência (profissional e acadêmica);

Art.6º - A verificação do rendimento do aluno-estagiário, nas tarefas desenvolvidas, far-

se-á individualmente e semestralmente mediante relatório da assiduidade e eficiência nas atividades programadas.

§1º. O aluno-estagiário, para conseguir aprovação semestral e ser considerado “apto”, deverá realizar o mínimo de 60 (sessenta) horas de atividades propostas e desenvolvidas sob a orientação dos professores de prática jurídica.

§2º. Também poderão ser computadas atividades perante qualquer órgão ou instituição com quem a Faculdade mantenha convênio.

Art. 7º - A avaliação do aluno-estagiário compreenderá:

I. 15 relatórios de Audiências, sendo 07 entregues até a 1ª verificação e 08 entregues até a segunda, correspondendo a 01 (um) ponto.

II. A primeira verificação, que será composta por questões referentes à prática da advocacia, no valor de 04 (quatro pontos) e uma peça processual no valor de 05 (cinco) pontos.

III. A segunda verificação, que será composta por Audiência/Júri Simulado, no valor de 04 pontos e uma peça processual no valor de 05 (cinco) pontos.

Rio das Ostras, 20 de dezembro de 2012.

Coordenador do Curso de Direito

1.9 Atividades Complementares

O currículo contempla 100 horas/aula de **Atividades Complementares**, atendendo assim à regulação das Diretrizes Curriculares. Assim, apresenta-se organizado durante os períodos vigentes do Curso de Graduação em Direito, sendo obrigatória, a participação de todos os alunos da Instituição, a partir do primeiro período, com a carga horária total para fim de conclusão do Curso.

Todos os eventos internos são planejados, dirigidos e orientados pelo Coordenador do Curso. A programação é executada e administrada por semestres, onde o Curso de Direito coloca à disposição dos alunos mais de 1/10 (um décimo) por semestre de atividades complementares de forma curricular. O desenvolvimento das atividades complementares é normatizado por meio do Regulamento (em ANEXO).

O Programa das Atividades Complementares tem o objetivo de promover e estimular atividades de formação extracurricular aos alunos dos diferentes cursos de graduação. O Curso valoriza e propicia diversas atividades extensionistas permanentes e temporárias como visitas, palestras, jornadas, semanas, cursos de atualização e extensão, que objetiva flexibilizar o currículo pleno do curso, propiciando aos seus estudantes a possibilidade de participação em diferentes atividades na perspectiva de desenvolver habilidades necessárias ao perfil do estudante. Caracteriza-se como um programa de

educação continuada, com um tempo dedicado às palestras, seminários, pesquisas, visitas técnicas, publicação de textos, cursos de curta e longa duração, dentre outras atividades. Apoiar sociedades científicas, através de sua infraestrutura e docentes qualificados, no sentido de viabilizar ações de extensão voltadas para a área jurídica.

O Curso também conta com projetos de extensão institucionalizados voltados para a democratização do conhecimento, comprometendo os corpos docente e discente do curso com questões de relevância social. O Curso proporciona atividades complementares dando oportunidade à realização de trabalhos extraclasse, atividades teóricas e práticas, que se constituem em possibilidades reais de complementação da formação profissional. As atividades complementares são realizadas ao longo do Curso, consagram a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e contribuem para melhor qualificar a formação do profissional, sendo cediço que a reflexão crítica não deve ficar circunscrita à sala de aula, mas contemplar o universo compreendido pela instituição de ensino, comunidade e sociedade, considerando que o aprendizado só ocorre na aplicação prática do conhecimento adquirido.

Pode-se falar também em internalização da educação continuada, tão relevante nesta era do conhecimento (insumos que, agregados às suas práticas, possam contribuir para sua especialização, atualização e aperfeiçoamento), como forma de aplicação eficaz do conhecimento. Nesta esteira, a FACRO deve atender à demanda por profissionais de cada vez mais preparados para responder aos desafios do mercado.

As atividades complementares são programadas em consonância com as atividades de Ensino e Pesquisa. As atividades complementares são dosadas de modo a atender ao interesse do alunado e à inserção de informações de caráter técnico-científico atual e importantes para a busca de excelência com a qual o Curso está comprometido. Quanto a carga horária mínima de atividade complementar, nada impede que o estudante se inscreva nas atividades de seu interesse, ultrapassando a exigência mínima. Ao final do Curso o estudante deverá ter integralizado esse quantum de horas, conforme as espécies de atividades e a respectiva carga horária. As diferentes espécies de Atividades Complementares, como eventos (internos/externos), monitoria, pesquisa, extensão, iniciação científica, seminários e Cursos de pequena duração estão previstos com os respectivos créditos de atividades-hora

Essas atividades extracurriculares envolvem todos os ciclos de formação numa perspectiva multidisciplinar, que incluem-se: 1) elaboração de um repertório cultural,

ações de impacto social na comunidade; 2) participação em associações (ONGs, sindicatos, partidos) e entidades públicas; 3) participação em projetos de pesquisas e de iniciação científica; 4) atividades de extensão de caráter socioambiental; 5) atividades em entidades estudantis. Visa reforçar a formação ampla dos alunos como profissionais e como cidadãos.

São consideradas atividades complementares ao curso: 1) Monitoria, atividades de iniciação científica, atividades que integrem programas ou projetos de extensão; 2) Organização e/ou participação em eventos científicos, com ou sem apresentação de trabalhos, desde que comprovados; 3) Organização e/ou participação em congressos, seminários, simpósios, encontros, jornadas, palestras; exposições.

1.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O TCC tem por objetivo estimular a prática de pesquisa no âmbito acadêmico bem como a análise e síntese do tema abordado ao fazer uso das habilidades e competências desenvolvidas durante todo o período de curso.

Todo aluno do Curso de Direito deve até o final do curso, apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado individualmente, que será avaliado por Banca Examinadora em sessão pública. O TCC deverá contar com a participação do professor orientador, o qual ficará responsável pela orientação dos alunos. A elaboração e defesa de Artigo Jurídico ou Monografia como Trabalho de Conclusão de Curso é parte integrante e obrigatória do conteúdo curricular do curso de Direito, como termo condicionante para conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Direito.

Cabe salientar que a particularidade do processo de orientação dos alunos, sua elaboração, entrega e avaliação vinculam-se a duas disciplinas obrigatórias de nosso currículo: Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II . Portanto, este processo se subordina às orientações e normas acadêmicas e administrativas da instituição, sobretudo no que se refere ao cumprimento da carga horária, controle de frequência, lançamento de notas e prazos de entregas dos trabalhos. Cada aluno terá um orientador nas disciplinas e deverá elaborar o projeto de monografia em articulação às linhas de pesquisa ou projetos de extensão ou estágios.

O Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido de acordo com o Regulamento aprovado por Resolução do Conselho Universitário que estabelece as normas gerais para a realização do TCC, e as normas específicas do Curso de Direito estabelecidas e

aprovadas pelo Colegiado de Curso de Direito

11.1 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Direito estará integrado ao processo de avaliação institucional da FACRO. Cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) organizar e implementar o processo de avaliação institucional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) está organizada para cumprimento do que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e possui regulamento específico para orientar, sistematizar, operacionalizar, realizar diagnósticos, apresentar resultados e atuar de forma propositiva junto aos cursos no que se refere às ações necessárias para a melhoria destes.

Para organizar, implementar, desenvolver e acompanhar o processo de autoavaliação, a CPA conta com a Coordenadoria de Avaliação Institucional, vinculada à Diretoria, com a finalidade de coordenar todos os trabalhos envolvidos neste processo.

O processo de autoavaliação conta com a participação de toda a comunidade acadêmica. São aplicados diversos instrumentos, particularmente, os destinados à avaliação do desempenho individual (questionários abertos, fechados e entrevistas), com a participação dos professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo. A avaliação do desempenho individual não pode ser divulgada, exceto para os próprios interessados e, reservadamente, para os dirigentes institucionais.

A CPA encaminha à direção superior os resultados das avaliações periódicas, nelas incluindo as avaliações das condições de ensino, realizadas pelo MEC, bem como os resultados do ENADE, para posterior indicação de ações corretivas de pontos fracos e de fortalecimento dos aspectos positivos do ensino, da iniciação científica, da extensão, dos recursos humanos e das instalações, por parte dos órgãos/núcleos da instituição.

A CPA emitirá relatório anual, para a Diretoria, sobre o monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional. No exercício de suas atividades, a CPA manterá articulação permanente com todos os setores acadêmico-administrativos, interagindo permanentemente com todos os atores do processo institucional e de aprendizagem. Também manterá articulação com os órgãos do MEC responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

1.12 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC - NO

PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

No curso serão adotadas tecnologias de informação e comunicação didático-pedagógicas que venham enriquecer e qualificar o processo de ensino-aprendizagem, principalmente o desenvolvimento dos conteúdos e atividades propostos pelos cursos.

As principais tecnologias de informação e comunicação a serem adotadas no curso de Direito serão:

- softwares para disciplinas específicas do curso, a serem trabalhadas no Laboratório de Informática;
- participação em competições virtuais de jogos empresariais;
- criação de página do curso no *site* da IES e/ou em redes sociais, visando discutir questões didático-pedagógicas cotidianas do curso;
- utilização de recursos audiovisuais e multimídia em aulas teóricas e/ou práticas;
- outras tecnologias que poderão ser integradas durante o desenvolvimento do curso, desde que venham favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

1.13 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação da aprendizagem está configurado no Regimento da FACRO. Os dispositivos regimentais sobre a avaliação da aprendizagem definidos no Regimento da Faculdade.

Ainda, em relação à avaliação da aprendizagem, a FACRO adota como ações específicas:

- ✓ Desenvolver estudos permanentes para o aperfeiçoamento do processo de avaliação da aprendizagem;
- ✓ Avaliar, periodicamente, a metodologia de elaboração e aplicação de provas, exames, testes e similares, assim como de apuração dos resultados;
- ✓ Estimular os professores ao uso sistematizado dos recursos da tecnologia educacional, em apoio às metodologias de ensino adotadas;
- ✓ Desenvolver experimentos para o processo de autoavaliação do aluno, como

parte do processo de avaliação da aprendizagem.

1.14 NÚMERO DE VAGAS

Para o curso de Direito estão autorizadas 120 vagas totais anuais, no período noturno com turmas de até 60 alunos, atendendo a política didático-pedagógica da FACRO e sua infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos.

1.15 ATENDIMENTO AO DISCENTE

✓ Formas de Acesso ao Curso

Os Processos Seletivos serão orientados por critérios que avaliem os conhecimentos adquiridos pelos candidatos no Ensino Médio ou equivalente para admissão nos Cursos de graduação pretendidos, e serão regulados por meio de Editais aprovados pelo Conselho Superior.

As vagas oferecidas para cada Curso são autorizadas pelo Ministério da Educação.

Os Processos Seletivos são abertos e publicados, pelo menos, 15 dias antes da realização da seleção, por meio de Editais dos quais constarão:

- a denominação dos Cursos abrangidos pelo processo seletivo;
- ato autorizativo dos Cursos ofertados, informando a data de publicação no DOU;
- número de vagas autorizadas por turno de funcionamento dos Cursos ofertados;
- número de alunos por turma;
- local de funcionamento de cada Curso;
- normas de acesso;
- prazo de validade do processo seletivo;
- período, local e forma de inscrição no Processo Seletivo;
- datas, horários e local das avaliações;
- data e forma de divulgação dos resultados.

A instituição informará à comunidade, antes do início de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a

cumprir as respectivas condições.

Os resultados do processo seletivo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital.

✓ **Apoio Pedagógico e Atendimento Extraclasse aos Discentes**

A FACRO mantém uma política que assegura o atendimento individualizado do aluno pelo seu Coordenador. Assim sendo, desde o início e durante todo o curso, o Coordenador orientará os alunos quanto aos objetivos do curso, perfil do profissional a ser formado, mercado de trabalho, estágios, enfim, tudo que se relacionar com o curso.

Além disso, o apoio pedagógico será realizado por todos os setores da FACRO (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Núcleos de Apoio, Ouvidoria, Professores em TI e TP, membros do Núcleo Docente Estruturante, etc.), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

Os laboratórios poderão ser utilizados pelos alunos, fora do horário de aulas, com a participação de monitores, tutores ou dos técnicos dos laboratórios, para o reforço da aprendizagem prática.

A biblioteca terá horário de funcionamento durante os três turnos, incluindo os sábados, sempre com profissionais habilitados para o melhor atendimento, para que os alunos possam realizar suas pesquisas bibliográficas, leituras ou trabalhos em grupo sem prejuízo da presença em sala de aula.

✓ **Estímulo a Permanência**

A FACRO tem como compromisso promover a atenção integral ao aluno, visando garantir sua permanência na IES e oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de extensão.

Portanto, proporcionará ao corpo discente um adequado e eficiente atendimento de apoio ou suplementar, às atividades de sala de aula. Além disso, proporcionará ainda atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e

funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicita providências e propõe soluções.

Eis as formas de estímulos à permanência propostos:

1.16 MONITORIA

Os alunos poderão participar do Programa de Monitoria destinado a propiciar aos alunos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, iniciação científica e extensão.

Os monitores auxiliarão o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de iniciação científica e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliarão, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência, conforme consta no regulamento de monitoria.

A monitoria irá funcionar de acordo com o seguinte regulamento:

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE MONITORIA

Os alunos podem participar do Programa de Monitoria destinado a propiciar aos alunos a oportunidade de desenvolver suas habilidades para as funções de ensino, iniciação científica e extensão. Ao corpo discente, os monitores auxiliam, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de biblioteca e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência, conforme consta no Regulamento de Monitoria.

O exercício da monitoria é aberto aos alunos do Curso de Direito que tenham se destacado mediante excelente desempenho acadêmico. A monitoria possibilita experiência didático-pedagógica e se constitui em recurso auxiliar à atividade do Professor, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de iniciação científica e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Os monitores são escolhidos através de processo seletivo, por meio de Edital da Direção do IMA, e as atividades pertinentes não podem redundar em prejuízo acadêmico

para os selecionados e estes só podem atuar em disciplina na qual tenham tido aprovação.

Os alunos Monitores incorporado aos projetos de ensino e de pesquisa receberão horas de atividade complementar, conforme dispuser o Edital. Ao concluir com êxito as atividades previstas o acadêmico recebe certificado para fins curriculares, ou também, o título de Menção Honrosa. Também como premiação será indicada a publicação na Revista Eletrônica Do CNEC das melhores pesquisas. O tempo de exercício da monitoria é certificado pela Instituição e não estabelece vínculo empregatício de qualquer natureza com a Instituição.

O número médio de alunos, por projeto é definido no Edital. Os docentes com carga horária no Núcleo de Estágio Supervisionado dedicam parte do seu tempo à orientação de alunos engajados nos projetos de extensão em andamento.

Mecanismos de Nivelamento

A FACRO oferecerá cursos de nivelamento, a partir de diagnóstico inicial, no primeiro semestre letivo de cada curso, como ação voltada à preparação do ingressante, considerando as suas deficiências de formação.

O diagnóstico será realizado nas primeiras semanas do primeiro período letivo dos cursos, para os alunos ingressantes, em Língua Portuguesa e em Matemática, além de teste específico para leitura, compreensão e produção de textos.

Feito o diagnóstico, por turma, a FACRO oferecerá aos alunos aulas de nivelamento (optativas), com vistas a dar-lhes suporte para o desenvolvimento, com êxito, das atividades acadêmicas.

As turmas serão formadas privilegiando-se o agrupamento por curso de forma a estimular a interação dos alunos, bem como a formação de grupos de estudos.

A avaliação é medida por meio da frequência às aulas e do desempenho escolar do aluno no curso específico. Somente os alunos com, pelo menos, 75% de presença poderão continuar assistindo as aulas e realizar a prova.

Ao final do curso, é realizada uma prova cujo objetivo será avaliar o aproveitamento do aluno, com nota máxima de 10,0 pontos. A pontuação obtida pelo aluno é computada e somada com as outras provas estabelecidas no calendário escolar. Se a média das provas atingirem o mínimo estabelecido no Regimento da Faculdade, o aluno estará aprovado na disciplina. Caso contrário, deverá cursá-la novamente no outro

período letivo.

1.17- APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Durante o curso podem ocorrer situações em que o estudante se depare com dificuldades no processo de aprendizagem que podem estar relacionadas com fatores cognitivos e/ou com outros fatores, sejam emocionais, sociais, entre outros. A quantidade crescente de informação exige uma dedicação por parte do aluno em que é necessária a capacidade de concentração. Por outro lado, o trabalho com diferentes sujeitos, que trazem diferentes experiências requer do professor um conhecimento acerca da necessidade de utilização de metodologias diversificadas que possam atender as demandas de aprendizagem por parte dos alunos.

Dessa forma, os estudantes recém ingressantes, assim como os demais já matriculados, muitas vezes apresentam dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico. Para tanto, o serviço de apoio psicopedagógico, propõe-se a estar atento a estas questões e a atuar nesta área, procurando examinar e orientar os alunos em seus eventuais tropeços no processo de ensino-aprendizagem. Sob uma perspectiva mais preventiva, os alunos que apresentam excessivo número de faltas, ou persistente aproveitamento deficiente são convidados a comparecer, onde estará à disposição deles a possibilidade de terem acompanhamento profissional para revisão da metodologia de estudo ou para a investigação de outras dificuldades que eventualmente possam estar comprometendo o processo educativo. Com esta mesma ótica preventiva serão entrevistados todos os alunos que solicitam trancamento ou cancelamento de matrícula. Também serão realizadas orientações profissionais e para o desenvolvimento de postura empreendedora, crítica e ético-humanística na tarefa educacional. Deste modo, os estudantes se adaptam à sua nova situação por meio de estratégias, de direcionamento e defesas psicodinâmicas, comportamentais e afetivas.

A todos os alunos, o apoio psicopedagógico assegurará atendimento individual e/ou grupal para a busca de orientações quanto ao abuso de drogas, álcool, tabagismo, e demais problemas sociais e comportamentais que venham a influenciar no processo de ensino-aprendizagem, como também para solucionar problemas resultantes da interação aluno-professor.

Durante o processo de ensino e aprendizagem podem ocorrer problemas que venham desencadear um baixo desempenho nas disciplinas/unidades curriculares por

parte dos alunos, influenciados por fatores didáticos e metodológicos. Neste caso a intervenção deverá acontecer com o professor, por meio de ação conjunta entre o apoio psicopedagógico e a coordenação de curso.

O apoio psicopedagógico também irá trabalhar com os pais dos alunos, principalmente aqueles que solicitam esclarecimentos sobre as questões relacionadas a seus filhos.

✓ **Estímulo a Atividades Acadêmicas**

O curso de DIREITO apoiará a participação de seus alunos em atividades de iniciação científica, nos programas de extensão e em eventos diversos, de natureza educacional, cultural e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem.

A participação dos alunos em projetos e programas de iniciação científica e de extensão, sempre será sob a orientação docente, fazendo parte da estratégia de aprendizagem e objetivando o estreitamento da relação professor-aluno.

A FACRO estimulará e incentivará os alunos a produzirem artigos científicos para, posteriormente, serem publicados em revista acadêmica, da IES ou de outras instituições, conforme critérios estabelecidos pelo órgão competente.

✓ **Organização Estudantil**

O corpo discente terá como órgão de representação o Diretório Acadêmico, a ser organizado pelos próprios estudantes, regido por regimento próprio por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da instituição, vedadas atividades de natureza político-partidária, em entidades alheias à FACRO.

Compete ao Diretório Acadêmico indicar os representantes discentes, com direito à voz e voto, nos órgãos colegiados da FACRO, vedada a acumulação.

O exercício da representação nos órgãos colegiados não exime o aluno do cumprimento de suas obrigações escolares.

A FACRO dá apoio aos estudantes no processo de organização dos diretórios acadêmicos, além de associações culturais, artísticas e desportivas.

A convivência estudantil é estimulada, mediante a oferta de atividades artísticas, culturais e desportivas, na sede da FACRO ou em instalações cedidas, mediante convênio.

✓ **Acompanhamento de Egressos**

A FACRO prevê ações que possibilitam a integração da instituição com seus ex-alunos, baseado em seu programa de acompanhamento de egressos.

Este Programa será um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Será um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

A FACRO já pensando em seus futuros egressos, propõe um programa de acompanhamento que visa à manutenção dos laços acadêmicos e de fidelidade, com a oferta de programas de educação continuada, encontros de ex-alunos, palestras e seminários, criação de um banco de dados de ex-alunos, troca de experiências, entre outras atividades que proporcione sempre a aproximação entre a instituição, os egressos e sua comunidade.

Sendo assim, estabeleceu os seguintes objetivos específicos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação prática do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, estarão em constante aperfeiçoamento;
- Estimular a oferta de programas de educação continuada;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela FACRO;
- Condecorar os egressos que se destacam nas atividades profissionais;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do

PPC;

- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontecerá por meio de carteirinha de ex-aluno a ser expedida pela FACRO.

Além disso, a FACRO pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Para tanto disponibilizará um espaço *on line* em seu site, cujo acesso será com login e senha e deverão ser preenchidos dados pessoais, conforme solicitado nas telas do sistema, pelos alunos que encontram-se matriculados nos últimos semestres dos cursos que a FACRO oferecerá, visando colher informações dos alunos que concluirão seus cursos.

Em relação aos alunos que já concluíram os cursos, esses serão convidados a acessarem o sistema *on line* e realizarem o cadastramento para a manutenção atualizada dos seus dados, caso contrário, a secretaria acadêmica será responsável pelo contato e atualização dos dados dos egressos no sistema.

Esses dados coletados serão gerenciados pelo setor de tecnologia da informação e encaminhados aos órgãos responsáveis da instituição para que a política de egressos da FACRO esteja calcada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

Este Programa expressará o compromisso da Instituição com o seu egresso numa relação de mão dupla mantendo-os informados sobre notícias da sua área de formação, informações técnico-científicas, eventos, atividades de formação continuada, e o egresso por sua vez representa o *feedback* do desempenho acadêmico institucional por sua atuação no mercado de trabalho.

Sendo assim, o órgão responsável pelos egressos na FACRO, juntamente com o Conselho Superior e as Coordenações, intensificarão diretrizes para acompanhar os egressos dos cursos, fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências. Evidenciará, assim, o Programa de Acompanhamento de Egressos e reconhecerá, neste programa, um instrumento para a necessária interação Faculdade -empresa-sociedade.

2. CORPO DOCENTE

O corpo docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional, e apoiado nessa afirmação, também não é diferente com os docentes da FACRO. Os professores que atuam no Curso de Direito são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é adequada à proposta do curso para garantir um bom nível de interação entre discentes e docentes.

Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolvem e foram selecionados, levando-se em consideração as características regionais em que está inserido o curso, bem como a concepção pedagógica proposta. A competência global dos docentes pode ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência profissional e de magistério superior, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas do curso.

2.1. ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE do curso de Direito possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico. Além destas, destacam-se também:

- ✓ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✓ Analisar, anualmente, o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- ✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;

- ✓ Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;
- ✓ Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

A alteração e permanência dos membros do NDE serão verificadas anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso e na legislação vigente.

O Coordenador do Curso terá o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a esta Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

Por fim, os membros serão incentivados e estimulados pela FACRO, por meio de ações de capacitação didático-pedagógica e de cunho financeiro, a permanecerem no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e os dirigentes da instituição.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, é composto por cinco docentes, conforme estabelece a Resolução do CONAES nº 1/2010. Além disso, os membros atendem aos requisitos de titulação e regime de trabalho, exigidos pela referida legislação.

Eis a relação dos membros do NDE 2014.1 e suas respectivas titulações e regimes de trabalho:

Curso:	DIREITO	
Membros NDE	Nome	Titulação
Coordenador	AUGUSTO EDUARDO MIRANDA PINTO	Doutor
Docente	FELIPE DE MAGALHAES	Especialização
Docente	ELAINE CRISTINA	DOUTOR
Docente	ANNA MORENO	Especialização
Docente	MANUELA CHAGAS	Mestre

Com base no quadro acima, a titulação dos membros que compõem o NDE do curso possui 80% de docentes com titulação em pós-graduação *stricto sensu*, sendo 60%

mestres e 40% doutores. Quanto ao regime de trabalho, 20% estão vinculados sob o regime de tempo integral e 80% em tempo parcial.

2.2. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O coordenador do curso de Direito, de acordo com os termos estabelecidos pelo Regimento da FACRO, participará ativamente no Colegiado de Curso e no Núcleo Docente Estruturante, bem como representará o curso nas reuniões do Conselho Superior.

É o profissional responsável pela normalidade acadêmica e administrativa de funcionamento do curso, bem como pelo bom relacionamento entre alunos e docentes, tendo como competências:

- ✓ Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitada a formação acadêmico-científica de cada um;
- ✓ Aprovar os conteúdos programáticos das disciplinas;
- ✓ Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados;
- ✓ Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- ✓ Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- ✓ Zelar pela disciplina de alunos e professores do curso;
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento dos programas de ensino, bem como a frequência e a pontualidade dos professores;
- ✓ Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- ✓ Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- ✓ Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como o desempenho e a assiduidade dos professores, alunos e do pessoal técnico-administrativo sob sua supervisão;
- ✓ Apresentar semestralmente ao Colegiado de Curso e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- ✓ Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- ✓ Encaminhar ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;

- ✓ Promover periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- ✓ Propor ou encaminhar proposta, na forma do Regimento, para a criação de cursos e o desenvolvimento de projetos de iniciação à pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- ✓ Distribuir encargos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão entre seus professores, respeitada as especialidades;
- ✓ Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina ou unidade curricular, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- ✓ Delegar competência, sem prejuízo de sua responsabilidade;
- ✓ Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no regimento, ou designadas pelo Diretor.

Na qualidade de Presidente do Colegiado de Curso compete:

- ✓ Convocar e presidir as sessões e demais atividades deste órgão;
- ✓ Determinar a ordem dos trabalhos das sessões;
- ✓ Distribuir os trabalhos e os processos para relatos dos conselheiros;
- ✓ Participar, quando julgar conveniente, dos trabalhos das Comissões;
- ✓ Exercer, no plenário, o direito de voto e, nos casos de empate, também o de qualidade;
- ✓ Resolver as questões suscitadas em plenário;
- ✓ Baixar atos, sob a forma de Deliberação, das decisões do teor normativo do Colegiado de Curso e do NDE;
- ✓ Encaminhar aos órgãos da Faculdade as normas aprovadas;
- ✓ Decidir sobre os casos de urgência ou omissos no Regimento da Faculdade, *ad referendum* do Plenário, que deverá proceder à apreciação na primeira sessão posterior ao evento.

Como Presidente do NDE compete:

- ✓ Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- ✓ Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- ✓ Encaminhar as deliberações do Núcleo para aprovação no órgão competente da IES;
- ✓ Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- ✓ Coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da instituição.

2.2.1. TITULAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

A coordenação do curso de Direito está a cargo do professor AUGUSTO EDUARDO MIRANDA PINTO, contratado sob o regime de tempo parcial, que possui a seguinte formação e titulação acadêmica:

- ✓ *Pós-Doutor em Direitos Humanos*, pela Universidade de Coimbra
- ✓ *Doutor em Direito*, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ *Mestre em Direito do Estado*, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ Graduação: Bacharelado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

j) Perfil do Coordenador - Tempo de exercício na IES e na função de coordenador do curso

As comprovações dos títulos acima transcritos e retirados do currículo disponibilizado na plataforma *lattes* (www.cnpq.br) estão em poder da instituição, disponíveis na época da avaliação *in loco* para apreciação da comissão avaliadora.

2.3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO COORDENADOR

O professor responsável pela coordenação do curso de Direito, quanto à experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, apresenta o seguinte perfil:

- ✓ *Gestão Acadêmica*: atua na Coordenação do Curso de Direito, na Faculdade Cenecista de Rio das Ostras: 1 ano e Coordenação do Curso de Direito, na Faculdade Estácio de Sá: 5 anos.
- ✓ *Magistério Superior*: 23 anos
- ✓ *Profissional*: 25 anos.

Atua no CNEC Rio das Ostras desde 2014. Tem experiência em coordenação de curso na Universidade Estácio de Sá de 2008 a 2013.

Em todos os casos participando efetivamente da atualização do Projeto

Pedagógico e da sua aplicação acadêmica.

Desta forma, o Coordenador já acumula uma experiência de quase 6 anos de ensino e gestão acadêmica e administrativa.

2.4. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O professor José Carlos Buzanello, contratado sob o regime de 40 horas semanais Tempo Integral, possui 20 horas destinadas para a docência, reuniões de planejamento, atividades didáticas e administrativas e 20 horas para gestão e condução do curso. Como o curso de Direito está autorizado para 120 vagas totais anuais e o coordenador terá a sua disposição 20 horas semanais para gerir e conduzir este curso, a relação máxima será de uma hora para cada 6 vagas.

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação in loco.

2.5. TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do curso de Direito é composto de profissionais com titulação adequada às disciplinas para as quais estão lecionando.

➤ Relação de Docentes 2014.1.

DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Alexander Seixas	Mestre	Horista
Anna Moreno	Especialista	TP
Augusto Eduardo Miranda	Doutor	Tempo Parcial
Camila De Castro Barbosa Bissoli Do Bem	Mestre	Horista
Chrystian Lopes Da Silva	Mestre	Horista

Cleide Márcia Secca	Mestre	Horista
Fabiana Gomes Rodrigues	Doutorado	Horista
Felipe de Magalhães Carvalho	Especialista	Tempo Parcial
Francisco de Assis Aguiar Alves	Mestre	Horista
Luis Henrique Borges (*)	Especialista	Horista
Tiago Luis Amerio	Especialista	

2.6 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é órgão superior deliberativo em matéria didático-científica e disciplinar, com a seguinte constituição:

- Coordenador do Curso, que o preside;
- três docentes representantes das disciplinas que constituem o curso, sendo um indicado pelo Coordenador do Curso e dois eleitos por seus pares;
- um representante dos discentes, eleito por seus pares.

Será constituído um Colegiado de Curso para cada curso oferecido pela instituição.

O Colegiado de Curso se reúne ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador do Curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

- definir as atribuições e os critérios de constituição do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
- articular as relações entre o Núcleo Docente Estruturante - NDE, o corpo docente, o corpo discente e comunidade;
- instituir ações para a melhoria da qualidade do curso;
- propor planejamento e a realização de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e extensão;
- propor formas e instrumentos de avaliação do curso;
- instituir ações que dêem efetividade às políticas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico Institucional no âmbito do curso;

- instituir ações para cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- planejar e propor atividades de formação contínua e integração dos docentes;
- aprovar alterações na Matriz Curricular e nos Conteúdos Programáticos das Disciplinas para que estejam em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso - PPC;
- promover atividades nas áreas de Ensino, Iniciação Científica e Extensão respeitadas as especialidades e interesses da comunidade acadêmica;
- propor ao Conselho Superior o plano anual das atividades acadêmicas do Curso;
- propor a publicação de estudos, produção acadêmica, científica, técnica e cultural realizados no curso;
- aprovar as atividades complementares propostas para o curso.

3. INSTALAÇÕES FÍSICAS

A Faculdade Cenecista de Rio das Ostras - FACRO está situada na Rua Renascer da Terceira Idade, s/nº, no bairro Jardim Campomar, município de Rio das Ostras, em uma área total de 4.000,00 m², sendo 3.458,78,00 m² de área construída.

3.1. INSTALAÇÕES GERAIS

As dependências da sede estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas curriculares do primeiro ano de funcionamento do curso.

As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados. Além disso, a FACRO prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas em condições adequadas aos fins que se destinam. Os depósitos de lixo estão colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo.

As instalações sanitárias gozam de adequadas condições de higiene. Para isso a instituição mantém pessoal adequado e material de limpeza disponível.

Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e equipamentos específicos, para cada curso. Os locais de trabalho para os docentes são adequados às necessidades atuais, tanto em termos de espaço, quanto em recursos técnicos, mobiliários e equipamentos.

As instalações possuem nível de informatização adequado, com suas dependências administrativas e acadêmicas servidas com equipamentos apropriados. O corpo docente tem livre acesso às informações de secretaria, biblioteca e Internet.

Com relação ao atendimento às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, a FACRO cuidou para que suas instalações estejam livres de barreiras que impeçam a circulação dessas pessoas.

No que concerne aos portadores de deficiência visual e auditiva, a FACRO assume o compromisso formal de disponibilizar infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos necessários ao pleno desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas até a conclusão do curso, caso venha a ser solicitado pelo aluno.

As plantas das instalações físicas encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais, cujos ambientes estão assim distribuídos:

ESPAÇO FÍSICO ATUAL		
PAVIMENTO TÉRREO		
Quantidade	ESPAÇOS	M²
1	Recepção	30,75
2	Secretaria de Alunos	36,00
1	Núcleo de Prática Jurídica	34,00
1	Laboratório Multiuso	26,00
1	Departamento de Processos Internos	19,00
1	Administração do Campus	24,80
1	Sala de Coordenação de curso	19,00
1	Sala da Direção	25,53
1	Recepção	14,50
1	Sala dos professores	33,01
3	Salas de Atendimento (Ouvidoria/CPA/Psicopedagógico)	25,50

1	Copa/cozinha para colaboradores	21,13
1	Banheiro feminino	17,58
1	Banheiro masculino	17,58
1	Biblioteca	234,20
4	Salas de estudo em grupo	21,08
1	Sala do Bibliotecário	7,56
1	Coordenação Pedagógica – CCRO	10,89
1	Sala de TI e TP	13,90
1	CPD	4,36
1	Sala de Lavagem	9,05
1	Laboratório Multidisciplinar I	100,55
1	Laboratório Multidisciplinar II	50,70
	Área de circulação	357,80
TOTAL DO PAVIMENTO TÉRREO		1161,26
1º PAVIMENTO		
8	Salas 201, 202, 207, 208, 209, 210, 211, 212 e 213 (50,70 m2)	405,60
2	Laboratórios de Informática	50,70
1	Laboratório de Informática	25,00
1	Anatomico Humano e Microscopia	116,40
1	Banheiro feminino	17,58
1	Banheiro masculino	17,58
1	Laboratório de Cinesiologia e Cinesioterapia	50,70
1	Laboratório de Fisiologia e Fisiologia do Exercício	50,70
	Área de circulação	316,60
TOTAL DO 1º PAVIMENTO		1148,76
2º PAVIMENTO		
2	Salas 301 e 302 (104,49 m2)	208,98
12	Salas 303 a 314 (50,7 m2)	608,40
1	Banheiro feminino	17,58
1	Banheiro masculino	17,58
	Área de circulação	296,22
TOTAL DO 2º PAVIMENTO		1148,76

TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA	3458,78
---------------------------------	---------

✓ **Plano de Expansão**

ESPAÇOS	QUANTIDADE	ÁREA (M ²)	2013	2014	2015	2016	2017
Salas de Aula	90	5.640,0	10	22	22	20	16
Salas de Coordenação	11	165,0	0	11	0	0	0
Sala Multiuso	1	60,0	0	1	0	0	0
Biblioteca	1	400,0	0	1	0	0	0
Laboratórios	53	5.150,0	0	15	17	15	6
TOTAL	146	11.415,0	50	39	35	22	TOTAL

✓ **Infraestrutura de Segurança**

A FACRO atenta às condições de segurança aos seus usuários, tendo em vista que as instalações são espaços destinados às funções acadêmicas, planejou suas edificações para atenderem todas as condições de segurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos, conforme segue:

- Extintores – Classe A, B, C e D, com o selo do INMETRO e manutenção anual;
- Luz de emergência – em todos os pontos da instituição;
- Hidrante com mangueira de incêndio / bomba de incêndio;
- Saída de emergência – com sinalização;
- Ar condicionado – manutenção preventiva;
- Para-raios;

✓ **Manutenção e Conservação das Instalações Físicas**

A política de infraestrutura que a FACRO adota, é a da manutenção preventiva, a qual ocorre todo fim de semestre letivo e início do próximo, preparando os ambientes e equipamentos para uso seguro e com qualidade, e também adota a política de manutenção corretiva, sob demanda, ou seja, em qualquer necessidade de reparo, adequação ou instalação que

necessitem implantação, a FACRO a faz de imediato. Todos profissionais envolvidos com manutenção e conservação dos ambientes físicos são contratados pela instituição.

3.2 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL

Os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral (TI), tempo parcial (TP) e Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso possuem infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados a internet) e pessoal e obedecem as normas de salubridade e segurança.

Estes ambientes possuem horários agendados para o melhor aproveitamento das atividades acadêmicas.

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas destes ambientes.

3.3. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

O gabinete de trabalho para o Coordenador do curso de DIREITO da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras possui infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados a internet, telefone) e pessoal e obedecem as normas de salubridade e segurança.

É uma sala individual de trabalho, com área de 8 m², para desenvolvimento das atividades de gestão e condução do curso, bem como atendimento de alunos e docentes. Além disso, possui serviços de secretaria, a fim de atender as demandas burocráticas.

3.4. SALA DE PROFESSORES E REUNIÕES

Visando uma convivência harmônica, a FACRO criou espaços específicos para garantir o bom relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

A sala de professores, com área de 33 m², oferece infraestrutura com computador e

impressora para preparo de atividades e é de uso exclusivo dos docentes.

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas destes ambientes.

3.5. SALAS DE AULA

A FACRO conta com 26 salas de aula de 50 m², totalizando 1300 m², suficiente para os dois primeiros anos de funcionamento do curso de DIREITO e demais cursos da IES.

Estes ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas destes ambientes.

3.6. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os alunos poderão acessar os equipamentos dos laboratórios de informática da FACRO, tanto na sede quanto no polo de apoio presencial, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos colegiados competentes. Também estão disponibilizados aos alunos computadores nas bibliotecas, cuja utilização deve respeitar a normatização deste ambiente de apoio acadêmico. Por fim, em todo complexo físico da FACRO, existem pontos para acesso *wireless*, onde a comunidade acadêmica poderá se beneficiar desta tecnologia por meio de *notebook*, *netbook*, *tablet*, *ipad*, celular etc.

O total de equipamentos disponíveis para acesso dos alunos nos laboratórios e nas bibliotecas atingem 50 computadores. Desta forma, teríamos a relação de um computador para cada 16 alunos, suportando bem toda comunidade acadêmica. Esta proporção melhora se levarmos em consideração que na FACRO existe rede sem fio (*wireless*), onde toda comunidade acadêmica poderá se beneficiar, a qualquer momento, dos serviços disponibilizados pela internet por equipamentos próprios ou da instituição.

Na época da avaliação *in loco*, os membros da comissão avaliadora terão a oportunidade de comprovar as condições físicas e tecnológicas destes ambientes.

✓ **Internet**

Na FACRO, o acesso à internet é garantido por meio de banda larga, na forma de cabeamento e via wireless, as quais possuem as seguintes características:

- Banda larga: 3 provedores de 10Mh cada;
- Wireless

✓ **Política de Atualização de Equipamentos e Softwares**

As atualizações de equipamentos e softwares serão feitas conforme a necessidade dos alunos e professores, pelo menos duas vezes ao ano, com base na seguinte política:

- administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na FACRO;
- elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos e demais setores da FACRO;
- instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Para colocar em prática esta política, as atualizações serão feitas por profissionais da FACRO, treinados para exercer estas funções e, quando não for possível executá-las na instituição, será encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em equipamentos e softwares.

3.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca tem como objetivo contribuir para informações dos alunos e professores que dela necessitarem. Tem como principal objetivo servir de apoio às atividades de investigação,

oferecer suporte informacional aos programas de ensino, iniciação científica e extensão e atender às necessidades culturais do grupo docente e discente da FACRO e a toda comunidade. É de acesso livre aos usuários, utilizando Sistema Antifurto, com guarda-volumes. O horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira, das 9h às 21h e aos sábados das 8h às 12h.

O acervo é constituído por livros, periódicos, monografias, base de dados, multimídia e hemeroteca (artigos de jornais), abrangendo as áreas do conhecimento em que a instituição atua, sendo ordenado de acordo com Classificação Decimal CDD (Classificação Decimal de Dewey). As obras são catalogadas segundo as normas para registro do Código de AACR2.

e) Espaço Físico

A Biblioteca conta com 234,15 m² de área total.

Para uma melhor compreensão da distribuição da Biblioteca, a seguir, encontra-se, um quadro com o detalhamento dos ambientes que compõe a Biblioteca.

AMBIENTE
Administração do Acervo
Armazenamento do Acervo
Sala de Estudo em Grupo
Leitura Individual

b) Política de aquisição, desenvolvimento e atualização do acervo

Semestralmente o coordenador de curso se reunirá com o corpo docente e fará as modificações necessárias no Plano Ensino visando trazer o que há de melhor e mais atual em matéria de livros, DVDs, VHS, etc. para a Biblioteca.

Nesta reunião serão discutidos quais livros são pertinentes e quais serão adotados por cada professor durante o semestre letivo. Feita a seleção de livros que leva em conta também a indicação de alunos e funcionários da biblioteca, é feita a conta de quantos exemplares de cada livro serão necessários para cada título a fim de manter uma boa média de exemplares da Bibliografia Básica e Complementar para atender satisfatoriamente os alunos matriculados no semestre. Assim, a Biblioteca se manterá atualizada e permitirá o acesso de todos às obras mais requisitadas pelo corpo docente da FACRO.

A política da FACRO não se sustenta em um orçamento pré-determinado, pois acreditamos que o balanço semestral é mais eficaz e tem dado certo desde sua criação, pois nele não são poupados esforços ou recursos para manter o bom atendimento.

Os principais objetivos desta política são:

- selecionar e adquirir materiais bibliográficos;
- disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características de cada curso oferecido pela instituição;
- atualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio do mesmo nas áreas de atuação da instituição;
- verificar a necessidade de duplicação de títulos;
- dar prioridades de aquisição de material;
- intercambiar publicações;
- descartar material danificado e desatualizado;
- avaliar coleções.

c) Acervo Geral e Expansão

O acervo bibliográfico da FACRO é composto atualmente por 1505 títulos de livros com 7160 exemplares; 45 CD/DVD, conforme demonstrado no quadro abaixo, por área do conhecimento:

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE					
	LIVRO		PERIÓDICOS	CD/DVD	VÍDEOS	BASE DE DADOS
	TÍTULO	EXEMPLARES				
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	166	769				
CIÊNCIAS HUMANAS	109	1091				
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1105	4868	20			
ENGENHARIAS	88	324	10			
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	27	81				
DICIONÁRIOS,	10	27				
ENCICLOPÉDIAS E MANUAIS						
TOTAL	1505	7160	30			

d) Informatização da biblioteca e serviços oferecidos

A Biblioteca da FACRO adota o Sistema PERSEUS, é um software de gerenciamento que abrange a parte acadêmica e a biblioteca. Para os serviços de processamento técnico, estão disponíveis 2 computadores e 1 impressora.

O acesso é feito somente pelos usuários cadastrados no Sistema e o empréstimo de materiais bibliográficos através do leitor ótico.

A inscrição na Biblioteca é automática para todos os alunos regularmente matriculados na FACRO, carteira do aluno e para os professores e funcionários com registro funcional da Secretaria.

Existem 6 terminais de consulta para os alunos realizarem a busca no sistema por autor, título e assunto, conforme desejarem e 2 laboratório com 50 computadores, acesso a internet.

A Biblioteca, por meio do seu quadro de funcionários, orienta pesquisas acadêmicas, com objetivo de auxiliar os usuários a encontrar as informações necessárias para os seus trabalhos. A Biblioteca promove o acompanhamento durante a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, de acordo com as normas bibliográficas da ABNT.

No início de cada semestre do ano letivo a Biblioteca juntamente com os coordenadores e professores apresentam na “Aula inaugural” aos participantes os recursos de pesquisa e os serviços prestados pela Biblioteca.

A Biblioteca oferece a comunidade acadêmica e externa os seguintes serviços:

- consulta/pesquisa (local, em base de dados e via web);
- empréstimo (devolução, renovação e reserva de material emprestado);
- orientação na normalização de trabalhos acadêmicos;
- cooperação interbibliotecária através de EEB;
- empréstimo entre bibliotecas (intercâmbio);

BIBLIOTUR: no início de cada semestre letivo, durante a “Aula inaugural”, são apresentados aos participantes os recursos de pesquisa e os serviços prestados pela Biblioteca.

Pessoal Técnico-administrativo

A Biblioteca está sob a responsabilidade de pessoal treinado para o atendimento de usuários, contando atualmente com um profissional legalmente habilitado em Biblioteconomia

para prestar atendimento à comunidade acadêmica, e dois auxiliares, responsável pela organização do acervo e disseminação/atendimento aos discentes, docentes, funcionários, ex-alunos e a comunidade em geral.

Eis os funcionários lotados na Biblioteca e suas respectivas formações acadêmicas:

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Carlos Roberto de Alcântara Correa	Biblioteconomia – CRB 6372 – 7ª REGIÃO

A Biblioteca da FACRO possui o seguinte regulamento:

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA CAPITULO I

Da Competência

Art. 1º A Biblioteca Professor Felipe Tiago Gomes da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras – FACRO está diretamente subordinada à sua Direção, competindo-lhe planejar, coordenar e controlar as atividades de informação vinculadas ao seu acervo bibliográfico e possibilitar aos seus usuários acesso à informação de qualidade, contribuindo para que se tornem profissionais e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres dentro da sociedade na qual estão inseridos.

CAPITULO II

Do funcionamento das Seções

Art. 2º A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, de 13h às 21h.

Art. 3º A Biblioteca é composta pelas seguintes seções:

- I** – Acervo Geral, composto por obras disponíveis para empréstimo e consulta no recinto;
- II** – Seção de Periódicos (Revistas), referências e multimeios;
- III** – Processamento técnico; **IV** – Balcão de atendimento; **V** – Guarda volume;
- VI** – Salas para estudo coletivo;
- VII** – Cabines para estudos individuais;
- VIII** – Espaço para leitura.

CAPITULO III

Do Acervo

Art. 4º O acervo da Biblioteca é composto por livros, obras de referência, monografias, jornais, periódicos, que para efeito do presente regimento, serão denominados de “obras.” O acervo encontra-se totalmente informatizado. Através dos terminais de computadores o usuário acessa a base do sistema que lhe permite encontrar obras por autor, título.

CAPITULO IV

Dos Usuários

Art. 5º São usuários da Biblioteca:

I – Professores vinculados à FACRO

II – Funcionários vinculados à FACRO III –

Alunos devidamente matriculados;

IV – Ex-alunos formados e comunidade em geral.

Parágrafo único. Usuários não vinculados a Instituição poderão, apenas, consultar o acervo, mediante apresentação de documento de identidade.

Seção I

Do Credenciamento dos Usuários

Art. 6º Para ter acesso à Biblioteca, bem como para retirada de obras por empréstimo, o usuário será previamente credenciado na Biblioteca.

Seção II

Dos Deveres dos Usuários Art. 7º São

deveres do usuário:

I – zelar pela conservação do acervo e do patrimônio da Biblioteca

II – zelar pelas obras retiradas do acervo;

III – devolver as obras retiradas mediante empréstimo, de qualquer natureza, no prazo estabelecido pelo art. 11 deste Regulamento, bem como, devolvê-las em perfeito estado de conservação;

IV – efetuar pessoalmente o empréstimo das obras;

V – encerrada a consulta local, temporária ou domiciliar, devolver a obra ao funcionário da Biblioteca, a fim de que proceda com baixa do empréstimo no sistema da Biblioteca; **VI** – comunicar qualquer alteração de seus cadastrais;

VII – observará máximo silêncio no salão interno da Biblioteca;

VIII – não consumir bebidas e alimentos nas dependências da Biblioteca;

IX – não utilizar telefone celular nas dependências da Biblioteca;

X – utilizar os escaninhos para guarda de pertences como bolsas e mochilas, enquanto

estiverem estudando no recinto.

Seção III Do Acesso

Art. 8º A qualquer usuário é permitido o acesso à Biblioteca, bem como a consulta ao acervo, nos dias e horários de funcionamento, conforme previsto no art. 2º.

§ 1º As obras pertencentes ao acervo raro ou obras de referência somente poderão ser consultadas nas dependências da Biblioteca.

§ 2º Fora das dependências internas da Biblioteca, é facultado aos usuários, o uso de obras pertencentes ao acervo geral.

CAPITULO V

Dos Serviços Oferecidos

Art. 9º A Biblioteca oferece a seus usuários os seguintes serviços:

I – consulta no local

II – empréstimo domiciliar

III – reserva de livros

IV – orientação aos usuários

V – normalização bibliográfica; **VI** –

levantamento bibliográfico; **VIII** – acesso

à internet;

IX – acesso ao COMUT

X – confecção de ficha catalográfica para trabalhos de conclusão de curso.

Seção I

Do empréstimo Domiciliar

Art.10 Os usuários de que tratam os incisos I a III do art. 5º, desde que devidamente cadastrado e observado o dispositivo neste Regulamento, poderão retirar volumes do acervo da Biblioteca, mediante empréstimo domiciliar observado os seguintes critérios:

I – para professores vinculados à FACRO, até 03 (três) obras de títulos diferentes; **II** – para funcionários vinculados à FACRO, até 03 (três) obras de títulos diferentes; **III** – para alunos da FACRO, até 03 (três) obras de títulos diferentes;

IV – para alunos dos cursos de pós-graduação da FACRO, até 03 (três) obras de títulos diferentes;

§ 1º Estão excluídos do empréstimo domiciliar as obras raras, as obras de referência, as obras

registradas apenas para consulta, os periódicos e os jornais.

§ 2º As obras de referência, as obras raras, as obras registradas apenas para consulta, os periódicos e os jornais serão somente consultados nas dependências internas da Biblioteca.

Art. 11 O empréstimo domiciliar será pelo prazo de 07 (sete) dias, permitindo renovar por 2 (duas) vezes por igual período, desde que não haja reserva da obra por outro usuário e desde que não ultrapasse o número máximo de obras permitidas pelo art.10 deste Regimento.

Seção II

Da Consulta nas Dependências da Biblioteca.

Art. 12 Os usuários poderão retirar para consulta nas dependências da Biblioteca, as obras pertencentes ao acervo desta, ficando obrigado a devolvê-las no mesmo dia até o horário de fechamento da Biblioteca.

Seção III

Da Transferência do Empréstimo entre Usuários

Art. 13 As obras retiradas da Biblioteca mediante empréstimo só poderão ser transferidas de um usuário a outro, se aquele der baixa de seu empréstimo no Sistema Da Biblioteca. **Art. 14** Na hipótese e não observância do art. 11 fica o usuário responsável por qualquer dano que porventura ocorra às obras.

Seção IV

Da Utilização dos Equipamentos de Informática e das Pesquisas via Internet

Art. 15 Os usuários credenciados poderão acessar informações contidas na internet, e outros serviços de informática disponíveis.

Art. 16 É livre a utilização dos equipamentos de informática pelos usuários.

Parágrafo único. Não é permitido o acesso à internet e a utilização dos equipamentos da Biblioteca para bate-papo (chat), transferência de programas (download), jogos, áudio e visita a páginas cujo conteúdo seja de interesse diverso da FACRO.

CAPITULO VI

Das Penalidades

Art. 17 As penalidades serão aplicadas em razão de atraso na devolução de obra, ou de dano ou extravio, bem como por descumprimento de quaisquer normas contidas neste Regulamento.

Art.18 No caso do art. 11, deste Regulamento, ultrapassado o prazo máximo para devolução das obras emprestadas, o usuário pagará multa de R\$ 1,00 (um real) por dia, por cada livro retirado.

Parágrafo único. Nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias, além do pagamento de multa referida

no *caput* deste artigo, os serviços disponíveis ao usuário ficarão suspensos por período igual ao do atraso na devolução da obra emprestada.

Art.19 No caso do inciso II, do art. 9º, deste Regulamento, o usuário não devolva as obras emprestadas, fica determinado a sua responsabilidade nos casos de extravio, rasuras ou quaisquer outros danos ocasionados nas obras, devendo indenizar a Faculdade Cenecista de Rio das Ostras com um novo exemplar de mesma bibliografia ou pagar o equivalente em dinheiro.

Art. 20 No caso de descumprimento de quaisquer normas deste Regulamento fica o usuário impedido de utilizar os serviços oferecidos pela Biblioteca, até ulterior regularização de sua situação.

CAPITULO VII

Das Disposições Finais**Art. 21** Constitui-se obrigação da Biblioteca fornecer comprovantes do recebimento das obras devolvidas, bem como o documento referente à situação do usuário para com a Biblioteca.

Parágrafo único. O comprovante de devolução é documento hábil para isentar o usuário de responsabilidade quanto à eventual cobrança de obras já devolvidas.

Art. 22 A exclusivo critério da Direção da FACRO, o empréstimo de publicações poderá ser suspenso durante o inventário do acervo.

Art.23 As hipóteses não previstas neste instrumento são regidas pelas formas do Direito Civil.

Art. 24 Os casos omissos serão decididos pela Direção da Faculdade Cenecista de Rio das Ostras.

3.7.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Hoje, na FACRO, o acervo físico da área de DIREITO é composto por 78 títulos e 1644 exemplares.

Além disso, o acervo de livros da bibliografia básica atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas, o qual poderá ser comprovado na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP.

Alguns títulos foram substituídos por outras obras por estarem esgotados, fora de comercialização ou por possuir número de exemplares insuficientes à política adotada pela FACRO. Para os novos títulos adquiridos buscou-se a mesma relevância de conteúdo dos anteriores, mantendo-se assim um acervo qualitativo e em conformidade com a proposta do curso. Outra situação de mudança foi em relação aos títulos que estavam com edições anteriores, onde a instituição decidiu por adquirir sempre as mais atualizadas.

3.7.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O acervo complementar do curso de DIREITO da FACRO, atende aos conteúdos e programas apresentados nas respectivas disciplinas, o qual poderá ser comprovado na época da avaliação *in loco* pelos membros da comissão avaliadora do MEC/INEP.

Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecido pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo, porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto.

Em cada disciplina dos dois primeiros anos foram indicados cinco títulos, os quais estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico da FACRO. Para os próximos anos também será utilizada a mesma política adotada nos quatro primeiros semestres e os livros serão adquiridos na época da implantação das disciplinas.

3.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS: QUANTIDADE, QUALIDADE E SERVIÇOS

As instalações e laboratórios específicos para o curso de DIREITO atendem aos requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT, especialmente, nos seguintes aspectos:

- espaço físico adequado por aluno;
- salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;
- instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e outras adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionário; microcomputadores ligados em rede e com acesso à internet, com recursos multimídia para projeções;
- política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática;
- plano de atualização tecnológica, além de serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob a supervisão dos técnicos responsáveis pelos laboratórios;
- equipamentos de segurança, tais como: hidrantes, extintores de incêndio e emblemas educativos de segurança.

Os laboratórios contarão sempre com equipamentos criteriosamente selecionados e

dimensionados para o desenvolvimento/atendimento das atividades a que se destinam especificamente, ou seja, para:

- execução de aulas práticas das disciplinas que formam o matriz curricular dos cursos ofertados pela FACRO;
- apoio às atividades de iniciação científica e/ou pesquisa docente e/ou discente;
- execução de cursos de extensão;
- apoio aos trabalhos de conclusão de curso;
- apoio às atividades de estágio supervisionado e;
- proporcionar suporte a quaisquer outras atividades acadêmicas que deles necessitem.

Os equipamentos e instrumentos adquiridos seguiram as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da FACRO, além disso, levou-se em consideração a relação de número de alunos por máquinas e equipamentos.

Para o curso de DIREITO estão previstas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas nos laboratórios, sempre sob a supervisão de pessoal qualificado. A coordenação de curso encarrega-se de acordar com os professores os horários que devem utilizar o parque de equipamentos e desenvolver práticas discentes.

✓ **Laboratório de Informática**

O acesso aos laboratórios de informática é planejado de modo que as disciplinas possam dispor, semanalmente, por turma, de, pelo menos, duas horas diárias. A coordenadoria do curso deverá articular-se com a diretoria da FACRO, tendo presente o calendário acadêmico e os planos de ensino de cada disciplina que utilize os laboratórios de informática.

O setor de atendimento dos laboratórios será o órgão responsável pela marcação dos horários livres, fornecimento de informações aos discentes, bem como controle do acesso aos laboratórios, seguindo, sempre, a norma de funcionamento.

Estes laboratórios possuem acesso à internet e estão disponíveis para a comunidade acadêmica durante todo o período de funcionamento das atividades da FACRO, proporcionando assim facilidade e comodidade de acesso para a efetivação de pesquisas e troca de informações científicas, técnicas, artísticas ou culturais.

Eis o complexo laboratorial disponibilizado ao curso de DIREITO, bem como o a política para equipamentos, pessoal de apoio e a normatização:

a) Laboratórios de Informática

Laboratório de Informática 1

- ✓ Área: 50 m²;
- ✓ 20 computadores desktop
- ✓ Memória de 4GB DDR3;
- ✓ HD 500 GB Sata;
- ✓ Gravador de DVD 16;
- ✓ Monitor de 18,5" LCD;
- ✓ Softwares: Windows 7 32 bits professional

Laboratório de Informática 2

- ✓ Área: 50 m²;
- ✓ 20 computadores desktop
- ✓ Memória de 4GB DDR3;
- ✓ HD 500 GB Sata;
- ✓ Gravador de DVD 16;
- ✓ Monitor de 18,5" LCD;
- ✓ Softwares: Windows 7 32 bits professional

Infraestrutura de Informática e das Formas de Acesso a Redes de Informação

- ✓ MiniRack 12U com 2 Switch 24P cada e duas redes estruturadas (Administrativo e Professor/Aluno);
- ✓ Servidor PC FreeBSD de Arquivos, AMD Sempron(tm) Processor LE-1150, 2GB DDR, HD 150GB;
- ✓ Servidor PC Linux de Proxy/Firewall, AMD Sempron(tm) Processor LE-1150, 2GB DDR, HD 150GB;
- ✓ Servidor PC Linux de Proxy/Firewall, AMD Sempron(tm) Processor LE-1150, 2GB DDR, HD 150GB;
- ✓ Servidor PC Windows XP Tarifário, n/d;
- ✓ Servidor PC Windows XP Terminal para 10 ThinClient, Xeon 2.0GHZ, 4Gb DDR2, HD 500GB;
- ✓ Servidor PC Windows XP Terminal para 10 ThinClient, Xeon 2.0GHZ, 4Gb DDR2, HD 500GB;
- ✓ Servidor PC Linux Terminal para 20 ThinClient, Xeon 2.0GHZ, 4Gb DDR2, HD 500GB;

- ✓ 1 link Internet de 10Mbps da I-Conecta, distribuído para rede Administrativo e 1 roteador Wi-Fi.
- ✓ 1 link Internet de 10Mbps da I-Conecta, distribuído para rede Professor/Aluno e 1 roteador Wi-Fi.
- ✓ 1 link Internet de 10Mbps da I-Conecta, distribuído para 5 roteadores Wi-Fi (2 no 3º Andar, Biblioteca, Cantina e NPJ).

c) Política de Atualização, Manutenção e Disponibilidade de Insumos

As atualizações serão feitas conforme a necessidade dos alunos e professores e pelo menos duas vezes ao ano. As manutenções preventivas são realizadas diariamente visando o perfeito funcionamento dos equipamentos.

Com vista a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a FACRO estabelece um conjunto de orientações abaixo enunciadas.

A manutenção e conservação dos laboratórios serão executadas por funcionários dos próprios cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, será encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos.

Haverá supervisores por laboratório ou grupos de laboratórios definidos pelo órgão responsável pela administração dos laboratórios.

Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- ✓ substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- ✓ reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- ✓ reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- ✓ reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- ✓ consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- ✓ reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

Os responsáveis estarão providenciando a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- ✓ administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- ✓ analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- ✓ apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na FACRO;
- ✓ elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- ✓ planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Com relação aos insumos utilizados nos laboratórios, ao professor responsável pela disciplina cabe informar aos alunos, pelo menos, até 24 horas antes da aula prática, quais os materiais que são disponibilizados pela FACRO e quais serão necessários o aluno trazer. Aqueles de responsabilidade da FACRO estarão disponíveis nos laboratórios, onde o pessoal de apoio técnico deverá colocá-los nas respectivas bancadas/mesas e, no final da aula, cabe também à equipe de apoio guardar os insumos remanescentes e reutilizáveis.

d) Apoio Técnico Laboratorial

Para auxiliar os docentes e discentes, existirão monitores, técnicos e auxiliares de laboratórios, distribuídos em turnos, de forma a cobrir todo o horário de funcionamento dos laboratórios. Esse pessoal será responsável pela manutenção da infraestrutura necessária para a utilização dos laboratórios de informática, tanto no horário de aula quanto nos horários livres, bem como para trabalhos individuais ou em grupos de alunos e/ou professores.

Eis o quadro atual de apoio técnico:

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CARGO
Rilen Tavares Lima	Técnico em Processamento de Dados	Técnico de Informática

e) Normatização dos Laboratórios de Informática

O funcionamento dos laboratórios de informática obedecerá a uma norma de utilização, que terá, como objetivo controlar o acesso, manter a disciplina, zelar pelos equipamentos e facilitar o uso por parte dos discentes, conforme regulamento destacado abaixo:

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

A Faculdade Cenecista de Rio das Ostras tem como proposta/possui o seguinte regulamento para utilização dos laboratórios de informática.

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Objetivos dos Laboratórios

- ✓ Permitir o acesso igualitário às informações digitais.
- ✓ Permitir a utilização otimizada dos recursos tecnológicos da informação (internet, web, sistemas, intranet local, softwares para escritório, entre outros).

Estrutura e Horários de funcionamento

- ✓ A FACRO possui dois laboratórios de informática
 - Laboratório 1
 - 25 máquinas com acesso a internet
 - Laboratório 2
 - 25 máquinas com acesso a internet

Horário de funcionamento dos Laboratórios Dias úteis:

das 09h às 21h

Sábados: das 08h às 12h Reservas

- ✓ As reservas dos Laboratórios de Informática deverão ser previamente agendadas com o Técnico do Laboratório. A utilização será registrada, contendo o nome do professor, disciplina ministrada, data e hora.
- ✓ A utilização dos recursos (áudio visuais) implica em prévio agendamento também, sendo seguido o mesmo procedimento utilizado para reserva dos laboratórios (citados no item acima)Utilização
- ✓ Os laboratórios devem ser utilizados exclusivamente para atividades acadêmicas. (trabalhos, pesquisas, monografias, aulas, etc.)
- ✓ Qualquer utilização dos laboratórios que não esteja relacionada a atividades acadêmicas, implica em sanções disciplinares, inclusive a suspensão do direito de uso do laboratório.
- ✓ A utilização da internet é monitorada pelo Técnico do laboratório, não sendo possível acesso total ao conteúdo da internet, salvo com autorização prévia.
- ✓ O usuário será responsável pelo acesso aos conteúdos dos computadores, via internet ou não.
- ✓ Não é permitido o uso de bebidas, alimentos, ou qualquer outro material nos laboratórios que possam danificar os computadores e componentes de Tecnologia da Informação.
- ✓ Toda vez que o laboratório estiver em aula, será fixado aviso identificando a indisponibilidade.

Segurança

- ✓ As informações pessoais dos usuários dos laboratórios são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O backup de arquivos pessoais é de inteira responsabilidade do usuário.
- ✓ É expressamente proibida a instalação e alteração de qualquer software nas máquinas dos laboratórios. Somente o técnico tem o privilégio de instalar e alterar softwares.

Disciplina

- ✓ É responsabilidade do técnico manter a ordem e a disciplina nos laboratórios de informática.
- ✓ Estando o laboratório em aula, o professor é o responsável pela disciplina no ambiente.

3.9. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

A FACRO atende à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências que devem ser atendidos pelas IES, bem como ao Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Preocupada em garantir aos alunos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a Instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída está adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas:

- garantir no mínimo um acesso a usuários de cadeiras de rodas, vinculado à circulação principal e às circulações de emergência. Nelas será adicionada a sinalização informativa, indicativa e direcional da localização do acesso específico;
- as áreas de circulação estarão planejadas de modo a assegurar uma faixa de circulação livre de barreiras e obstáculos, possibilitando a aproximação aos objetos e elementos acima e abaixo do raio de ação da pessoa sentada, que utilize, ou não, cadeira de rodas, e com largura mínima adequada, por meio de rampas e/ou elevadores. Possuirá superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática e em desníveis mais acentuados serão instaladas rampas guarnecidas por corrimão;
- será construído guias de balizamento, em forma de ressalto para orientação e maior proteção de pessoas portadoras de deficiência sensorial visual e ambulatoria parcial;
- as portas tem vão livre de 0,80 m, com maçanetas tipo alavanca, sendo que as dos sanitários tem barra horizontal para facilitar o seu fechamento. O seu revestimento é resistente a impactos provocados por bengalas, muletas e cadeiras de rodas;
- os sanitários estão localizados em lugares acessíveis, próximos à circulação principal e devidamente sinalizados, com barras de apoio nas paredes e demais dependências adequadas ao uso de portadores de deficiência ambulatoria;
- as salas de reunião são acessíveis para portadores de deficiências, na área

destinada tanto ao público quanto aos participantes e funcionários. No auditório estão reservados espaços para cadeira de rodas e assentos para pessoas portadoras de deficiência ambulatoria parcial;

- a biblioteca, os laboratórios, o auditório e outros ambientes de natureza similar dispõem de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a facilitar-lhe as condições de acesso, circulação e comunicação;
- no estacionamento são reservadas vagas para veículos dirigidos por pessoas portadoras de deficiência ambulatorial, prevendo-se condições de sinalização, espaço adicional para a circulação de cadeiras de rodas, áreas de circulação adequada quanto a piso, guias etc.;
- os lavabos, bebedouros e telefones públicos estão instalados em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, para atender aos alunos portadores de deficiência física.

Além disso, a instituição irá prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa portadora de deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência visual e auditiva.

Rio das Ostras, julho de 2018